

IHU ENTRINCO

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 456 - Ano XIV - 20/10/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



As tecnociências e a modelagem da vida



Arte: Andriolli Costa sobre foto de Zach Dischner e Verônica Olivetto/
Flickr - Creative Commons

Nikolas Rose:

Biopolítica e complexidade – Da cidadania biológica à ética somática

Flavia Costa:

Capitalização, estetização, realização. Corporalidades e a modelagem de si

Jesús Conill:

A manutenção da subjetividade humana diante do impulso tecnocientífico

E MAIS

Alberto Cupani:

Feyerabend e a caricatura da ciência

Guia de Leitura:

Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades

Carlos Naconecy:

“Se peixes têm direitos, a exploração humana dos oceanos deve ser revogada?”

As tecnociências e a modelagem da vida

Por ocasião do *XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*, promovido pelo **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, e a ser realizado nesta semana, nos dias 21 a 23 de outubro, a presente edição da IHU On-Line debate alguns dos impactos da tecnociência contemporânea. Contribuem na discussão alguns dos pesquisadores nacionais e internacionais que participarão do evento.

Nikolas Rose, professor de Sociologia e diretor do Departamento de Ciências Sociais, Saúde e Medicina do *King's College* de Londres, debate sobre os modos como a vida humana e a cidadania foram condicionadas a questões biomédicas. “A genética é muito mais complicada do que algumas pessoas imaginam, e os genes não são instruções digitais para se produzirem seres humanos”, argumenta.

Jesús Conill, catedrático de Filosofia Moral e Política da Universidade de Valência, argumenta que é preciso “prestar atenção especial a cada um dos âmbitos da realidade em que as tecnologias intervem”, sustentando que devemos manter uma postura crítica frente à tecnocracia.

Flavia Costa, doutora em Ciências Sociais e pesquisadora no Instituto de Altos Estudos Sociales – IDAES da *Universidad de Buenos Aires* – UBA, discute a relação entre biopolítica e biotecnologia. Assim, ela se debruça sobre a vivência do corpo associada aos “aspectos biológicos e aparenial-perfomáticos”.

Luis David Castiel, doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz

e pós-doutor pelo *Departamento de Enfermería Comunitaria, Salud Pública y Historia de la Ciencia* da Universidade de Alicante, Espanha, aborda os dilemas éticos e biopolíticos que envolvem o ataque preemptivo a um problema identificado antes mesmo dele existir.

Por sua vez, a economista política **Jennifer Prah Ruger**, doutora pela Universidade de Harvard, debate perspectivas de responsabilidades conjugadas entre o local e o global para o enfrentamento dos problemas bioéticos relacionados à saúde – o chamado “globalismo provincial”.

Para a professora **Anna Quintanas Feixas**, professora na *Universitat de Girona*, na Espanha, a bioética pretende cuidar da vida no contexto de uma sociedade dominada pela interação entre a revolução científica da época moderna e a revolução industrial.

Alberto Cupani, professor e pesquisador nascido em Córdoba, na Argentina, e radicado no Brasil, dedicou sua produção acadêmica à Filosofia da Ciência e da Tecnologia. Ele debate a perspectiva teórica de Paul Feyerabend e se coloca como um questionador do pensamento científico acríptico.

A pesquisadora **Virgínia Chaitin**, doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e o pesquisador **Luiz Davi Mazzei**, mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS e doutorando em Filosofia pela Unisinos, debatem o “fim da hegemonia da ciência”.

Halina Leal, doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP e

pela Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, e **Miguel Ângelo Flach**, mestre em Filosofia pela Unisinos, discutem o paradoxo tecnocientífico das tecnologias e a estagnação ética.

Irene Machado, professora e pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, USP, debate a perspectiva de McLuhan sobre “o reordenamento geopolítico do mundo a partir do campo de forças estabelecido pela informação via satélites e redes informáticas”.

Luiz Henrique Lacerda Abrahão, doutor pela Universidade de Minas Gerais – UFMG e pelo *Center for Philosophy of Science of University of Lisbon*, argumenta que o limite ético das revoluções tecnocientíficas é a inviolabilidade humana.

Complementam esta edição as entrevistas com **Carlos Naconecy**, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e pesquisador visitante da Ética Animal na Universidade de Cambridge, Inglaterra, que aborda o direito em perspectiva ecossistêmica de respeito a todas as espécies de animais, e com **Fábio de Oliveira**, doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, dá continuidade ao debate bioético sobre o direito dos animais.

Também nesta edição pode ser encontrado um **‘Guia de leitura’** das edições dos Cadernos IHU ideias e da revista IHU On-Line que discutem e debatem o tema desta edição e do Simpósio desta semana.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).

Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS

(andriollicb@unisinos.br),

Márcia Junges MTB 9447

(mjunges@unisinos.br),

Patrícia Fachin MTB 13.062

(prfachin@unisinos.br) e

Ricardo Machado MTB 15.598

(ricardom@unisinos.br).

Revisão: Carla Bigliardi

Projeto gráfico: Agência

Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.

Editoração: Rafael Tarcísio

Forneck

Atualização diária do sítio:

Inácio Neutzling, César Sanson,

Patrícia Fachin, Fernando

Dupont, Suélen Farias, Julian

Kober, Nahiene Machado e

Larissa Tassinari

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Guia de Leitura**
- 9 **Nikolas Rose** – Biopolítica e complexidade – Da cidadania biológica à ética somática
- 14 **Flavia Costa** – Capitalização, estetização, realização. Corporalidades e a modelagem de si
- 18 **Luis David Castiel** – Medicina, técnica, ética e os dilemas preemptivistas na saúde
- 25 **Jennifer Ruger** – Globalismo provincial e uma visão sistêmica da saúde
- 28 **Anna Quintanas** – Bioética, biopolítica e tanatopolítica. A obsessão doentia pela saúde perfeita
- 34 **Jesús Conill** – A manutenção da subjetividade humana diante do impulso tecnocientífico instrumental
- 38 **Alberto Cupani** – Feyerabend e a caricatura da ciência
- 41 **Virginia Chaitin e Luiz Mazzei** – O fim da “hegemonia da ciência” em Paul Feyerabend
- 45 **Halina Leal e Miguel Flach** – O paradoxo tecnocientífico – Avanços tecnológicos e estagnação ética
- 48 **Luiz Henrique Lacerda Abrahão** – A inviolabilidade humana como limite ético das revoluções tecnocientíficas
- 53 **Irene Machado** – McLuhan e a vazão do pensamento exponencial na tecnocultura
- 56 **Programação**

DESTAQUES DA SEMANA

- 59 **Destques On-Line**
- 60 **Carlos Naconecy** – “Se peixes têm direitos, a exploração humana dos oceanos deve ser revogada?”
- 63 **Fábio de Oliveira** – Ética animal e o direito à inviolabilidade da vida

IHU EM REVISTA

- 66 **Publicação em destaque** – Cadernos IHU Ideias – Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação
- 67 **Retrovisor**



twitter.com/_ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br



youtube.com/ihucomunica

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Guia de leitura

Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades

Desde o ano de 2013, o **Instituto Humanitas Unisinos** - IHU vem promovendo seminários, conferências, entrevistas, artigos e reportagens sobre a temática a ser debatida no *XIV Simpósio Internacional IHU. Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea* – que ocorre esta semana, entre 21 e 23 de outubro de 2014, na Unisinos.

Nos marcos da civilização tecnocientífica a humanidade se defronta com desafios, paradoxos e contradições verdadeiramente admiráveis. Por um lado, abundância dos megamercados globais, riqueza e vida ativa de multidões; por outro, desperdícios incalculáveis e zonas planetárias inteiras afetadas pela miséria e pela violência – incluindo nas grandes metrópoles.

A civilização tecnocientífica é uma conquista monumental da humanidade cuja existência não pode ser desvinculada de seus aparatos técnicos e científicos. No entanto, suas contradições internas são incomensuráveis. Desta feita, nos encontramos em uma encruzilhada de muitos labirintos. O que liberta, aprisiona e o que salva, condena. O que podemos fazer? Que atitudes adotar diante das revoluções que arrastam a tudo e a todos?

Considerando todas as implicações da tecnociência na vida social, profissional e subjetiva, política e econômica, bem como os efeitos e os impactos da tecnologia na sociedade atual, o IHU promove o *XIV Simpósio Internacional IHU*. Busca, desta forma, desenvolver uma reflexão crítica e transdisciplinar que auxilie a pensar o sentido, as implicações e os desafios teóricos e práticos de uma sociedade tecnocientífica em nossas vidas.

Este Guia de Leitura apresenta as edições dos **Cadernos IHU ideias** e da **Revista IHU On-Line** que discutem e debatem o tema deste Simpósio. Além destas indicações de leitura, há inúmeras entrevistas e artigos igualmente publicados no portal do IHU como “Notícias do Dia” e “Entrevista do dia”. Boa leitura e um ótimo Simpósio a todos e a todas!



Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito de Karla Saraiva, professora da ULBRA, problematiza os processos de subjetivação que acontecem na atualidade, traçando uma orientação geral acerca do que seria a defesa do sujeito na sociedade tecnológica. Para tanto, ela apresenta uma discussão para estabelecer o entendimento de sujeito e de sociedade tecnológica que serão assumidos no âmbito deste trabalho.

Assume-se como hipótese que a defesa do sujeito passa pela constituição de espaços de liberdade para a criação de si. Em seguida, são apresentadas quatro produções cinematográficas que retratam distopias tecnológicas, traçando possíveis relações com alguns medos e riscos identificados na sociedade contemporânea. Finaliza-se o artigo fazendo um balanço muito sucinto das possíveis perdas e ganhos que as tecnologias têm trazido e dos perigos a serem enfrentados na constituição dos sujeitos da sociedade tecnológica.



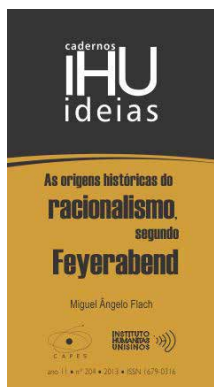
Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção de Luis David Castiel, pesquisador do Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ.

A abordagem se concentra na “ideologia da prevenção generalizada”. A partir de uma visão crítica, Castiel aponta os problemas da chamada hiperprevenção e os altos níveis de ansiedade que nossa sociedade alcançou, buscando o controle supremo sobre qualquer evento que fuja “à normalidade ou a previsibilidade”.



Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas de saúde e de gênero sob autoria de **Marlene Tamanini**, professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR e membro do Núcleo de Estudos de Gênero da mesma instituição.

A autora analisa como os efeitos de interferências tecnológicas no corpo humano podem afetar as relações de gênero e outras formas de relações sociais, debatendo, entre outros temas, a reprodução assistida, a doação de óvulos e espermatozoides, os tratamentos de fertilidade e processos de reconhecimento de maternidade e paternidade nas novas configurações familiares produzidas por este contexto.



Cadernos IHU ideias nº 204 publica a contribuição de **Miguel Ângelo Flach**, filósofo gaúcho, sob o título **As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend**. O artigo examina as origens históricas do “racionalismo” desde a Antiguidade no contexto da cultura grega arcaica.

Para Feyerabend, um nascente pensamento racional abstrato perpassa o surgimento da filosofia coincidindo com a ascensão de um racionalismo por erigir a “Razão” (o “R” maiúsculo ilustra criticamente o poder a ela atribuído) como fonte de tradição que, ao relegar a abundância da história, simplificou a última pretensiosamente se afirmando como história única acima de todas as formas de vida.



Outra contribuição relevante é do filósofo catalão **Jordi Maiso**, que proferiu a conferência no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 2013, sobre a biologia sintética e os desafios para a ética e a bioética contemporâneas.

O texto é uma reflexão crítica sobre esta disciplina emergente, sondando os **Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética**. Para isso, analisam-se os pressupostos políticos do projeto da “bioengenharia”, tanto no que se refere à sua compreensão tácita da vida, como ao modo em que concebe a relação entre tecnociência, sociedade e vida, que constitui todo um programa.

Este artigo oferece uma panorâmica das problemáticas que emergem com a nova disciplina e descreve os seus possíveis impactos a médio e longo prazo.



A 194ª edição do Cadernos IHU ideias, publica a colaboração da doutora em Direito e professora da UERJ, **Heloisa Helena Barboza**. O artigo intitulado **A Pessoa na Era da Biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade** aborda os efeitos de algumas interferências no corpo humano, que suscitam questões jurídicas à luz do direito brasileiro.

Mais precisamente, debate se centra no corpo como locus de cons-

trução da identidade do ser humano, a qual se dá à luz da autonomia e da subjetividade, em sua possível harmonização com o Direito.

Considera-se o corpo do início do século XXI, que traz de modo bastante claro a era da biopolítica, cenário que fornece os elementos e onde se desenvolve o mencionado processo de construção.

A autora descreve, brevemente, os conceitos trabalhados no texto, especialmente o de biopolítica, como formulado por Michel Foucault.



Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica de autoria de **Rodrigo Ciconet Dornelles**, antropólogo, debate o quão técnica é de fato a prática científica laboratorial ao analisar as práticas sociais (ou sociotécnicas) que se desenvolvem neste espaço, colocando em cena a questão relativamente recentemente no debate teórico-conceitual nas ciências sociais, que é a da agência dos humanos, assim

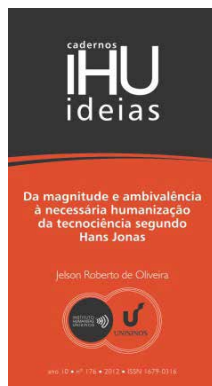
como a dos não-humanos.

Ele analisa, a partir do seu estudo etnográfico, a ciência como uma rede que articula uma infinidade de atores, e as práticas sociais que envolvem o dia-a-dia de um laboratório.



Ciência e Justiça: considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito sob autoria de **Claudia Fonseca**, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A autora discute a apropriação do conceito de “verdade” a partir da ciência que é encontrada no campo jurídico, focando especialmente os casos de tecnologia de DNA utilizados em processos criminais e de reconhecimento de paternidade.



O artigo de **Jelson Roberto de Oliveira**, **Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas**, analisa o diagnóstico realizado por Hans Jonas a respeito do cenário tecnológico moderno no que tange ao aumento do poder tecnocientífico e sua conseqüente alteração no sistema de valores, trazendo novas exigências éticas.

Serão analisados os conceitos de magnitude e ambivalência da

técnica, ou seja, a ampliação do poder humano geográfica e temporalmente e, ao mesmo tempo, a sua diluição no âmbito moral, já que o seu bem e mal já não são passíveis de clara definição.

Tratar-se-ia, assim, de uma aposta não facultada ao homem. O problema seria, então, como estabelecer freios voluntários para a técnica, ou seja, um “poder sobre o poder”.

Para Jonas, os valores tradicionais se “envelhecem” e se tornam insuficientes no novo cenário, frente ao qual ele afirma ser urgente o desenvolvimento de uma qualificada capacidade preventiva e a admissão da austeridade como valor primeiro. A isso o autor chama de “humanização da técnica”.



Sobre o Dispositivo: Foucault, Agamben e Deleuze é o título do artigo de **Sandro Chignola**, professor e pesquisador da Universidade de Pádua, Itália, publicado por Cadernos IHU ideias, no. 214,

“Como qualquer um que tenha lido na íntegra os textos de Foucault, afirma Chignola, Agamben reconhece que, na metade dos anos 1970, o uso do termo “dispositivo” por Foucault é frequente e generalizado. Muitos críticos, e até mesmo Agamben, notaram que este uso do termo por Foucault nunca teve uma definição completa”

E ele continua:

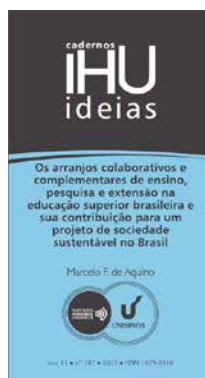
“Reconduzir a retomada dos sistemas de pensamento ao possível – isto é, à “experiência nua” (expérience nue) da ordem e de “seus modos de ser”, como Foucault define – significa atingir o plano sobre o qual está a “atitude positiva” do conhecimento implantado nos saberes que definem a ordem do discurso de uma determinada fase histórica.

Perguntamo-nos então, sobre a sua origem, onde Foucault buscou o termo “dispositivo”. Para me aproximar do problema, vou me concentrar, nesta ocasião sobre uma densa conferência agambeniana de 2006”.



Leticia de Luna Freire no texto **A Ciência em Ação de Bruno Latour** discute as concepções de ciência em ação conforme concebidas na obra do sociólogo e filósofo francês Bruno Latour. Para tal, estabelece os termos e críticas afirmados por Latour sobre os estudos tradicionais desenvolvidos sobre a ciência que mantém intacta a separação entre estudos de conteúdo científico e de contexto social.

Para dar conta deste problema epistemológico, Latour propõe o que se convencionou chamar mais tarde de Teoria Ator-Rede. Neste contexto, surge então uma ferramenta metodológica importante não apenas para os estudos de sociologia da ciência, como também para os campos da economia, política, antropologia, história e demais ciências sociais.



Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil de **Marcelo F. de Aquino**, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e reitor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

O texto busca entender o homo technicus, a organização da sociedade humana e os novos paradigmas postulados para a sociedade da informação a partir da tecnociência. Para tanto, utiliza elementos retirados tanto da mecânica quântica como das humanidades para, assim, estabelecer parâmetros do papel da universidade neste processo.

Revista IHU On-Line

Igualmente, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou, sobre o tema central do XIV Simpósio Internacional IHU, várias edições da revista IHU On-line, da qual destacamos quatro edições.



432ª edição – Transgênicos no Brasil. 10 anos depois o debate continua. No dia 13 de junho de 2003, a Lei 10.688 institucionalizou o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) no País. A decisão ainda hoje é polêmica. Ativistas alertam para a permissividade e os riscos da transgenia; já os defensores acreditam que as leis restritivas impedem o Brasil de ser protagonista no uso da tecnologia.

Dez anos depois, a revista IHU On-Line convida pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras para debater a questão que continua extremamente atual. Contribuem para o debate Leonardo Melgarejo, Marcos Silveira Buckeridge, Arnaud Apoteker, Juliana Dantas de Almeida, Sérgio Sauer, Moacir Darolt e Elizabeth Bravo.



429ª edição – Biologia sintética. O redesenho da vida e a criação de novas formas de existência. O Projeto Biologia Sintética foi apresentado e debatido, na Unisinos, por iniciativa do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, pelos pesquisadores do Centro de Ciências Humanas y Sociales – CSIC, em Madri, Jordi Maiso Blasco e José Antonio Zamora

Zaragoza, que também contribuíram com entrevistas para esta edição.

Enriquecem o debate ampliado pela IHU On-Line os professores e pesquisadores José Manuel de Cózar-Escalante, Antonio Diéguez-Lucena, Paul Rabinow e Gaymon Bennett e Carlos Maria Romeo-Casabona que desenvolveram estudos sobre bioética, nanotecnologias e os dilemas do pós-humanismo.



423ª edição – As revoluções tecnocientíficas e a modelagem das feminilidades, hoje. A modelagem das feminilidades favorecidas pelas revoluções tecnocientíficas contemporâneas é o tema de capa da IHU On-Line.

Participam do debate Marlene Tamanini, Diana Maffía, Maristela Mitsuko Ono, Marília Gomes de Carvalho, Carolina Ribeiro Pátaro e Leonor Graziela Natansohn.



420ª edição – A medicalização da vida. A autonomia em risco.

O tema é debatido por profissionais e pesquisadores tanto da área da saúde como também de outros campos do conhecimento. Contribuem para o debate Charles

Tesser, Luis David Castiel, Fábio Alexandre Moraes, José Roque Junges, Maria Stephanou, Ricardo Teixeira, Sandra Caponi e Rosangela Barbiani.



417ª edição – A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios. Examinar o conceito de autonomia em suas diferentes acepções e, sobretudo, analisar a herança e atualidade kantiana para compreendermos os desafios que se colocam em nosso tempo a partir do protagonismo e responsabilidade do

sujeito é o tema em discussão desta edição da revista IHU On-Line.

Contribuem para o debate Jerome B. Schneewind, Oswaldo Giacoia, Paul Valadier, Mario Fleig, Daniel Tourinho Peres, Vinícius Berlendis Figueiredo, Carlos Josaphat e Rejane Schaefer Kalsing.

Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos

The screenshot shows the Facebook profile of Instituto Humanitas Unisinos. At the top, there is a search bar and navigation links. The main cover photo features three lit candles. Below the cover, the profile name 'Instituto Humanitas Unisinos' is displayed with 9,267 likes and 1,510 people talking about it. There are buttons for 'Curtiu' and 'Mensagem'. Below the profile information, there are sections for 'Mídia/Notícias/Publicação', 'Fotos', 'Opções "Curtir"', 'Eventos', and 'Promoções'. A post from 'Instituto Humanitas Unisinos' is visible, mentioning a photo update from the 'Festa das Luzes' event. On the right side, there are advertisements for MBA FGV and Academia Social, along with a 'Agora' section showing the year 2013.

Biopolítica e complexidade – Da cidadania biológica à ética somática

Nikolas Rose reflete sobre os modos como a vida humana foi condicionada a uma existência médica, biológica e cognitiva, tornando as questões biomédicas inseparáveis da participação cidadã

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA | TRADUÇÃO: ISAQUE GOMES CORREA

Referência na área de biologia sintética, Nikolas Rose explora em sua obra como os desenvolvimentos científicos mudaram as concepções da identidade e da governança humana e o que isso significa para o nosso futuro político, socioeconômico e jurídico. No entanto, ele foge do deslumbramento de futuristas ou entusiastas dos avanços científicos. De perspectiva crítica e realista, compreende que a área ainda dá seus primeiros passos em direção ao desenvolvimento, ocupando um espaço pequeno na “compreensão contemporânea da identidade humana”.

É o caso, por exemplo, do projeto Genoma Humano, cujas perspectivas apontavam que “iríamos nos mover para uma época de fatalismo ou reducionismo genético em que os seres humanos seriam vistos inteiramente em termos de sua composição genética e seriam administrados, controlados, em termos desta composição”. No entanto, isto não aconteceu. Rose destaca que, em verdade, mais do que se propor a criar novas formas de vida ou de manipular características inatas do ser humano, os estudos mostram que o importante não são apenas os genes, mas o modo como são ativados, ligados e desligados, durante o curso de nossas vidas. Isto é, “a genética é muito mais complicada do que algumas pessoas imaginam e os genes não são instruções digitais para se produzirem seres humanos”.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Rose retoma a discussão do modo como a vida humana foi condicionada a “uma existência médica, biológica e cognitiva” – o corpo, o estilo de vida, os filhos, o envelhecimento –, o que vinculou de maneira inseparável a cidadania e a própria ética às questões biomédicas. Rose reflete ainda sobre o modo como este estilo de vida é pautado por um desenvolvimento científico que sofre influências do capitalismo financeiro – o que gera exclusão e direciona os avanços.

Tendo em vista as recentes preocupações com a epidemia de ebola, na África, ele se pergunta: “Deveremos dispor estas vacinas às populações em Serra Leoa, apesar de elas não terem sido testadas ainda? Quem pagará por isso? Quem colherá seus benefícios? Será este, no entanto, outro exemplo de um experimento ocidental numa população aprisionada cujas vidas não significam nada?”.

Nikolas Rose é professor de Sociologia e diretor do Departamento de Ciências Sociais, Saúde e Medicina do *King's College* de Londres. Rose é codiretor do Centro de Biologia Sintética e Inovação (CSynBI), uma importante colaboração de pesquisa entre o *King's College* e o *Imperial College* de Londres. Biólogo, psicólogo e sociólogo, Rose cofundou duas influentes revistas radicais nos anos 1970 e 1980, desempenhando um papel fundamental na introdução do pensamento crítico pós-estruturalista francês para o público anglófono e ajudou a desenvolver novas abordagens para a análise e a estratégia políticas. Publicou amplamente sobre vários campos e disciplinas, e sua obra foi traduzida para 13 idiomas. É ex-editor administrativo e coeditor-chefe da revista interdisciplinar *BioSocieties*. Seu último livro, escrito com Joelle Abi-Rached, intitula-se *Neuro: The New Brain Sciences and the Management of Life* (Princeton: University Press, 2013), obra debatida no Evento Abrindo o Livro do IHU, no dia 09-10-2014.

O professor apresenta a conferência *A biopolítica no século XXI: cidadania biológica e ética somática*, no dia 22-10-2014, às 9h, no Auditório Central da Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as principais relações entre a cidadania biológica e a ética somática?

Nikolas Rose – Para responder a esta pergunta, preciso voltar um pouco. Num livro que escrevi há alguns anos, sustentei que os indivíduos estavam, cada vez mais, definindo suas vidas em termos de uma existência médica, biológica e cognitiva. Assim, questões centrais sobre como deveriam se relacionar, como deveriam viver, o que deveriam fazer, pelo que deveriam esperar, o que deveriam temer, são postas em termos médicos ou biológicos: administrar o meu corpo, evitar a obesidade, não comer alimentos com altos níveis de colesterol, fazer exercícios, administrar a minha reprodução, preocupar-me com o declínio cognitivo fazendo palavras cruzadas para afastar as consequências de um declínio cognitivo potencial, e assim por diante. Noutras palavras, estas interrogações definidas médica ou biomedicamente estavam começando a desempenhar um papel-chave na forma como as pessoas administram suas vidas no dia a dia.

Ou seja, havia questões éticas para elas. Se considerarmos a ética tal como considero, ou seja, como algo que fala sobre os valores que deveriam orientar um indivíduo enquanto ele administra a sua existência diária, os seus juízos sobre o que é bom, o que é mau, o que é certo, o que é bobagem, o que é virtuoso, o que não é... Se considerarmos que a ética trata deste tipo de questão, então sustento que aquelas interrogações éticas estavam, mais e mais, sendo formuladas em termos somáticos sobre o corpo, sobre como administrar a existência corporal do sujeito.

Esta foi a primeira parte [da resposta]. Por que isso se relaciona com a cidadania? Porque argumentei, novamente, que os indivíduos estavam, cada vez mais, pensando sobre certas características da cidadania também dentro de um quadro biológico, ainda que as autoridades públicas estivessem se preocupando sobre, digamos, o fardo das doenças mentais de seus cidadãos, ou sobre a chegada da epidemia da obesidade, sobre as implicações potenciais de uma epidemia de demência. As autoridades procuravam administrar aqueles que habi-

tavam os seus territórios para tentar minimizar tais ameaças.

Então, visto de cima, por assim dizer, a natureza dos cidadãos está ligada à natureza da biologia deles. E, é claro, isso deveria levantar questões amplas, tais como: Quem cuidará dessas pessoas? E dos idosos? Quem vai cuidar das pessoas com demência? Portanto, trata-se de uma ampla gama de cidadãos com interrogações.

Por outro lado, visto a partir da base, cada vez mais as pessoas estavam exigindo os seus direitos, inclusive os direitos por assistência gratuita, quando estiverem velhos, ou uma assistência gratuita à saúde caso elas – ou algum ente familiar – estiverem sofrendo de demência. Elas estavam exigindo o acesso a drogas muito caras contra o câncer a fim de prolongar suas vidas, ou o acesso a outros tipos de atividades que promovem a saúde. Foi assim que a cidadania se integrou, de forma nova, a estas questões biomédicas. Eis uma longa resposta para a sua curta pergunta.

IHU On-Line – Como essas duas categorias se misturam e dialogam com a biopolítica no século XXI?

Nikolas Rose – Penso a biopolítica como vitalidade: disputa biopolítica em torno do que é a vida como uma espécie de característica vital dos seres humanos, individual e coletivamente. Penso em todas aquelas disputas sobre a administração da vida, a modelagem da vida, a organização da reprodução, o acesso ao aborto, à testagem genética, se os indivíduos deveriam ou não ser geneticamente testados, ou se deveriam ter acesso à assistência médica personalizada, e assim por diante. Desse modo, tenho argumentado que, cada vez mais, a política – a biopolítica – se tornou uma política em torno de questões vitais. E, na medida em que estas interrogações vitais foram compreendidas na linguagem da biologia ou da biomedicina – que é uma espécie de linguagem molecular, uma compreensão molecular do corpo humano como um tipo de máquina vital –, elas acabaram se tornando uma característica da biopolítica contemporânea. Em resumo, este é o argumento – ou parte do argumento que fiz – num livro chamado *Politics of Life Itself* (Prince-

ton: University Press, 2006), A política da própria vida. Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI (São Paulo: Paulus, 2013), na versão em português, obra esta que foi apresentada no Evento Abrindo o Livro do IHU, pelo professor doutor e pesquisador Roque Junges no dia 23-09-2014.

IHU On-Line – Em que medida o biopoder e a dignidade humana são categorias importantes para uma reflexão ética sobre as descobertas e aplicações da biologia sintética?

Nikolas Rose – Esta é a pergunta principal. Quer que eu responda especificamente sobre a biologia sintética?¹ Acho que é importante, neste momento, fazer uma distinção entre a realidade da biologia sintética e a esperança por uma biologia sintética. No momento, ela é uma atividade, em grande parte, laboratorial. Embora haja grandes esperanças pela forma na qual ela possa produzir novas maneiras de criar energia, novas maneiras de se produzir drogas, novos organismos que possam ter consigo funções úteis para os seres humanos, no momento ela se encontra, quase que inteiramente, na fase laboratorial de pesquisa. Portanto, estamos num estágio muito, muito inicial. E, até certo ponto, precisamos ter cuidado sobre as projeções para o futuro a partir de onde nos encontramos no presente. Precisamos perceber que há um longo e sinuoso caminho entre o desenvolvimento destas coisas em laboratório, onde elas podem ter sucesso ou fracassar, e então trazê-las para dentro do mundo. Isso pode levar 5, 10, 15, 20 anos.

Penso ser importante que aqueles que se preocupem com implicações bioéticas se foquem nas coisas que estão acontecendo agora sem supor que tudo que se diz nos debates sobre a biologia sintética seja imediatamente possível. Darei aqui um exemplo muito simples. Uma das grandes preocupações, especialmente nos Estados Unidos, é quanto à

¹ **Biologia Sintética:** O Instituto Humanitas, em seu sítio, apresenta um amplo debate em torno do tema. A edição 429 da Revista IHU On-Line faz um resgate sobre o conceito entrevistando uma série de professores e pesquisadores. Mais informações em <http://bit.ly/1tEnWuz>. (Nota da IHU On-Line)

forma como a biologia sintética pode possibilitar que terroristas (ou aqueles com intenções malignas) produzam patógenos (bactérias ou vírus) e os usem em ataques terroristas. Meus colegas e eu realizamos um workshop de dois dias para examinar estas questões. O resultado desta atividade com atores muito experientes vindos de uma ampla gama de disciplinas é que estas preocupações estão, realmente, muito fora da realidade. Temos acesso, ou os terroristas têm acesso, a alguns dos patógenos mais virulentos atualmente. Estes estão ao nosso alcance neste momento, mas eles não são usados em grande parte porque é difícil fazer deles armas, é muito difícil usá-los como armamento eficaz.

A primeira coisa é que, para produzir patógenos sintéticos, ainda que em teoria isso seja possível, na realidade é extremamente difícil fazê-lo numa escala apropriada. Houve organizações terroristas que tentaram assim fazer, mas fracassaram. Uma vez que se tem um patógeno, é muito difícil usá-lo como arma, direcioná-lo de forma correta, administrá-lo de forma que ainda seja patogênico caso o lancemos de um avião ou o coloquemos num reservatório líquido. Não é tão fácil fazer estas coisas. E qualquer ataque provável com tais patógenos terá muito menos casualidades do que os ataques com armas convencionais.

Então, se o discurso ético acen-tua os perigos da biologia sintética em relação aos patógenos, na verdade ele serve para aqueles que querem usar estas armas como “armas de medo”, e não armas de destruição propriamente. Se dissermos a alguém: “Colocamos patógenos sintéticos em sua água, e agora você vai morrer”. Isso pode soar improvável de acontecer; na verdade, é provavelmente impossível que isso aconteça. Mas o medo que isso geraria é bastante grande.

Percebo que a ética precisa se manter bem próxima à realidade e evitar aceitar todas as declarações sobre o que vai provavelmente acontecer em 15, 20 ou 30 anos. Não vamos valorizar as questões de biopolítica, embora eu pense que chegamos numa época em que a vida pode ser administrada e modificada no nível molecular, e isso está nos oferecendo, ao lado de especialistas, cientistas, desenvolvedores de tecnologia, um tipo de poder sobre

a vida que, realmente, nunca tivemos antes. E aqui estamos nós, com certa cautela – precisamos ser cautelosos quanto a entender a questão –, pois há muitos problemas envolvendo o poder. Estamos, todavia, numa época em que as disputas de poder sobre esta técnica de manipulação da vida serão cada vez mais salientes. Quanto à participação da biologia sintética como sendo, verdadeiramente, um elemento destas disputas, penso que ela intensifica mais claramente a ideia de que podemos administrar a vida no nível molecular, e até mesmo no nível atômico. Mas não acho que este seja o principal espaço conceitual para a análise do biopoder contemporâneo.

IHU On-Line – Quais são as principais mudanças nas concepções de identidade e governança humana a partir dos desenvolvimentos tecnológicos?

Nikolas Rose – Penso que estes novos desenvolvimentos em biologia desempenham um papel, mas apenas um papel pequeno, na compreensão contemporânea da identidade humana. Se pegarmos o exemplo da genética, com certeza há os que previram que, com o Projeto Genoma Humano² e com sua conclusão, iríamos nos mover para uma época de fatalismo ou reducionismo genético em que os seres humanos seriam vistos inteiramente em termos de sua composição genética e seriam administrados, controla-

2 Projeto Genoma Humano: As técnicas do Dr. Venter foram utilizadas na esmagadora maioria dos sequenciamentos de genomas realizados em todo o mundo. Em 1998, fundou a mundialmente conhecida Celera Genomics para decodificar o genoma humano usando o Sequenciamento Shotgun, novos algoritmos matemáticos e novas máquinas automatizadas para sequenciar DNA. Craig Venter é autor de mais de 200 artigos de pesquisa e recebeu inúmeros diplomas honorários e prêmios científicos. Entre eles, citamos o Prêmio Internacional da Fundação Gairdner em 2002, o Prêmio Paul Ehrlich e Ludwig Darmstaedter de 2001 e o Prêmio Científico Rei Faisal. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou uma série de entrevistas, artigos e reportagens de Craig Venter. Acesse o site e veja Vida artificial. O anúncio de Craig Venter, no link <http://bit.ly/16deZYf>; Craig Venter: o dono da vida artificial, no link <http://bit.ly/GPgwx>; Craig Venter: o futuro e a vida artificial, no link <http://bit.ly/GPgC7X>; “Agora o desafio é criar uma vida artificial”, afirma Craig Venter, no link <http://bit.ly/1alqWro>. (Nota do IHU On-Line).

dos, em termos desta composição. Na realidade, tal previsão não aconteceu, e isso se deu por duas razões.

Em primeiro lugar está o Projeto Genoma Humano que nos mostrou, de fato, que a maioria daquilo que pensávamos sobre a genética estava errado, que, na verdade, a genética é muito mais complicada do que algumas pessoas imaginam e que os genes não são instruções digitais para se produzirem seres humanos. Os genes somente operam no curso do desenvolvimento, mudando continuamente junto do meio ambiente. E os genes que herdamos desempenham apenas, na melhor das hipóteses, um papel pequeno, porém importante. Mas o que é também importante é como estes genes são ativados, ligados e desligados, durante o curso de nossas vidas no que se chamou, por convenção, de epigenética.³

Assim, no que diz respeito à identidade humana, não vimos nenhum reducionismo genético. Vimos explicações genéticas se entrelaçarem, de forma complicada, com outros tipos de explicações. É evidente que há alguns que ainda sonham com explicações genéticas simples sobre doenças humanas complexas; muitas pessoas ainda estão procurando a base genética simples dos problemas complexos de saúde mental. Porém, estão fracassando em grande medida.

Em segundo lugar, penso que quando as pessoas pensam sobre a constituição genética delas, sempre imaginam isto relacionando-a com noções mais antigas de herança, do tipo: “Eu recebi de minha mãe”, ou “Recebi de meu pai”, ou ainda: “Herdei de meus avós”. Estas ideias muito antigas de herança ainda têm grande presença entre as pessoas. Elas se interligam com os argumentos genéticos contemporâneos. Então, de novo, acho que precisamos pensar – e é por isso que a pesquisa de cunho etnográfico, pesquisa detalhada, é valiosa para nós.

IHU On-Line – Em que sentido essas mudanças de identidade e governança se traduzem numa modelagem da vida?

3 Epigenética: é um termo referido como uma extra informação genética que com ajuda de modificações de cromatina e DNA ajudam ou inibem determinado genes. (Nota da IHU On-Line)

Nikolas Rose – Acho que houve uma mobilização da vida desde as origens da domesticação, da criação de cães, da criação de animais, na tentativa de extrair uma espécie de mais valia a partir das capacidades vitais da vida em si. Desde estes tempos, o homem mobilizou suas mais-valias (ou o excedente) para fins próprios. Não que as coisas sejam as mesmas hoje como foram nos primórdios da agricultura, mas, de novo, penso que há uma continuidade, bem como uma mudança, aí presente.

Voltemos para a pergunta sobre a biologia sintética: está claro que uma das coisas que os biólogos sintéticos precisam fazer é mobilizar as propriedades criativas vitais dos organismos vivos e direcioná-los para fins humanos, e assim fazerem organismos que possam ser produtores bastante eficazes de energia, para mobilizar as propriedades vitais das bactérias de forma que elas digiram os poluentes e assim por diante.

Portanto, nesse sentido há uma tentativa de extrair mais valia, de extrair algo que seja explorável a partir das propriedades vitais da vida em si. Quanto a isso, eu mesmo sou uma espécie de neovitalista. Penso que há algo intrigante quanto aos organismos vitais que os distingue da matéria morta. No entanto, algumas pessoas pensam que a biologia sintética nos mostrou que este não é o caso. Claramente pode-se ver a mobilização de mais valia a partir do excedente vital dos seres humanos. Pode-se considerar o transplante de órgãos, a venda de componentes reprodutivos como óvulos e espermatozoides, a exploração das capacidades reprodutivas das mães de aluguel. E, em certo nível, vemos também os esforços no prolongamento da vida ou no aperfeiçoamento das capacidades intelectuais ou das capacidades de memória. Então, percebemos maneiras de tentar manipular, tentar aperfeiçoar ou modular as capacidades vitais para fins humanos e, assim, há uma mobilização da vitalidade. Isso remonta ao que eu disse no começo. Uma vez que começamos a ver a vitalidade como um tipo de mecanismo, como um mecanismo incrível mas de forma alguma mecanicista, e uma vez que começamos a fazer a engenharia reversa deste mecanismo, poderemos compreender os proces-

sos vitais no nível molecular – e esta compreensão se relaciona intrinsecamente com as intervenções.

Portanto, uma vez que pudermos compreender, poderemos intervir. E uma vez que pudermos intervir, em seguida, num certo sentido, quase tudo se torna possível. Mas há muitas e muitas coisas que ainda são biologicamente impossíveis. A ideia de poder fazer a engenharia reversa de qualquer processo vital, de poder analisá-lo em suas propriedades moleculares e de poder intervir para transformar tais propriedades moleculares de forma que seja possível usar a natureza vital criativa de um organismo vivo para as nossas próprias finalidades – penso que isto tudo seja parte do sonho principal de nossa época.

IHU On-Line – Ao mesmo tempo em que há um imenso desenvolvimento tecnocientífico na sociedade, convivemos ainda com problemas como terrorismo, fome e epidemias. Como compreender esse paradoxo?

Nikolas Rose – Uma resposta simples, mas que não está inteiramente equivocada, é que as nossas capacidades tecnocientíficas estão sendo usadas para beneficiar uns poucos. Isso não está completamente equivocado, como disse. Podemos considerar a produção farmacêutica, por exemplo. Podemos perceber que, apesar dos melhores esforços empreendidos por muitas organizações mundiais na área da saúde, a produção farmacêutica ainda está devotada às doenças de uns poucos, os poucos ricos, em vez de voltar-se às doenças da grande maioria. Até certo ponto podemos ver, em relação à agricultura – e você pergunta sobre a fome –, que, embora tenhamos poderosas tecnologias agrárias e tecnologias agrobiológicas, a forma como elas estão sendo desenvolvidas, em grande parte por empresas privadas, e a forma como elas estão sendo implantadas, em grande parte para manter os monopólios privados, também cooperam para o bem de uns poucos. Penso nos acordos comerciais que têm sido feitos entre os EUA e muitos países da América Latina sobre o uso de organismos geneticamente modificados, de culturas geneticamente modificadas e assim por diante. Os fazendeiros não têm permissão para manter as sementes

no intuito de usá-las na próxima geração, ou para realizar experimentos por eles mesmos e melhorá-las.

Assim, em certos níveis os paradoxos que você aponta na pergunta são os paradoxos do capitalismo financeiro acionista internacional e a forma como ele se cruza com os desenvolvimentos tecnocientíficos que enxergamos. Penso que existem – e esta é provavelmente uma opinião pessimista para se terminar uma resposta – responsabilidades também para com os eventos atuais. Vemos o debate corrente sobre o vírus ebola mencionado na pergunta. Sabemos que este paradoxo carrega consigo as suas próprias questões éticas. Sabemos que temos vacinas não experimentadas ainda.

Deveremos dispor estas vacinas às populações em Serra Leoa, apesar de elas não terem sido testadas ainda? Quem pagará por isso? Quem colherá seus benefícios? Será este, no entanto, outro exemplo de um experimento ocidental numa população aprisionada cujas vidas não significam nada? A meu ver, infelizmente vivemos num mundo em que este paradoxo leva as pessoas a rejeitarem as possibilidades de usarmos a oferta da biotecnologia para aliviar a fome e administrar doenças. Penso que há ainda um grande potencial nos organismos geneticamente modificados no sentido de aliviar a fome, e é uma lástima que a luta contra as grandes indústrias do agro-negócio seja uma luta contra a própria modificação genética, ou que apresente os seus argumentos em termos contrários aos organismos geneticamente modificados. Penso que isso não seja nada útil. Pertencemos a uma antiga tradição que considera o desenvolvimento científico como fundamental ao progresso humano ao longo dos séculos, e como algo que vai continuar sendo fundamental para o progresso humano no futuro. O que precisamos fazer é abraçar a ciência e a tecnociência e tentar usá-las para finalidades humanas e públicas em vez de virar as coisas para a tecnociência em si.

IHU On-Line – Qual é o espaço para a autonomia do sujeito numa sociedade cada vez mais dependente da tecnociência?

Nikolas Rose – Acho que os leitores de meus livros saberão que sou um

tanto cético sobre ideias a respeito da autonomia e penso que muitos aqui enfatizam estas ideias em detrimento da ética da dependência, obrigação e solidariedade, que fornecem as condições sob as quais as pessoas podem se sentir como se fossem autônomas. Assim, a autonomia de desenvolve fora de uma infraestrutura coletiva e, até certo ponto, de uma infraestrutura tecnológica. E, se pensarmos sobre isso, poderemos pensar todos os tipos de formas nas quais a tecnologia pode fortalecer a autonomia, porém a certo custo.

Dessa forma, por exemplo, podemos pensar sobre a maneira como as tecnologias móveis de saúde em nossos aparelhos de celular melhoram a nossa capacidade de saber algo sobre as condições de saúde e, talvez, nos ajude a administrá-las. Mas, no mesmo instante, tais tecnologias enviam estas informações para algumas grandes empresas que as usam para seus próprios fins. Podemos dizer o mesmo sobre o tipo de tecnologias sensoriais que se usam em algumas circunstâncias a fim de permitir que alguns idosos vivam em suas casas. Com elas, é possível monitorar se a pessoa está ou não se movendo em sua casa, usando tecnologias sensíveis remotas. Fica-se sabendo se ela acordou no horário certo, se está indo para a cozinha ou o banheiro, etc. Estas tecnologias móveis podem ser usadas para ajudar as pessoas a ficarem em casa e, assim, terem a sua autonomia garantida.

Por outro lado, esta autonomia é garantida a custo de uma espécie de regime de vigilância, se quisermos assim chamar. O mesmo também acontece com as tecnologias que envolvem monitorar espaços internos do nosso organismo, colocando um sensor em nossas artérias coronárias para ver se há, ou não, um acúmulo de material gorduroso e comunicá-lo ao médico. Num nível, isso serve para nos manter um ser humano autônomo. Não é preciso fazer exames o tempo todo, e assim por diante. Mas, noutro nível, tais tecnologias fazem com que os hábitos alimentares e de bebidas sejam monitorados por quem quer que os observe. Portanto, penso que há sempre uma troca nestas questões de autonomia.

E é por isso que elas são eticamente interessantes. É por isso que são difíceis de avaliar. Se tudo fosse

simples, então estaria tudo bem. Mas, infelizmente, nos esforçamos junto de nossos alunos no sentido de reconhecer que as coisas são realmente complicadas, realmente ambíguas. E o papel da análise crítica não é se afastar desta ambiguidade, mas ajudar a pensarmos como encarar a questão. Assim, em última instância, é preciso tomar decisões que não são decisões sem custos. Não há autonomia pura. Não há liberdade pura. Tais ideias são fantasias, sinto muito.

IHU On-Line – Ao lado dos inegáveis avanços trazidos pelos saberes oriundos da tecnociência, qual é a sua percepção sobre o antropocentrismo que caracteriza o empreendimento humano da ciência moderna?

Nikolas Rose – Esta pergunta é bastante interessante. De novo, acho que existem duas formas de se pensar aqui. Por um lado, penso que, sim, grande parte da ciência contemporânea é antropocêntrica no sentido de que, em última instância, ela busca beneficiar o ser humano. No entanto, penso que cada vez mais – naquilo que alguns estão chamando de antropoceno⁴ – estamos percebendo que é impossível separar os humanos de outras espécies. Quero dizer, podemos ter a opinião ética de que todas as espécies se equivalem em valor, mas, mesmo se deixarmos isso de lado, o planeta que tiver o objetivo de apoiar os seres humanos é aquele que terá de apoiá-los através de uma relação complexa com um monte de outras dimensões – animadas ou inanimadas – daquele mesmo planeta. E se pensarmos que é possível simplesmente desenvolver um sem afetar os demais, se pudermos aumentar, por exemplo, a expectativa de vida humana de forma que todos nos tornemos imortais, ou transformar as dietas humanas de forma tal que não comamos carne, sem ter maiores consequências para todo o resto da ecossfera em que vivemos, começaremos a perceber que esta é uma maneira míope de se pensar.

Então, até certo ponto as pessoas estão começando a reconhecer que precisamos pensar, de forma

mais simples, sobre as externalidades de nos focarmos sobre os seres humanos. Ou, para dizer de forma mais sofisticada, precisamos pensar sobre como tudo o que acontece ao humano, cada transformação que fazemos numa forma humana de vida, tem reverberações em todo o meio ambiente – animado e inanimado – em que vivemos. E que muitas destas reverberações estarão voltando para nos assombrar, seja no curto prazo ou em definitivo, para assombrar as gerações futuras.

Isto torna as intervenções dez vezes mais complicadas. Mas, infelizmente, esta é a situação em que nos encontramos e que, penso eu, as pessoas estão recentemente começando a compreender, na medida em que pensamos sobre as transformações na expectativa de vida, na demografia, nas transformações das dietas, nas implicações da organização acelerada, no crescimento populacional em diferentes regiões do mundo, e assim por diante. Estamos começando a perceber que estes são fenômenos grandemente inter-relacionados. Estas inter-relações precisam ser analisadas, mas – para ser franco – não somos muito bons em analisá-las, até mesmo no curto prazo, quem dirá fazer previsões acuradas sobre como estarão se comportando no longo prazo. Talvez possamos pensar num horizonte de tempo para 10 anos, talvez 20, mas além de 20, 30, 40 anos, nós, seres humanos, não somos nada bons em prever. Feliz ou infelizmente, é uma prova das incógnitas que perturbam os nossos cuidadosos planos.

Leia mais...

- *Neurociência e gestão da vida. Um olhar sobre a obra de Nikolas Rose.* Entrevista com Eduardo Zanella e Miguel Herrera publicada na edição 455 da **IHU On-Line**, de 29-09-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon455>.
- *A vida nas interfaces das mutações tecnocientíficas e suas repercussões sobre a subjetividade.* Entrevista com José Roque Junges sobre o livro de Rose, publicada na edição 454 da **IHU On-Line**, de 15-09-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon454>.

⁴ **Antropoceno**: termo usado por alguns cientistas para descrever o período mais recente na história do Planeta Terra. (Nota da **IHU On-Line**).

Capitalização, estetização, realização. Corporalidades e a modelagem de si

Para a cientista social Flavia Costa, os corpos são campos de ação de onde as modelagens das corporalidades já podem ser construídas em nível genético

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: BENNO DISCHINGER

Pesquisadora da relação entre biopolítica e biotecnologia, Flavia Costa se debruça sobre a questão das corporalidades – ou seja, a vivência do corpo associada aos “aspectos biológicos e aparenial-performáticos”. Assim, diferentemente do que no passado, quando características biológicas eram fatalidades do destino – “à qual casualmente podiam ajustar com ortopedias e enfeites externos” –, hoje, impulsionado pelos discursos midiáticos e tecnocientíficos, os corpos são um campo de ação, “no qual é possível e desejável intervir ‘a partir de dentro’ para corrigir suas falhas, antecipar seus potenciais acidentes e preveni-los”.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora reflete sobre o modo como biotecnologias tais como os diagnósticos moleculares, os psicofármacos, as técnicas de diagnóstico genético pré-natal e o uso médico de células-tronco fazem parte de um panorama maior – junto aos transplantes de órgãos – que abrem o corpo de um indivíduo para outros corpos.

Essas corporalidades, a partir de uma “modelagem de si”, são definidas a partir de

pressões em diversas instâncias: da capitalização, da estetização e espetacularização ou da realização individual. Estas “implicam uma moralização da relação consigo mesmo: nós nos subjetivamos enquanto sujeitos morais, na medida em que atuamos em relação com essas três demandas”, relata.

Flavia Costa é doutora em Ciências Sociais pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais da UBA e do *Instituto de Altos Estudios Sociales* (IDAES) da *Universidad Nacional de General San Martín* (UNSAM). Costa é editora da revista eletrônica *Papeles de trabajo* e é uma das tradutoras para o espanhol dos livros de Giorgio Agamben.

A professora apresenta a conferência *Corporeidade e biotecnologias*, no dia 22-10-2014, às 16h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, na Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais nexos entre as biotecnologias e a corporalidade em nosso tempo?

Flavia Costa – Se entendermos por corporalidade a relação reflexiva que mantemos com nosso próprio corpo, isto é, uma vivência do corpo associada a dois aspectos: o biológico e o aparenial-performático, as

biotecnologias aparecem facilitando e até promovendo um modo de interpelarmos, enquanto corpos que potencialmente estão em condições de ser corrigidos, transformados, otimizados e inclusive programados através de uma invenção tecnológica intensiva. Diversamente do que ocorria antigamente, quando a dotação biológica

aparecia como um destino, uma fatalidade para as pessoas, à qual casualmente podiam ajustar com ortopedias e enfeites externos, a percepção atual – nem sempre realista quanto às possibilidades concretas, mas impulsionada como horizonte pelos discursos midiáticos e tecnocientíficos, é que os corpos são um campo de ação no qual

é possível e desejável intervir “a partir de dentro” para corrigir suas falhas, antecipar seus potenciais acidentes e preveni-los.

Neste plano, biotecnologias como os diagnósticos moleculares, a nova geração de psicofármacos, as técnicas de diagnóstico genético pré-natal, o uso médico de células-tronco, a obtenção de organismos para produzir antibióticos ou as terapias regenerativas participam de um conjunto maior integrado também por procedimentos que se dirigem ao corpo e o abrem a outros corpos, como o transplante de órgãos, ou com “o outro” do corpo, isto é, com materiais artificiais como as próteses, passando pelas cirurgias reparadoras e plásticas que permitem mudanças morfoanatômicas e estéticas buscadas e de amplo alento. Este conjunto maior abrange todas aquelas operações tecnológicas realizadas pelos indivíduos e orientadas a transformar os aspectos biológicos para conhecer e moldar um “si mesmo”. E se inscreve num marco de *tecnificação da vida* que inclui muitos outros aspectos, como o crescimento exponencial dos parques tecnológicos, a automatização dos processos produtivos, a *massmedialização* das relações sociais, o desenvolvimento de dispositivos de produção e transmissão de informações.

IHU On-Line – Em que medida essas biotecnologias impactam, também, nas subjetividades?

Flavia Costa – Neste sentido em que estamos falando, as biotecnologias aparecem facilitando uma concepção de nós mesmos como o que o sociólogo britânico Nikolas Rose¹ de-

nomina “indivíduos somáticos”, isto é, indivíduos para os quais o corpo biológico aparece como sede parcial, porém cada vez mais significativa da subjetividade. Durante boa parte dos séculos XIX e XX os seres humanos das sociedades ocidentais se compreendiam a si mesmos como seres habitados por uma interioridade psicológica profunda. Eles se viam como *homo psychologicus* e organizavam, portanto, sua experiência vital em torno de um eixo situado em sua interioridade, na qual deviam buscar cavoucar para encontrar uma verdade íntima e relativamente obscura. Porém, ao longo das últimas décadas, essa figura começou a ser deslocada e substituída por um ser inquieto por eventuais falhas genéticas, distúrbios neuroquímicos, inadequações estéticas. Em definitivo, “erros de programa” ou de “codificação”, cujo remédio já não está no recurso introspectivo, senão na ação consciente e responsável sobre seu corpo, seus neurônios, seus genes, que se converte deste modo no objetivo principal do trabalho ético. Estamos imersos numa rede de discursos políticos, científicos e midiáticos de promoção da saúde e de busca do bem-estar físico e psicológico na base de uma ação sobre o corporal, seja a partir de um ramalhete de práticas tradicionais cuidadosamente ajustadas pela linguagem biomédica, como a nutrição adequada e o exercício físico, seja a partir de novos produtos, como os psicofármacos mais recentes que – como diz Rose – curiosamente começaram a encarnar a promessa de que podem fazer com que as pessoas afligidas pelos transtornos como a insônia, a ansiedade ou a depressão voltem a ser “elas mesmas”.

Hoje as ciências do cérebro e do comportamento estabelecem correspondências cada vez mais estreitas entre os problemas, atuais ou potenciais, das pessoas e sua complexão

BioSocieties. Seu último livro, escrito com Joelle Abi-Rached, intitula-se *Neuro: The New Brain Sciences and the Management of Life* (Princeton: University Press, 2013). É autor da entrevista, xxxx, nesta edição *Biopolítica e complexidade - Da cidadania biológica à ética somática* e apresenta a conferência *A biopolítica no século XXI: cidadania biológica e ética somática*, no dia 22-10-2014, às 9h, no Auditório Central da Unisinos. (Nota da IHU On-Line).

biológica ou seu cérebro, seus genes, seus neurônios, seus neurotransmissores. Começam, assim, a solaparem-se as dimensões da subjetividade e a corporalidade, a tal ponto que – em alguns contextos – o estado geral do corpo deixou de identificar-se como efeito ou sintoma de estados emocionais ou psicológicos num nível “mais profundo”, para começar a identificar-se, em troca, com sua causa ou seu motivo. Isto é muito evidente, por exemplo, nos discursos que promovem que uma mudança de imagem externa, desde uma cirurgia estética até uma renovação do look, produzirá uma imediata melhora na “autoestima”. Mas também nos discursos que tendem a multiplicar as “desordens mentais” até incluir a timidez ou o “transtorno infantil de oposição desafiante” entre as dores difusas que se podem tratar com medicamentos. Assim, as pessoas começam a ver o seu corpo como um âmbito de intervenção e forjam em torno dele uma nova moral referida ao cuidado de si que, em nome da maximização e potenciação da vida, da “qualidade de vida”, deve realizar-se inclusive de forma antecipada e preventiva, ainda antes de se desencadear um problema específico. Se expande a figura do portador assintomático, cujo exemplo mais conhecido é o da atriz Angelina Jolie, que em 2013 decidiu, depois de feitas as correspondentes provas de diagnóstico molecular e genético, submeter-se a uma dupla mastectomia, ao saber que teria altas possibilidades de desenvolver tumores.

IHU On-Line – Quais são hoje os principais objetivos desta “moldagem de si mesmo”?

Flavia Costa – Nas sociedades atuais, marcadas pela imbricação entre biopolíticas e tecnologias da vida, três forças históricas pressionam nossa relação com o próprio corpo. A primeira é a capitalização: valer mais; incrementar as potências do corpo enquanto “capital humano”, tanto herdado como adquirido. Isto implica, por exemplo, melhorar a dotação genética, bem como melhorar nossas capacidades através de uma boa educação. Aumentar nosso “valor” no mercado de trabalho, mas também no mercado afetivo e no merca-

¹ **Nikolas Rose**: Nikolas Rose é professor de Sociologia e diretor do Departamento de Ciências Sociais, Saúde e Medicina do King’s College de Londres. Rose é codiretor do Centro de Biologia Sintética e Inovação (CSynBI), uma importante colaboração de pesquisa entre o King’s College e o Imperial College de Londres. Biólogo, psicólogo e sociólogo, Rose cofundou duas influentes revistas radicais nos anos 1970 e 1980, desempenhando um papel fundamental na introdução do pensamento crítico pós-estruturalista francês para o público anglófono e ajudou a desenvolver novas abordagens para a análise e a estratégia políticas. Publicou amplamente sobre vários campos e disciplinas, e sua obra foi traduzida para 13 idiomas. É ex-editor administrativo e coeditor-chefe da revista interdisciplinar

do do desejo. A segunda demanda é a estetização e a espetacularização: embelezar e estilizar o corpo, estetizar a imagem do eu, fazendo do próprio corpo uma imagem exibível, da qual o sujeito usuário-autor-proprietário possa sentir-se orgulhoso. E isto em função de mostrar-nos mais, tornar-nos mais visíveis para os outros. A terceira é a realização individual: sentir-nos bem, anímica e fisicamente. Potenciar e intensificar a vida: por um lado, a luta contra o envelhecimento e contra as enfermidades; pelo outro, um desfrute mais pleno dos sentidos. Estes três mandatos têm pontos de intersecção, porém não são idênticos e podem ser analisados separadamente. Os três, ademais, implicam uma moralização da relação consigo mesmo: nós nos subjetivamos enquanto sujeitos morais, na medida em que atuamos em relação com essas três demandas.

A pressão pela capitalização condensa um nó de problemas em relação com o corpo são e bem dotado, disposto a produzir e a produzir-se como um capital capaz de oferecer rendas futuras: rendas em felicidade, em desfrute, em bem-estar e em boa situação econômica. A pressão pela visibilidade assinala um nó problemático em torno à relação com os demais, onde o mostrar-se, aparecer em redes sociais, tornar-se uma “selfie” se constitui como objetivo de primeira ordem para demonstrar que se “é”. Tal como explica a investigadora argentina Paula Sibilia² em seu livro *La intimidad como espectáculo* (Buenos Aires: Fondo de Cultura

2 Paula Sibilia: Ensaísta e pesquisadora argentina residente no Rio de Janeiro, dedica-se ao estudo de diversos temas culturais contemporâneos sob a perspectiva genealógica, contemplando particularmente as relações entre corpos, subjetividades, tecnologias e manifestações midiáticas ou artísticas. Concedeu algumas entrevistas ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre elas “Sociedade do espetáculo: só é o que se vê”, IHU On-Line 290, de 20-04-2009, disponível em <http://bit.ly/1rmSTM8>; *Ciências da vida redefinem a condição humana*. Edição número 259; e *Show do eu: a vitrine da própria personalidade*. Edição número 283, publicada em 24-11-2008. A pesquisadora já esteve no IHU proferindo a palestra *A tecnociência contemporânea e a ultrapassagem de limites: uma mutação antropológica?*, no dia 29-05-2008. (Nota da IHU On-Line).

Econômica, 2008), hoje ser visto resulta ser um imperativo, porque, se não nos mostramos, se não nos veem, sentimos que corremos o risco de não ser. E, ao mostrar-nos, devemos estar “produzidos” (como se diz na Argentina): isto é, bem cuidados, arrumados, adornados de forma adequada. Finalmente, a pressão pela realização pessoal se refere à relação com o trato consigo mesmo como seres que sabemos tratarmos com riscos – cuidamos de nosso corpo, nossa alimentação, nossas companhias, nossas horas de descanso –, mas que, ao mesmo tempo, não queremos “perder nada”, devemos “provar, experimentar tudo”. Estamos compelidos a desejar mais, obrigados a ser ou parecer felizes e exitosos, a mostrar-nos sempre triunfantes, com “atitude”. “Just do it” é a atual fórmula do êxito, o qual implica um treinamento complexo, na combinação entre prudência asseguradora e des controle controlado dos sentidos.

IHU On-Line – Em que sentido essas biotecnologias são uma expressão da biopolítica sobre a corporalidade dos sujeitos?

Flavia Costa – Para responder a esta pergunta devo fazer um rodeio. A noção de biopolítica, que Michel Foucault³ descreveu particularmente

3 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>;

entre 1974 e 1979, se refere à gestão da vida biológica da população por parte do Estado, e é um tópico central de sua descrição dos mecanismos de poder modernos. Dado que nunca publicou um livro sobre o tema, o que sabemos está desenvolvido através de cursos, artigos, conferências, entrevistas, a partir de cuja leitura podemos dizer, em termos um tanto esquemáticos, que Foucault apresenta quatro linhas de trabalho ou vias de acesso à questão.

A primeira é a que aparece na conferência *Nascimento da medicina social*, ditada no Rio de Janeiro em 1974, onde Foucault vincula o poder sobre a vida com o desenvolvimento, a partir do século XVIII, de uma medicina social e com o fenômeno da medicalização. Ali diz: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se operou simplesmente através da consciência ou da ideologia, senão que se exerceu no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, o mais importante era o biopolítico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica”.

A segunda, no primeiro tomo de sua *História da sexualidade* (Rio de Janeiro: Graal, 1984), intitulado *A vontade de saber*, onde as noções de biopoder e biopolítica aparecem confrontadas com as modalidades e o funcionamento do poder soberano, através do peso diferente que têm nos regimes soberanos e nos biopolíticos, o direito de morte e o poder sobre a vida.

A terceira via é a que Foucault desenvolve no curso *É preciso defender a sociedade*, de 1976, no qual descreve o modo em que, num marco biopolítico, é possível e racional exercer o direito de morte, para o qual analisa a guerra de raças e o racismo biológico e de Estado. A quarta via é a que desenvolve nos cursos *Seguran-*

bit.ly/ihuon364; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos *CADERNOS IHU em Formação*, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, Michel Foucault. *Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da IHU On-Line)

ça, território, população e Nascimento da biopolítica, de 1978 e 1979, nos quais a noção de biopolítica se vincula com o contexto de aparição do liberalismo como princípio de racionalização do exercício do governo, o que lhe permite descrever a governabilidade liberal e esboçar algumas características da neoliberalidade, então ainda emergente.

Dito isto, a leitura que estou propondo aqui tem a ver com a questão biopolítica, pelo menos em duas destas linhas de trabalho: a da medicalização e a da 'governamentalidade'. Por um lado, as biotecnologias aparecem num momento em que a "demanda infinita", inaugurada a partir da perspectiva ampliada do direito à saúde pode começar a ser canalizada por meio de tecnologias. Por outro lado, o eixo da governamentalidade, seria preciso dizer que, em termos gerais, a biopolítica contemporânea se orienta hoje por um modelo governamental-econômico que já não se apoia tanto numa axiomática para, a partir dela, desenhar um programa que organize e distribua ferreamente entre os viventes papéis, tarefas e objetivos, senão que produz condições de competência entre estes mesmos viventes.

O programa tendencialmente homogeneizador e disciplinar do welfarism⁴ de inspiração keynesiana⁵ vai deixando passagem – não são conflitos, nem em todos os lados do mesmo modo – ao programa "neoli-

beral", no qual cada habitante deve lutar por ganhar o seu direito a manter a vida numa tendência crescentemente diferenciadora. Serão as distinções de classe, de raça, de gênero, assim como as diferenças que cada indivíduo pode fazer valer em seu próprio corpo, as que vão permitir a cada um "ganhar" sua vida. Neste sentido se pode dizer que as biotecnologias, que sem dúvida constituem em muitos casos enormes conquistas em relação à possibilidade de resolver problemas candentes de grande quantidade de pessoas, famílias e grupos, funcionam também como apoio e como garantia na luta pela capitalização e otimização, num contexto, o das sociedades liberais avançadas, no qual as populações são interpeladas como conglomerados de indivíduos-empresa.

IHU On-Line – Qual é o espaço para o desenvolvimento da autonomia numa sociedade com essas características?

Flavia Costa – Esta pergunta, crucial, nos confronta com um dos paradoxos de nosso tempo. Na medida em que se promove a tecnificação e a medicalização da experiência corporal, não se pode não intervir. Claro que as pessoas já não se encontram, como na época disciplinar, com uma solução ou resposta generalizada e para todos. A governamentalidade contemporânea atua, como eu dizia há pouco, não tanto através de uma disciplina corretiva, permanente, normativa, senão mediante uma diversificação das possibilidades. A atual é, em boa medida, uma "biopolítica informacional", que substitui o controle corpo a corpo das disciplinas, com seus edifícios monumentais, a formação de agentes especializados, a manutenção de redes de recuperação de "casos difíceis", etc., por políticas de informação pública, de conscientização, de promoção de atitudes individuais preventivas, responsáveis e prudentes. Isto supõe uma gestão das desigualdades na base de uma premissa: os problemas, desejos e necessidades são universais, mas as respostas, soluções e alternativas podem ser personalizadas ou customizadas: se é livre para escolher mediante qual prática,

dentro de um arco do disponível no mercado (onde o Estado é uma oferta a mais), se dará cumprimento aos "próprios" desejos e necessidades. Portanto, dá-se o paradoxo de sujeitos que, quanto mais aparentemente livres, mais são governados. Um paradoxo que se evidencia também num duplo imperativo: por um lado, o de gerir as próprias possibilidades, de incrementar o próprio capital humano para se oferecer o preço mais alto possível no mercado afetivo, libidinoso, social ou laboral. Por outro, o imperativo de gozar, de intensificar a experiência do próprio corpo e as próprias capacidades – ao preço, por suposto, do "desgaste", e, portanto, ao risco de perder o obtido.

Assim, se torna difícil a pergunta pela emancipação. Como ser livre, emancipado, numa sociedade onde o governo promove uma "liberdade" cada vez mais extrema, mais desinibida (ao preço do controle mais oneroso sobre os perigos que ameaçam essas liberdades)? Pois bem, há algumas luzes no fundo desse túnel. Uma a provê o próprio Foucault em seu texto *O sujeito e o poder*, onde assinala que a filosofia é um instrumento para novas lutas. Entre outras características, estas novas lutas, diz, questionam o estatuto do indivíduo, na medida em que afirmam o direito a ser diferentes e criticam toda medida que ate o indivíduo a uma identidade; não porque estão contra o indivíduo, senão porque se opõem ao que se pode denominar o "governo por individualização". E rechaçam "as abstrações, a violência exercida pelo Estado econômico e ideológico que ignora quem somos individualmente, e também rechaça a inquirição científica ou administrativa que determina nossa identidade".

Creio que isto dá uma pista para abordar a pergunta que me fazia recém. Assim como creio que, para o desenvolvimento da autonomia, é preciso reflexionar uma e outra vez sobre a questão do valor: o que é valioso nos diferentes âmbitos de nossa experiência (nas artes, no pensamento, nos afetos, na política, em nós mesmos), por que o é, com que elementos e através de que ações se realiza, se sustenta, se fecunda.

⁴ **Welfare State:** Expressão em inglês que significa "estado de bem-estar" e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios sócio-econômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do IHU On-Line)

⁵ **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. Confira o **Cadernos IHU Ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuid37>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da IHU On-Line)

Medicina, técnica, ética e os dilemas preemptivistas na saúde

O professor de medicina Luis David Castiel reflete sobre os dilemas biopolíticos que envolvem o ataque a um problema antes mesmo de seus indícios

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

Ainda que o termo ‘preempção’ não seja de uso corriqueiro, ele é utilizado nos mais diversos contextos. Desde o estrategista e beligerante, até o marketing e a política. No campo da saúde, esclarece o professor de medicina Luis David Castiel, “usa-se na análise preemptiva em odontologia, medicina, medicina veterinária, significando algo como eliminar o problema antes mesmo que ele dê indícios”.

É nesta perspectiva que nos é colocado o dilema preemptivista. Em uma sociedade imersa no contexto de securitização, vivemos um território fértil para as intervenções antecipatórias. Exemplo possível é o da pílula do dia seguinte, “ataque preventivo contra a possibilidade de gravidez, em função de prática de sexo desprotegido”. Há ainda o enfoque preemptivo na saúde mental das crianças, tendo em vista nossa capacidade cada vez maior de identificação de doenças a longo prazo.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Castiel explora a partir de diversos autores as diferentes questões biopolíticas envolvidas nessa discussão. Um dos problemas centrais: “ao invés de encarar um evento ameaçador à saúde como próprio ao contexto, sua ocorrência é ampliada como referência padronizada de situações de ameaça à saúde/segurança das populações (cada vez mais questões de saúde se configuram como problemas de segurança) e devem ser tratadas preemptivamente”, expõe. “E esta ideia também é extrapolada para a segurança econômica.”

Luis David Castiel possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestrado em *Community Medicine* pela *University of London*, doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e pós-doutorado pelo *Departamento de Enfermería Comunitaria, Salud Pública y Historia de la Ciencia* da Universidade de Alicante, Espanha. Atualmente é Pesquisador titular do Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública e do Programa de Pós-Graduação de Epidemiologia em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz. É autor de diversas publicações, entre elas: *O Lagarto e a Rosa. Odontologia dos desejos e vaidades* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013), *Das Loucuras da Razão ao Sexo dos Anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011) e *La salud persecutoria. Los límites de la responsabilidad* (Buenos Aires: Lugar Editorial, 2010).

O professor apresenta a conferência *Com a cabeça nas nuvens? Medicina, técnica, ética e os dilemas preemptivistas na saúde*, no dia 22-10-2014, às 14h, no Auditório Central da Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnologia contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que são dilemas preemptivistas na saúde?

Luis David Castiel – O sentido comum¹ de dilema é conhecido, mas

podemos reiterá-lo: necessidade de escolher entre duas saídas contraditórias e igualmente insatisfatórias. E, inegavelmente, parece difícil escapar das contradições não explicitadas pela ideia de *preempção* no campo da saúde, como pretendo assinalar mais adiante.

Portanto, antes de entrar na questão dos dilemas preemptivistas na saúde, é preciso algum detalhamento para esclarecer o termo ‘preempção’, pouco usual em nosso contexto. Numa rápida revisão do termo de conotação judicial relativo ao âmbito da saúde, encontramos o artigo

¹ Agradecimentos a Danielle Ribeiro de Moraes por suas sugestões e pela cuidadosa revisão. (Nota do entrevistado)

Preemption or Prevention?: Lessons From Efforts to Control Firearms, Alcohol, and Tobacco, de Eric Gorowitz², James Mosher³ e Mark Pertschuk⁴, publicado no *Journal of Public Health Policy* em 1998. Em termos breves, a questão que se coloca é o controle de indústrias cujos produtos criam riscos à saúde pública e que resistem agressivamente às intervenções sanitárias dirigidas a seus produtos.

Neste caso, a doutrina judicial da *preempção* remove a autoridade regulatória do âmbito local e a concentra no nível estadual ou federal. Isto se tornou um elemento importante no confronto entre representantes da saúde pública e as indústrias que estes pretendem regular. A doutrina da *preempção* propicia que a regulação estatal numa dada área tome precedência sobre a regulação local no mesmo campo regulatório. Neste sentido, já se insinua uma ideia de que há situações que para que sejam devidamente tratadas e resolvidas demandam que “se abram precedentes”.

No interior das reflexões sobre as tecnologias biopolíticas de prevenção, “preemptivo” é um termo utilizado de modos específicos em português. A palavra dicionarizada ‘preempção/preemptivo’ em português (Houaiss, 2014) indica: precedência na compra; compra antecipada; *feito ou ocorrido antes do tempo próprio ou necessário*; em informática: num ambiente multitarefa, ação ou evento que causa mudança do processamento de uma aplicação para outra. Em inglês, se destaca o uso do aspecto da intervenção hiperpreventiva, antes que ocorra a ‘ação’ que venha prejudicar os planos ou ações daquele que precisa antecipar a ‘ação’ do outro e já ‘agir-reagindo’ ao que supõe lhe venha a ser prejudicial – em suma, um ataque preventivo.

Trata-se de um conceito estratégico no âmbito bélico/competitivo, bastante suscetível a “reações

adversas”, em função de equívocos, sempre possíveis, por excessos de avaliação de suspeição. É usado em estratégias agressivas militares (como um exemplo recorrente, a invasão do Iraque, no ataque preemptivo diante das supostas armas de destruição em massa).

No entanto, ele também é empregado nas estratégias de marketing entre empresas/corporações competidoras. No campo da saúde, usa-se na analgesia preemptiva em odontologia, medicina, medicina veterinária, significando algo como eliminar o problema antes mesmo que ele dê indícios disto. Em síntese, nem dar a oportunidade a um problema de sequer surgir. É o território das intervenções antecipatórias, de acordo com o contexto de securitização da nossa época – um exemplo: a pílula do dia seguinte – ataque preventivo contra a possibilidade de gravidez, em função de prática de sexo desprotegido.

Em relação às tecnologias de melhoramento ou aperfeiçoamento dirigidas à longevidade, as duas acepções se apresentam oportunas. Tanto a ‘preempção’, no sentido de possível precedência de alguns ao acesso a elas em detrimento de outros, como o ‘preemptivo’, nas metáforas bélicas do ataque preventivo na guerra ao envelhecimento.

Por exemplo, há um artigo de um pesquisador japonês, Hiroo Imura⁵, publicado em 2013 na revista *Proceedings of the Japan Academy*, que estuda a atenção à saúde baseada na teoria dos eventos de vida e uma abordagem preemptiva para doenças não transmissíveis. Para ele, a medicina preemptiva difere da medicina preventiva de algumas formas – esta última costumava assumir um enfoque populacional, como, por exemplo, O *Framingham Heart Study*, um conhecido estudo de coorte que procurava elucidar fatores de risco para doença coronariana. A medicina preemptiva pretende ser individualizada, estratificando grupos de alto risco geneticamente (e também epigeneticamente).

⁵ **Hiroo Imura**: médico japonês graduado pela Universidade de Quioto em 1954. Pesquisa, especialmente, a área de endocrinologia e diabetes. (Nota da IHU On-Line)

Usando biomarcadores, a medicina preemptiva tenta detectar doenças latentes com alta probabilidade de intervenção precoce antes do desencadeamento, via mudança de ‘estilo de vida’ ou medicação.

Há também um enfoque preemptivo na saúde mental voltado à detecção precoce de sintomas de transtornos em crianças ‘sob risco’ que não consegue evitar certa, digamos, candura em suas proposições. Neste sentido, Thomas Insel (artigo publicado em *Psychiatric Times* em 2008) pretende uma prevenção universal usando uma abordagem de saúde pública baseada em pesquisas que mostram que, aliviando os maiores fatores de risco como pobreza e estresse vital precoce e promovendo fatores de proteção, pode-se melhorar desfechos comportamentais (prevenindo condutas antissociais) ao reduzir o estresse ambiental e proporcionando maior apoio materno.

Na revista *Mayo Clinic Proceedings*, de janeiro de 2014, S.J. Bielinski⁶ e muitos coautores propõem uma genotipagem preemptiva para uma medicina personalizada ao se desenvolver a droga certa, dose certa e a ocasião certa para individualizar o protocolo de tratamento usando farmacogenômica preemptiva, suportes para decisão clínica integrados a registros médicos eletrônicos.

IHU On-Line – Quais são os principais dilemas dessa ordem? Qual é o nexó que une medicina, técnica e ética a esses dilemas preemptivistas?

Luis David Castiel – A expressão ‘dilema preemptivista’ joga com ideias originárias da tese de Sergio Arouca,⁷ escrita há cerca de 40 anos, que trazia a questão do *dilema preventivis-*

⁶ **Suzette J. Bielinski**: epidemiologista cardiovascular, conhecida por sua pesquisa em biomarcadores moleculares de doenças cardíacas. A produção bibliográfica da autora pode ser vista no link <http://mayocl.in/ZCnP4o>. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Antônio Sérgio da Silva Arouca** (1941-2003): foi um médico sanitário e político brasileiro. Como médico, como parlamentar ou como militante partidário, Arouca procurou debater e apresentar propostas associadas, predominantemente em questões das áreas da saúde e da ciência e tecnologia. (Nota da IHU On-Line)

² **Eric Gorowitz**: advogado norte-americano, atualmente é defensor público em São Francisco. (Nota da IHU On-Line)

³ **James F. Mosher**: professor de direito norte-americano, especialista em política do álcool. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Mark Pertschuk**: diretor do Grassroots Change, projeto de saúde pública em Oakland, Califórnia. (Nota da IHU On-Line)

ta que, de certa forma, se reatualiza de modo ampliado no presente. Isto pode ser percebido neste trecho bastante sinóptico da ideia central da referida tese: a *Medicina Preventiva seria a primeira tentativa de resposta na Medicina a um contexto de crise mundial no entreguerras e ao acúmulo de críticas no campo médico. Era, no entanto, uma leitura liberal e civil, crítica ao estatismo que começava a surgir como alternativa.*

Esta era a afirmação de Arouca quanto à incapacidade do ideário preventivista em resolver os problemas da saúde pública, porque não atacava o cerne da questão: o poder médico e a individualização e financeirização da saúde. Não questionava as estruturas sociais das quais derivavam os problemas do campo médico. A viabilidade daquele projeto no interior do modo capitalista de produção tendia a zero, e deveriam ser propostas alternativas a ele, que passavam pelo questionamento das estruturas sociais desiguais e pela superação do dilema preventivista – útil até certo ponto, mas insuficiente.

Uma pesquisadora australiana, Rosalyn Diprose⁸, ao discutir as tecnologias biopolíticas da prevenção, assinala um dos problemas centrais desta abordagem: ao invés de encarar um evento ameaçador à saúde como próprio ao contexto, sua ocorrência é ampliada como referência padronizada de situações de ameaça à saúde/segurança das populações (cada vez mais questões de saúde se configuram como problemas de segurança) e devem ser tratadas preemptivamente. E esta ideia também é extrapolada para a segurança econômica.

IHU On-Line – Em que medida as relações entre medicina e técnica estabelecem uma modelagem da vida, da subjetividade e conduta dos corpos?

Luis David Castiel – De certa forma, encaminhamentos com vistas a responder a esta pergunta podem

⁸ Rosalyn Diprose: professora aposentada da Universidade de Nova Gales do Sul, na Austrália, onde vive atualmente. Estuda filosofia política, feminismo e ética a partir de teóricos como Hannah Arendt, Simone de Beauvoir, Derrida e Foucault. (Nota da IHU On-Line)

ser intuídos dos comentários anteriores (e posteriores), mas creio que cabe agregar aqui os elementos que conduzem à gestão do medo ('riscos') que se configura como uma modelagem da vida e conduta dos corpos. Este modo de pensar leva a dinâmicas das políticas de redução dos danos (e do envelhecimento como um dano) através de medidas preemptivas de controle técnico para a saúde/segurança/ambiente que pretendem predeterminar e proteger o planeta, nações, grupos e indivíduos da imprevisibilidade do futuro, da vida e da ideia de 'agência' humana. Isto sem um diagnóstico mínima e razoavelmente consensual (se é que isto é viável) do que seja o presente atual e seu tecnocapitalismo globalizado com seus paradoxos e contradições não explicitados – tratar o futuro como refém do presente, o que demanda policiar o futuro antecipadamente para que não escape deste presente – esta é a fonte do dilema preventivista essencial, se podemos assim expressar.

IHU On-Line – Nesse sentido, qual é o papel ocupado pela medicalização da saúde dos indivíduos e das sociedades? Tomando isso em consideração, como podemos compreender a prática das prescrições de saúde e seus impactos junto a determinadas culturas e à subjetividade das pessoas em nosso tempo?

Luis David Castiel – É possível cogitar que a expressão consagrada 'medicalização' pode permitir que alguns autores comecem a relativizar, às vezes, com uma visível benevolência, ao considerar que haveria uma injusta demonização do complexo médico-industrial. Pois, há uma efetividade inegável para a saúde quanto à existência de muitos fármacos, apesar do 'lado negro da força' da Big Pharma no contexto neoliberal e suas estratégias mercadológicas identificadas por estudiosos do campo que visam à ampliação dos consumidores de medicamentos através de recursos eticamente discutíveis. Por exemplo: a minimização/omissão de efeitos farmacológicos adversos, a aquisição do uso de nomes de pesquisadores (com anuência destes) como autores de artigos escritos por *ghostwriters*

da própria indústria, a realização de dispendiosos ensaios clínicos com resultados que legitimam a inclusão de resultados favoráveis enviesando metanálises ao evitar a publicação de resultados desfavoráveis, práticas de oferecer viagens, refeições, financiamento para eventos, brindes vários entre outros agrados e lembranças que seduzem médicos, farmacêuticos e inclusive bioeticistas. Sabe-se que os pesquisadores destas empresas desenvolvem novas drogas com uma série de efeitos fisiológicos, nenhum altamente benéfico. Então marqueteiros devem identificar e promover uma doença a ser tratada pela droga. Isto pode até implicar em encontrar uma doença rara cujas respectivas fronteiras possam ser expandidas para incluir mais pacientes ou redefinir um aspecto desagradável da vida cotidiana como patologia médica (por exemplo: a distímia que tem o mau humor como sintoma). Ainda assim, repito, não há como negar a efetividade da dimensão da tecnomedicina atual, mas, ao mesmo tempo, ela tem deixado a desejar com suas estratégias prescritivas de marketing (eventualmente enfatizando aspectos preemptivos), que se aliam a certas práticas nutricionais (o alimento como medicamento), odontológicas (com sua ênfase estética), fisioterápicas (dependendo da proposta clínica se subsidiária ou não de ditames médicos neoliberais), da psicologia (para estimular a ideia de autocontrole na evitação de comportamentos de risco) e da educação física (o exercício como atividade corporal preventiva de riscos).

Não me parece apropriado chamar de *healthicization* ou termo que o valha para tais práticas hiperpreventivas sem fármacos, que talvez ficassem melhor subsumidas sob a expressão '*terapeutização*', pois, no limite, consistem em formas de *tratamento preventivo/preemptivo* com vistas à manutenção de saúde e da busca da longevidade para aqueles que podem arcar com seus custos. Voltaremos a este tema mais adiante.

No caso da medicina, há preocupações crescentes com os efeitos adversos dos sobrediagnósticos e sobretratamentos em pacientes que são considerados casos brandos ou mo-

derados. Alguns chamam, com boas intenções de proteger aos pacientes dos riscos de iatrogenia, de ‘prevenção quaternária’. A meu ver uma expressão problemática, ao revalidar as categorias criticáveis pelo seu funcionalismo descontextualizado dos ‘níveis de prevenção’ de Leavell & Clark⁹ dos anos 1960 e da ‘história natural da doença’, reatualizando uma discussão aparentemente anacrônica por não tratar da ‘determinação social da doença’.

Com pertinência, H.G. Welch¹⁰ mostra vários fatores que atuam nos sobrediagnósticos e em intervenções desnecessárias que podem trazer aumento de ansiedade e danos aos pacientes. Por exemplo: as mudanças numéricas nas medidas de pressão arterial, colesterolemia, glicemia, osteoporose; exames sofisticados de imagem que podem ser difíceis de interpretar e podem levar a mais exames, rastreamento de vários tipos de câncer e da gravidez. Segundo o autor, as origens destas situações se devem tanto a médicos e pacientes que acreditariam na efetividade da detecção precoce preemptiva de riscos à saúde, como se deve à interferência de interesses econômicos terapeutas do complexo médico-industrial.

IHU On-Line – Em tal contexto e pensando desde uma perspectiva da tecnociência, qual é o lugar ocupado pela indústria farmacêutica nos dilemas na saúde?

Luis David Castiel – Ora, há muitos trabalhos que se dedicam a mostrar atitudes éticas duvidosas da indústria farmacêutica para ampliar a lucratividade em suas práticas de mercado. A partir dos anos 1980, esta indústria se agigantou e passou, não à toa, a ser designada como Big Pharma. Destaco aqui, de modo sinóptico, Carl

“A Medicina Preventiva seria a primeira tentativa de resposta na Medicina a um contexto de crise mundial no entreguerras e ao acúmulo de críticas no campo médico”

Elliott¹¹ no seu livro sintomaticamente intitulado *‘White Coat, Black Hat. Adventures on the dark side of Medicine’* (Boston: Beacon Press, 2010). Nele, ele diz, com certa nostalgia, que “os médicos eram mais fortes que as corporações de saúde. A medicina já foi vista como profissão, não negócio. A comunidade científica acreditava que seus pesquisadores se comportavam honestamente. Hoje os interesses nos empreendimentos médicos são enormes, o centro da pesquisa sobre drogas se deslocou para o setor privado, a educação médica se tornou grande negócio. A medicina foi transformada pelo negócio. Mas ainda se crê que a medicina opera baseada num código de confiança, que funciona entre seus atores: médicos, pacientes, pesquisadores, sujeitos de pesquisa. Ninguém admite que a confiança não está mais garantida” (pág. XV).

IHU On-Line – Em que aspectos a ordem social neoliberal cresceu em função do incentivo às soluções privatizadas de saúde, ao invés daquelas de recorte público?

Luis David Castiel – Aqui temos uma excelente oportunidade para

um comentário baseado no livro de Marc Berg¹² e Stefan Timmermans¹³ sobre o padrão-ouro e o movimento de padronização/standardização nas práticas médicas que configuram os protocolos e *guidelines* baseados em evidências. A medicina baseada em evidências (MBE) é parte de um movimento mais amplo de standardização (ESTD) com a geração de uniformização e controle de qualidade através do aperfeiçoamento de processos de gestão. A noção de que a previsibilidade, capacidade resolutiva e objetividade seguirão automaticamente à uniformização pertence às narrativas mestres iluministas prometendo o progresso através da racionalidade aumentada e controle viabilizando a eficiência.

A raiz etimológica de *standard* implica poder. Originalmente, um *standard* se refere a um objeto notável, perceptível (tal como um estandarte) colocado no alto de um poste e usado como ponto de referência/encontro, especialmente na guerra ou como emblema portando alguma mensagem/informação. Em si, *standards* podem ser medidas às quais são atribuídos valores qualitativos ou quantitativos. *Standards* e *standardização* são termos amplos, diferentemente definidos, cobrindo muitos objetos e entidades, mesmo quando restritos ao contexto médico.

Pode-se definir ESTD como o processo de tornar as coisas uniformes, e *standard* tanto como o meio como o resultado da ESTD. No sentido mais geral, um *standard* se refere a uma medida estabelecida por autoridade, costumes ou consenso geral para ser usada como ponto de referência. Os princípios básicos do corrente movimento de ESTD foram articulados ao movimento econômico em transição do século XIX para o século XX.

A necessidade de *standards* emergiu com os processos de produção e mercadorias que cruzaram fronteiras, e negócios e métodos científicos foram contrapostos à fé na co-

¹² **Marc Berg:** consultor de saúde sênior e representante da KPMG nos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Stefan Timmermans:** doutor pela University of Illinois, é professor do Departamento de Sociologia da UCLA. Sua pesquisa se volta para a sociologia da medicina. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Para Leavell & Clark, “a profunda compreensão da história natural e da prevenção de doenças, defeitos ou invalidez no homem, exige um conhecimento das condições naturais e específicas em que tais distúrbios aparecem e persistem, assim como das circunstâncias e condições em que elas não ocorrem”. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ **H. Gilbert Welch:** professor de medicina da área da medicina da Família na The Geisel School of Medicine, em Dartmouth. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Carl Elliott (1961):** professor do Centro de Bioética e do Departamento de Pediatria e Filosofia da Universidade de Minnesota. (Nota da IHU On-Line)

munidade e tradição. Outra motivação foi a preocupação com a padronização de procedimentos de segurança.

Enquanto o movimento de ESTD do início do século XX ocorreu nos EUA, a profissão médica reformou as escolas médicas e seus currículos e o movimento de standardização hospitalar tentou criar um conjunto de requerimentos mínimos ao qual cada hospital deveria aderir. O impulso para isto veio da constatação que os pacientes não mais seriam assistidos por seu médico primário, mas por uma equipe multidisciplinar com distintos especialistas baseando-se nas recém-desenvolvidas ciências laboratoriais e tecnologias médicas como patologia clínica e radiologia.

Este movimento de STD também foi alimentado pelo receio de que os médicos não estabelecessem padrões de eficiência eles mesmos, assim, administradores públicos poderiam fazê-lo. Outro impulso foi o desejo e a necessidade de tornar hospitais instituições financeiramente 'sãs'.

Enquanto o progresso científico e tecnológico proporcionou o lustro ideológico que estava associado à ESTD no início do século XX, agora a ESTD apela à ideologia do livre mercado globalizado: a ESTD é vista como uma necessidade devida a mudanças na escala e complexidade do comércio.

No final dos anos 1980, a ESTD reemergiu como um ponto de interesse focal no campo da atenção à saúde. Na medicina, no entanto, ele inicialmente não tomou a conotação neoliberal globalizada. Aqui, outras forças estavam em jogo. Enquanto, no início do século XX, a ESTD limitou-se a não entrar na prescrição do conteúdo essencial da atividade médica, o foco agora era justamente este alvo e se produziu um número crescente de diretrizes e instâncias criadoras de 'guidelines'.

Partidários da MBE queriam intervir na *expertise* específica do profissional cuidador: o processo de tomada de decisão médica. Agora, MBE enseja o delineamento de algoritmos que constituem a resposta profissional numa dada situação. De todos os tipos de tentativas de ESTD que afetaram a medicina no século XX, os *guidelines* baseados em evidência repre-

sentam o de maior alcance e que mais diretamente procuram prescrever e pré-moldar as ações de profissionais da saúde.

As altas expectativas e o ceticismo difuso em relação aos *standards* indicam a natureza passível de debate da ESTD. Para seus adeptos, a análise de custo/benefício da ESTD é muito clara e direta. A rigorosa MBE oferece um vínculo firme entre medicina e evidência científica levando a mais e melhores desfechos em saúde, mais pacientes e clínicos bem informados, base científica para políticas públicas, maior qualidade para decisões clínicas e atividades de pesquisa melhor coordenadas. Críticos, por outro lado, enfatizam o aparente vazio teórico da proposta e sua homegeneização de pacientes em suas singularidades e caracterizaram a MBE como um "culto fundamentalista com tendências evangélicas" que não garante o que promete em termos de resolutividade dos casos.

IHU On-Line – Como a pedagogia do medo influencia a busca por vidas longevas e com o máximo de saúde possível?

Luis David Castiel – Sem dúvidas, a perspectiva preemptiva que estamos comentando reflete tal pedagogia. O grande problema desta proposta é que por mais preemptiva que pretenda ser, ela não tem como dar conta das imponderabilidades da vida e como isto é capaz de alterar expectativas – o acidente aéreo de Eduardo Campos é o exemplo mais recente e óbvio desta afirmação.

Realmente, não é possível controlar as imprevisibilidades futuras e os riscos (probabilidades) correspondentes, por mais que estejamos ampliando enormemente o poder de processamento computacional de dados através de uma medicina *big data*. Daí o problema das decisões políticas de gestão dos riscos serem tomadas sob premissas relativamente arbitrárias de suspeitas supostamente bem informadas de antecipação sobre a origem, geração e evitação de ameaças, perigos e danos.

Sempre pode haver acontecimentos cujas previsões são totalmente inesperadas e sofrem da condição de serem 'cisnes negros'

– designação do filósofo e investidor de risco N. N. Taleb¹⁴ para as limitações do raciocínio indutivo: 1) a ilusão de abrangência compreensiva do que se passa no mundo que é mais complicado e aleatório do que se imagina; 2) a falta de confiança na faculdade dos dados retrospectivos indicarem com segurança as tendências para nosso futuro; 3) a supervalorização de informações factuais provenientes de autoridades, experts e futurólogos, especialmente quando criam categorias de análise sem discussão maior de seus pressupostos. O problema de Taleb parece ser sua fé como 'cético empiricista' que propõe tratamentos quantitativos metalíticos como fonte da verdade para além das previsões estatísticas da curva normal. Infelizmente, isto nem sempre pode trazer a garantia desejada de que o protocolo aplicado no caso de pacientes específicos seja efetivo, em um contexto de fragilização da relação médico-paciente.

Mas, há, também, que se cogitar sobre as repercussões preemptivas na subjetividade autorreferida nos chamados movimentos cada vez mais difundidos de automonitoramento reflexivo/autorrastreamento denominados *Quantified Self*/Tecnologia autoquantificada (mais detalhes em Bruno Calvazara – <http://qga.com.br/tecnologia/2013/09/o-que-e-a-tecnologia-autoquantificada>). O movimento autoquantificado consiste no aumento do uso de tecnologia para coletar dados sobre si mesmo. Tais tecnologias – aplicativos para smartphones, dispositivos de GPS e rastreadores de atividade física com acelerômetros – permitem às pessoas autorrastrear aspectos de suas vidas diárias, incluindo a quantidade de exercício físico feito por dia, o número de passos, a comida ingerida, a duração do sono durante a noite, a frequência cardíaca e até o humor.

Esse monitoramento pretende que os indivíduos 'aprendam' mais sobre si mesmos e, também, preten-

¹⁴ Nassim Nicholas Taleb (1960): ensaísta libanês. Famoso por ser um dos maiores megainvestidores deste país, é professor de Ciências da Incerteza da Universidade de Massachusetts. (Nota da IHU On-Line)

de ajudá-los a tomar medidas para se tornarem mais saudáveis, de acordo com os seguidores do movimento. Eles são Gary Wolf e Kevin Kelly, editores da revista *Wired*, que geralmente recebem os créditos pela criação do termo “autoquantificado”, cunhado quando eles iniciaram um projeto para acompanhar todas as novas tecnologias de rastreamento.

Eles criaram uma empresa, chamada de *Quantified Self Labs* (“Laboratórios Autoquantificados”), que tem como objetivo atender os usuários e fabricantes de ferramentas de monitoramento. As pessoas teriam sido capazes de acompanhar seu desempenho nas tarefas diárias de várias maneiras durante anos (p. ex., quantidade de calorias ingeridas), mas as novas tecnologias teriam deixado esse processo bem menos complicado, de acordo com Wolf.

Exemplos¹⁵: – O Rastreador das Escolhas de Bebida: colocar a bebida e a quantidade que vai ser ingerida para calcular suas unidades de álcool, usada para redução do consumo; – O Jogo de Caminhar: um rastreador torna em jogo a caminhada: ele te diz que uma bomba explodiu numa estação do metrô e você deve transportar um pacote a pé para salvar o mundo; – O Ciclo do Sono: para quem sofre de insônia. Monitora o padrão de sono: quantas horas foram dormidas, quanto tempo de sono profundo, sono leve, quanto não se dormiu. Não deve indicar qual a hora de tomar sonífero, quando você se desespera. Ainda atua como despertador na fase mais leve do sono, para que você comece o dia relaxado e descansado; – O Avaliador do Risco de Diabetes: estabelece seu risco de desenvolver diabetes tipo 2 nos próximos 10 anos através de perguntas simples. Conforme o resultado, indica mudanças de comportamento; – *Sliders* (Indicador que se desloca horizontalmente ou verticalmente para controlar uma variável): para rastrear seu bem-estar, níveis de energia, sono, usando perguntas para te dar noções de seus altos e baixos; – Diário de Cefaleias: para rastrear ce-

15 Ver artigo “10 health apps to help you stay fitter and feel better”, de Clare Gerada, publicada no *The Observer*, de 08-02-2014, disponível em <http://bit.ly/1oaAnMw>. (Nota do Entrevistado)

“Por mais preemptiva que se pretenda ser, não se pode dar conta das imponderabilidades da vida. O acidente aéreo de Eduardo Campos é o exemplo mais recente desta afirmação”.

faleias: quando começam/terminam; graus de severidade, qual área da cabeça e que medicação você toma – isto pode dar um quadro do que as desencadeiam e você pode mudar seu comportamento para reduzi-las. Já se discute o pode aditivo de tais práticas.

Segundo Deborah Lupton em “Self-Tracking Modes: Reflexive Self-Monitoring and Data Practices” (2014), muitas pessoas manifestam a impotência diante do poder das grandes empresas da internet para coletar, possuir e usufruir de seus dados pessoais. Algumas vezes, usuários de autorastreadores concordam com o uso de seus dados pessoais como uma parte inevitável da aceitação dos termos e condições de seus dispositivos, aplicativos móveis e plataformas.

Em outros casos, seus dados podem ser acessados sem seu conhecimento ou consentimento. A segurança de dados disponibilizados em plataformas digitais não é à prova de falhas de segurança. A forma como dados digitais podem ser utilizados por diferentes atores e instâncias não pode ser prevista nem controlada. Na medida em que humanos se tornam nós em redes na internet, gerando e trocando dados digitais com

outros agentes, as práticas de autorastreamento se tornarão inevitáveis para muita gente. Parece haver uma abrangência que está se ampliando gradualmente para o uso de autorastreamento, que provavelmente deve se expandir na medida em que um crescente número de organizações e instâncias se deem conta do potencial dos dados produzidos a partir destas práticas.

O autorastreamento pode ser visto como uma das estratégias e discursos heterogêneos que colocam o si-mesmo liberal como um cidadão responsável, com vontade e capacidade de tomar cuidado de si ou de seus autointeresses e bem-estar. O neoliberalismo promove o conceito de cidadão que não precisa de coerção para se comportar produtivamente e sob os interesses do Estado. O cidadão voluntariamente assume práticas que tanto servem para seus autointeresses e se conforma aos objetivos do Estado.

IHU On-Line – O que isso demonstra sobre a construção de uma subjetividade que é perpassada por práticas adequadas e prescritas por especialistas?

Luis David Castiel – Pode-se dizer que a ideia de si-mesmo (*self*) nossa está cada vez mais à mercê da ‘terapeutização’ – várias atividades de certos grupos sociais embutem um caráter terapeutizante ao seu cotidiano. Trata-se de um termo pouco encontrado numa rápida pesquisa na rede. Assim, foi possível obter um artigo de dois autores belgas, Mark Elchardus¹⁶ e Kobe de Keere¹⁷, de 2010, da revista *European Societies*, que trata da institucionalização de nova subjetividade (*self*) nas sociedades mais ricas através de aspectos do que chamam de destradicionalização. O que importa aqui é a referência de *terapeutização* como o resultado da expansão das disciplinas-psi.

Também, há um artigo colombiano chamado “Higienización y te-

16 Mark Elchardus (1946): professor de Sociologia da Universidade Livre de Bruxelas. (Nota da IHU On-Line)

17 Kobe de Keere: mestre em Filosofia pela Universidade de Ghent e em Sociologia pela Vrije Universiteit Brussel. (Nota da IHU On-Line)

rapeutização de la educación física en las instituciones educativas” da revista *Hacia la Promoción de la Salud* de 2013, de Victor Alonso Molina Bedoya¹⁸, que procura identificar os indicadores de gestão para a promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis em educação física com um estudo qualitativo para constatar desenvolvimentos ligados à orientação higiênica e biomédica do campo.

Creio que se pode, como sugerido anteriormente, empregar a noção de *terapeutização* como um argumento que, evitando o termo ‘medicalização’, não adote uma postura benevolente em demasia com as práticas eticamente reprováveis da Big Pharma.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Luis David Castiel – Um aspecto subjetivo, de modo incipiente e esquemático, que demanda maiores desenvolvimentos, se for o caso, é o possível surgimento de um sintomático exército de três *homini*: o da prevenção – *homo praeventus* (etimologicamente: ação de prevenir advertindo), da providência – *homo providens* (que tem ‘conhecimento antecipado’, antes proporcionado pela divina providência, agora pela suprema ciência que produz verdades experimentais) e o da preempção – *homo praeemptionis* (essencial para diante da suspeita de ameaças, reagir cortando o mal antes de ele ter raiz). Todos se aliam ao

¹⁸ Victor Alonso Molina Bedoya: professor da Universidad de Antioquia, na Colômbia. (Nota da IHU On-Line)

homo economicus do utilitarismo de Bentham¹⁹ e Stuart Mill²⁰.

Em linhas gerais, a ética utilitarista denominada “consequencialista” se assenta na ideia de que cada pessoa deve articular seus interesses particulares com os interesses comuns, de maneira que sua ação gere a máxima utilidade a todas as pessoas envolvidas nos resultados da ação. Da mesma maneira com que cada um deseja naturalmente a felicidade individual, assim também o bem-estar de todos é um bem para a totalidade dos seres humanos. Uma ação boa é aquela que é útil, mas uma ação moralmente correta é aquela cujas consequências se traduzem em felicidade (prazer) para as pessoas. A correção de uma ação é medida pelas consequências que se esperam da mesma. Um modo de avaliá-la é medir o aumento da felicidade (prazer) e a redução do sofrimento dos que são afetados pela mesma, sobretudo em termos de gestão da ‘qualidade’ das ações, sem considerações estruturais.

O princípio do utilitarismo denominado Utilidade ou Maior Felicidade sustenta que as ações são justas (cor-

¹⁹ Jeremy Bentham (1748-1832): filósofo, jurista e reformador social britânico. É reconhecido como o fundador do utilitarismo moderno, que prega o desenvolvimento de ações com a máxima eficiência para o bem-estar social e a felicidade. Foi também o primeiro a utilizar o termo deontologia, para se referir ao conjunto de princípios éticos a serem aplicados às atividades profissionais. (Nota da IHU On-Line)

²⁰ John Stuart Mill (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, defensor do utilitarismo. (Nota da IHU On-Line)

retas) na medida em que tendem a promover a felicidade, e injustas enquanto tendem a produzir o inverso da felicidade. A aplicação deste princípio implica um cálculo, uma espécie de aritmética do bem-estar, na qual se avaliam as vantagens e desvantagens das diferentes alternativas de uma dada ação, tendo em conta o grau de satisfação ou insatisfação que delas se pode esperar. Neste cálculo, deve ser considerado um conjunto de parâmetros para avaliar a satisfação/insatisfação esperada, tais como: sua intensidade, duração, certeza ou incerteza, sua tendência, probabilidade de a mesma dar origem a algo da mesma espécie, etc. Este cálculo utilitarista pretende selecionar a ação que seja boa (útil) e moralmente correta, ou seja, que permita obter o máximo de felicidade (prazer) para o maior número de pessoas. Atualmente, parece que o cálculo utilitarista se dirige ao máximo de sobrevivência com vitalidade para aqueles que possam ter acesso a estratégias preemptivas, apesar de seus dilemas.

Leia mais...

- *A dominância das dimensões médias na sociedade.* Entrevista especial publicada na edição 420 da IHU On-Line, de 27-05-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon420>.
- *Saúde e tecnologia. A busca da imortalidade.* Entrevista especial publicada no portal do IHU em 14-04-2013, disponível em <http://bit.ly/ihu140413>.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Globalismo provincial e uma visão sistêmica da saúde

A economista política Jennifer Ruger explora as bases para uma Teoria global da justiça e da saúde, que articule responsabilidades conjugadas

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELLOTTO

Na era das inter-relações e do encurtamento das fronteiras, não existem limites verdadeiros para questões de saúde pública. Foi com esta preocupação em mente que a economista política Jennifer Ruger desenvolveu as bases para o que chama de *teoria global da justiça e da saúde*. Para ela, o enfrentamento de questões éticas universais deve se dar não apenas em nível global ou local, mas pela articulação da responsabilidade de ambos os polos. É a visão minimalista global, nomeada “globalismo provincial”.

“O globalismo provincial é como um meio-termo entre o nacionalismo e o cosmopolitismo, em que um consenso provincial deve acompanhar um consenso global sobre a moralidade da saúde”, esclarece ela, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Essa linha de raciocínio postula que as desigualdades, as externalidades e as questões transfronteiriças na saúde são moralmente preocupantes e que “os esforços para resolver estes e prevenir outros problemas de saúde global futuros são moralmente justificados”.

Os motivos para o caos e a desordem na saúde global estão, portanto, no fato de que atores globais e nacionais moldam instituições políticas e programas, no interesse dos seus próprios países e organizações, em vez do objetivo geral de igualdade de saúde e dos interesses de todos os seres humanos. Desta forma, Ruger propõe: “O globalismo provincial e o paradigma da capacidade de saúde, assim, rejeitam uma visão estreita e compartimentada da desigualdade e a busca de uma solução para a redução das desigualdades de saúde”.

Ruger publicou trabalhos sobre ética e economia das políticas de saúde e de saúde públi-

ca, incluindo equidade e eficiência de acesso ao sistema de saúde, financiamento, alocação de recursos, reforma política e determinantes sociais da saúde. Sua formação inclui áreas como justiça de saúde global; governança de saúde global; saúde e justiça social; financiamento da saúde e sistemas de seguros e de saúde. Sua pesquisa é realizada em nível nacional e internacional, incluindo trabalhos na Índia, Indonésia, Malawi, Malásia, Marrocos, África do Sul, Coreia do Sul, Estados Unidos e Vietnã.

Jennifer Prah Ruger é graduada em Economia Política pela Universidade da Califórnia-Berkeley. É mestre pela Universidade de Oxford, pela Escola de Direito e Diplomacia Fletcher e pela Universidade Yale. Possui doutorado pela Universidade de Harvard e pós-doutorado pelo Centro de População e Desenvolvimento de Estudos de Harvard. Trabalhou como economista de saúde do Banco Mundial e atualmente é membro do Instituto de Conselho de Medicina em Saúde Global. Participou ainda do Instituto do Comitê de Medicina para avaliar o Plano de Emergência do presidente dos EUA para o combate à AIDS (PEPFAR). É autora de *Health and Social Justice* (Oxford: University Press, 2009).

Ruger apresenta a conferência *Paradigma de capacitação em saúde*, no dia 22-10-2014, às 20h, no Auditório Central da Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – E em que consiste a teoria da justiça e da saúde que a senhora formulou?

Jennifer Ruger – Minha teoria oferece uma visão minimalista global que chamo de “globalismo provincial” como um meio entre o nacionalismo e o cosmopolitismo, em que um consenso provincial deve acompanhar

um consenso global sobre a moralidade da saúde. Essa conta minimalista afirma as obrigações globais e nacionais de promover o desenvolvimento humano e, mais especificamente, as capacidades centrais de saúde dos indivíduos. Sob esse ponto de vista, a justiça requer que se priorizem as responsabilidades mediante a governan-

ça de saúde compartilhada para reduzir as desigualdades de recursos nas capacidades centrais de saúde – um dever geral de reduzir a mortalidade prematura e a morbidade evitável. Ela examina as dificuldades apresentadas pelos princípios de conexão, causalidade, remediação, parcialidade e capacidade na alocação de responsabili-

dades para a saúde global. Ela oferece uma teoria da atribuição de responsabilidade baseada na compreensão dos componentes analíticos necessários para resolver os problemas globais de saúde e distribui conformemente papéis e responsabilidades nos níveis global, nacional, local e individual. As atribuições de responsabilidade jazem sobre funções e necessidades e sobre a eficácia e as obrigações especiais dos diferentes atores, respeitando a autodeterminação por parte de grupos e indivíduos e buscando compromissos voluntários. Essa visão entende que a solução para os problemas globais de saúde deve ser sustentável para levar as nações e a comunidade global de saúde a um novo equilíbrio global de saúde que remedeie os atuais problemas e prepare para as novas ameaças à saúde por vir.

IHU On-Line – De que modo o globalismo provincial ajuda a compreendermos a relação entre uma teoria da justiça e da governança de saúde global?

Jennifer Ruger – A governança global de saúde tem sido enquadrada como uma questão de segurança nacional, de segurança humana, de direitos humanos e de bens públicos globais. A literatura sobre governança global de saúde é essencialmente desvinculada de um quadro teorizado para iluminar ou para avaliar a governança. A linha de raciocínio do globalismo provincial [*provincial globalism*] (PG) e da governança de saúde compartilhada [*shared health governance*] (SHG) postula que as desigualdades, as externalidades e as questões transfronteiriças na saúde são moralmente preocupantes e que os esforços para resolver estes e prevenir outros problemas de saúde global futuros são moralmente justificados. Essa visão apela aos deveres positivos, tanto gerais quanto específicos, para criar as condições para a capacidade de ser saudável para todos os seres humanos, e aos deveres negativos de não prejudicar ou de não diminuir essas perspectivas. Esses direitos, por sua vez, geram deveres de cooperação e obrigações sobre os atores nacionais e internacionais e exigem a reforma das instituições globais e nacionais para melhor se alinharem com os valores morais. Essa linha de pensamento se soma a um sistema global de saúde de nível misto em que os

respectivos papéis e responsabilidades se baseiam em funções, necessidades e compromissos voluntários. A linha de raciocínio PG/SHG integra princípios de justiça de saúde global com um quadro de saúde global – governança de saúde compartilhada – que jaz sobre a premissa de que os atores do sistema de saúde global realmente visarão a alcançar a justiça de saúde global, ao invés apenas do autointeresse ou do interesse nacional. A visão do PG/SHG propõe uma explicação para o caos e a desordem na saúde global: um modelo de ator racional pelo qual atores globais e nacionais moldam instituições políticas e programas, no interesse dos seus próprios países e organizações, em vez do objetivo geral de igualdade de saúde e dos interesses de todos os seres humanos nessa busca. Em muitos casos, tais atores podem não saber, ou reconhecer, o resultado cumulativo das suas ações. A estrutura teórica pode ajudar a iluminar a situação atual e auxiliar no desenvolvimento de reformas para melhor alinhar nossas instituições globais e nacionais e nossas ações com princípios de justiça e de conduta ética.

IHU On-Line – Por que razão alguns países têm um acesso tão precário à saúde?

Jennifer Ruger – Há muitas razões para isso, mas o meu trabalho está particularmente preocupado com os determinantes sociais multifacetados da saúde, ou os determinantes da saúde fora, assim como dentro, do sistema de saúde. Por exemplo, privações em educação e nutrição, desigualdade de renda, falta de imparcialidade, representação ou participação políticas, qualidade dos ambientes de trabalho e infraestrutura subdesenvolvida podem, cada um, contribuir para um acesso pobre às condições de saúde. O globalismo provincial e o paradigma da capacidade de saúde, assim, rejeitam uma visão estreita e compartimentada da desigualdade (por exemplo, o foco na distribuição de renda) e a busca de uma solução para a redução das desigualdades de saúde. A incapacidade de alguns atores nacionais de resolverem o sistema de saúde e os determinantes sociais da saúde são exacerbados pelo modelo de ator racional de governança global, em que o autointeresse, e não os interesses de saúde de todos os

seres humanos, impulsiona o desenvolvimento de instituições, políticas e programas influentes.

IHU On-Line – Como os governos dessas nações trabalham a garantia do direito à saúde para as pessoas?

Jennifer Ruger – Sentiríamos-nos duramente pressionados a encontrar um direito humano mais controverso ou nebuloso do que o “direito à saúde” – um direito que decorre, principalmente, mas não exclusivamente, do artigo 12 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹ e que exige que os governos reconheçam “o direito de todos ao mais alto nível possível de saúde física e mental”. Embora ativistas, organizações não governamentais e acadêmicos tenham feito progressos significativos na promoção de uma abordagem dos direitos humanos à saúde, ao campo da saúde e aos direitos humanos mais em geral, a estratégia dos direitos humanos tem sido apenas moderadamente eficaz, por exemplo, nos esforços para controlar e mitigar a epidemia de HIV/AIDS e para implementar a constituição da Organização Mundial da Saúde – OMS. Portanto, uma parte do meu trabalho tem sido o desenvolvimento de uma justificativa teórica sólida para o direito à saúde. Eu defendo o direito à saúde como um direito significativo e funcional. Sustentar o esforço de realizar um direito à saúde exige compromissos individuais e sociais que eu chamo de normas morais públicas [*public moral norms*]. Eu defendo o tratamento do direito à saúde como uma exigência ética de equidade em saúde. Essa exigência ética exige que os indivíduos, os Estados e os atores não estatais internalizem essas normas morais públicas para melhorar a implementação e o cumprimento de um direito à saúde na política e no direito internacional dos direitos humanos.

¹ **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC):** é um tratado multilateral adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor desde 3 do referido ano. O acordo diz que seus membros devem trabalhar para a concessão de direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) para pessoas físicas, incluindo os direitos de trabalho e o direito à saúde, além do direito à educação e à um padrão de vida adequado. Em 2013, o pacto tinha 160 membros e sete países, incluindo os Estados Unidos da América, havia assinado, mas ainda não ratificaram o tratado. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Quais são os desafios fundamentais do binômio justiça-saúde em nosso tempo?

Jennifer Ruger – Em primeiro lugar, o impacto da doença recai de forma desigual sobre os povos do mundo. As desigualdades de saúde globais em adultos e a mortalidade infantil são grandes. A probabilidade de que uma criança morra antes dos cinco anos e de que um adulto morra jovem é desproporcionalmente elevada em toda a África subsaariana e no Afeganistão, pior do que em outras regiões geográficas ou países. Os países com uma alta taxa de mortalidade infantil e juvenil estão fazendo um progresso lento rumo à sua redução, e os países com a mais alta mortalidade de adultos realmente perderam terreno, revertendo uma tendência de redução da mortalidade entre os anos 1960-1990. Além disso, 99% de todas as mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento. Várias variáveis econômicas, sociais e do setor de saúde que operam no nível global e nacional contribuem para as desigualdades de saúde global. As desigualdades de saúde não se limitam à arena global; dentro dos países, elas são generalizadas e muitas vezes dramáticas. As diferenças nas perspectivas de vida por nível socioeconômico, até mesmo nos países ricos como os Estados Unidos, ameaçam a viabilidade e a sustentabilidade dos sistemas econômicos nacionais.

Externalidades de saúde crescentemente poderosas são uma segunda preocupação premente de saúde global. As doenças transmissíveis, como a H1N1² e gripe aviária,³ entre outras, representam ameaças significativas e potencialmente letais de saúde para todos, independentemente da nacionalidade. A globalização tem exacerbado e acelerado a propagação da

doença através das fronteiras, apresentando desafios substanciais para além da capacidade dos Estados individuais de gerenciar isso. Como as externalidades negativas associadas com a propagação internacional de riscos de saúde patogênicos são moralmente arbitrárias, elas são moralmente problemáticas.

Um terceiro desafio é reformar a estrutura de Global Health Governance – GHC (Governança de Saúde Global, em português) para que ela possa lidar melhor com as questões de justiça e de saúde. Uma falta de estrutura clara é uma característica evidente da GHG. Os papéis desempenhados pelos Estados-nações, pelas organizações da ONU, pelas organizações internacionais, por ONGs, Civil Society Organizations – CSOs (Organizações da Sociedade Civil, em português e Parcerias Público-Privadas – PPPs não estão bem delineados. Cada um serve a várias funções: como fontes de financiamento, como originadores de iniciativas e como implementadores, monitores e avaliadores. Os observadores afirmam que não existe nenhuma arquitetura de saúde global, embora alguns caracterizem a GHG como três círculos concêntricos de atores. Os estudiosos podem discordar sobre a descrição estrutural, mas o caos operacional é indiscutível. A competição entre atores e prioridades corre solta; o financiamento e as iniciativas muitas vezes ignoram os governos, o que complica o planejamento nacional; e as exigências de doação (por exemplo, para a prestação de contas) muitas vezes levam à duplicação e ao desperdício.

IHU On-Line – Numa época de característica tecnocientífica, como percebe a modelagem da vida a partir do controle da saúde das populações?

Jennifer Ruger – A minha opinião se baseia na obrigação da sociedade de manter e de melhorar a saúde, que jaz sobre a ideia de “desenvolvimento humano” [*human flourishing*], a capacidade de viver uma vida florescente e, portanto, saudável. O desenvolvimento e a saúde são inerentes à condição humana. De fato, certos aspectos da saúde sustentam todos os outros aspectos do desenvolvimento humano, porque, sem estar vivo, nenhum outro funcionamento humano é possível, incluindo a agência, a ca-

pacidade de levar uma vida que temos razão para valorizar. A capacidade descreve o que os indivíduos são capazes de fazer e de ser, oferecendo uma sensação realista da sua liberdade para buscar as vidas que eles têm razão para valorizar. Assim, a sociedade é moralmente obrigada a dar importância à prevenção ou à melhoria de perdas no funcionamento físico, mesmo que a avaliação da utilidade subjetiva de uma pessoa seja bastante elevada e mesmo que a oportunidade de emprego ainda seja possível. Em suma, a capacidade de uma pessoa de funcionar, ao invés de ser feliz, deve ser a medida para avaliar as políticas públicas. Uma visão da capacidade de saúde também inclui a agência humana. A agência individual é importante nas decisões sobre hábitos e riscos de saúde, estilo de vida, prioridades individuais e decisões sobre opções de tratamento. A agência coletiva é importante no nível político, em que a discussão aberta e a tomada de decisão coletiva influenciam as políticas e a alocação de recursos.

IHU On-Line – Nesse sentido, qual é o impacto da manipulação e instrumentalização da vida e da saúde de nos diferentes países que a senhora pesquisou?

Jennifer Ruger – Um dos pontos fortes do meu ponto de vista é a de não manipular nem instrumentalizar a vida. A teoria da capacidade, ao contrário das teorias consequencialistas, rejeita a dependência exclusiva à preferência ou às utilidades subjetivas para determinar, por exemplo, a distribuição de bens, tais como os recursos da saúde. Além disso, a teoria da capacidade enfatiza a agência humana e a capacidade dos indivíduos de escolherem para si mesmos a vida que eles gostariam de levar, o que inclui a tomada de decisões sobre a saúde. O objetivo não é manipular ou coagir os indivíduos a escolher o que é melhor para a sua saúde e para a vida que eles gostariam de levar, mas proporcionar o ambiente e a educação necessários para exercer tal agência. O globalismo provincial, que estende essa visão ao nível de governança de saúde global, também tem como objetivo evitar a manipulação e a instrumentalização, respeitando a autodeterminação por parte de grupos e indivíduos, e promovendo compromissos voluntários.

² H1N1 ou influenza A: é uma gripe provocada pelo vírus H1N1 da influenza do tipo A. Ele é resultado da combinação de segmentos genéticos do vírus humano da gripe, do vírus da gripe aviária e do vírus da gripe suína, que infectaram porcos simultaneamente. (Nota da IHU On-Line)

³ Gripe aviária (gripe das aves em Portugal) é o nome dado à doença causada por uma variedade do vírus Influenza (H5N1) hospedado por aves, mas que pode infectar diversos mamíferos. Tendo sido identificada em Itália por volta de 1900, é, no entanto, conhecida por existir em grande parte do globo, concentrando-se hoje principalmente no sudeste asiático. (Nota da IHU On-Line)

Bioética, biopolítica e tanatopolítica. A obsessão doentia pela saúde perfeita

Para a filósofa Anna Quintanas, a bioética pretende cuidar da vida no contexto de uma sociedade dominada pela interação entre a revolução científica da época moderna e a revolução industrial

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN | TRADUÇÃO: ANDRÉ LANGER

“**A** bioética nasceu como cinto de segurança para uma vida que se pressentia, (...) ameaçada por múltiplos flancos”, diz Anna Quintanas à **IHU On-Line**, ao comentar que o estudo transdisciplinar entre as áreas da Saúde, da Biologia, da Filosofia e das Ciências Jurídicas surgiu, “enquanto preocupação com a vida”, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, “quando a morte e a destruição chegaram a limites inimagináveis para as gerações anteriores”.

Tendo em vista o contexto histórico, Anna salienta a relação entre bioética e biopolítica. A bioética, salienta, ao nascer da preocupação de cuidar da vida, a qual “é percebida como ameaçada não apenas pelas novas tecnologias, mas também pelo aumento da população mundial e dos efeitos da produção industrial sobre a vida humana e a do ecossistema, (...) não pode tratar dos problemas éticos produzidos em torno do ‘bios’ sem ter presente o marco (bio)político em que estes se dão, um marco que é presidido pela ideia da produtividade em todos os níveis”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, ela questiona: “Pode a (bio)ética ignorar este fundo (bio)político?”. Segundo a pesquisadora, a bioética “predominante costuma fazê-lo”, mas “corre o risco de ser acusada de superficialidade, no sentido de ficar na superfície e negar-se a olhar o que há debaixo do tapete”. Para ela, é impossível enfrentar os problemas éticos da biomedicina sem levar em conta o contexto em que se desenvolve a atividade dos centros de atenção primária, os

hospitais, os laboratórios, os ensaios clínicos ou as empresas farmacêuticas. E acrescenta: “O governo da vida hoje se faz a partir de padrões neoliberais. A bioética, caso quiser continuar cuidando da vida, deve enfrentar aquilo que a impede de avançar nesta direção. Cuidar da vida e tentar explorá-la são duas realidades incompatíveis. Todos os seres vivos são produtivos, a começar pela característica reprodutora que os caracteriza, mas uma coisa é reconhecer a produtividade da vida e outra é ter como objetivo principal exprimi-la sem considerações éticas”.

Anna Quintanas Feixas é uma das palestrantes do *XVII Colóquio de Filosofia UNISINOS – Filosofia e bioética: entre o cuidado e administração da vida*, no qual participou da Mesa-redonda sobre as mudanças ambientais, questões bioéticas e a responsabilidade social. Também ministrou a conferência *As implicações biopolíticas da bioética*, no IHU.

Anna Quintanas Feixas leciona na *Universitat de Girona*, na Espanha, é graduada em Filosofia pela *Universitat Autònoma de Barcelona* e doutora em Filosofia pela *Universitat de Girona*. Entre seus livros, destacamos *Michel Foucault: filosofia de la transgressió* (Editorial Pòrtic, 2002), *Salut i poder en la gènesi de l’home contemporani* (Universitat de Girona, 1998) e *El trasfondo biopolítico de la bioética* (Documenta Universitària, 2013).

A entrevista foi publicada no portal IHU, no dia 15-10-2014, nas **Entrevistas do Dia** do IHU, disponível no link <http://bit.ly/1wjmYk8>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o nexó que aproxima as mudanças ambientais das questões bioéticas?

Anna Quintanas – Não se pode negar que o ponto de vista ecológico está presente desde os primórdios da bioética. Evidentemente, ocupou um lugar central em toda a obra de Van Rensselaer Potter¹, começando por seu primeiro artigo que data de 1970: “Bioética: ciência da sobrevivência”. Para Potter a bioética devia trazer-nos a sabedoria necessária para aprender a usar as grandes potencialidades associadas ao conhecimento humano para conseguir o bem comum, que inclui, evidentemente, a conservação da Natureza. Influenciada pelo contexto da ameaça atômica e os efeitos da industrialização, a bioética potteriana advogou por uma sobrevivência de todas as formas de vida, não apenas a humana. Para Potter a defesa de uma vida de qualidade para os seres humanos (questão social) foi uma questão inseparável do cuidado do ecossistema (questão ambiental).

O Instituto Kennedy de Ética, que foi fundado por André Hellegers², em 1971, na Universidade de Georgetown, e que é considerado o segundo momento fundacional da bioética, embora nunca tenha assumido a bioética global de Potter, e que ao longo da sua história dedicou-se principalmente à ética médica, tampouco pôde evitar a questão ecológica. Atualmente, em sua página na internet afirma-se que o campo da bioética inclui uma ética da saúde, uma ética das novas tecnologias e uma ética do meio ambiente.

Em relação à origem europeia do termo “bioética” não devemos esquecer o artigo de 1927 do pastor protestante alemão Fritz Jahr³: “Bioética: uma revisão do relacionamento ético dos humanos com os animais e as plantas”. Realizando uma reformulação do imperativo categórico kantiano em um “imperativo biológico”,

Jahr pensou as obrigações éticas não apenas para as relações humanas, mas também para a interação com as demais formas de vida. Sua “Bio-Ethik” incluía claramente as questões ecológicas e o questionamento da experimentação com animais. Defendeu uma extensão da compaixão, do amor, da responsabilidade e da solidariedade para com toda a “comunidade biótica” (assim o naturalista Aldo Leopold⁴, professor de Potter, chamou os integrantes do planeta Terra).

Bioética e vida

Creio que é importante ter presente que a bioética, enquanto preocupação com a vida, aparece precisamente no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, quando a morte e a destruição chegaram a limites inimagináveis para as gerações anteriores. Jahr escreve depois da Primeira Guerra Mundial, e Potter depois da Segunda no marco da ameaça atômica da Guerra Fria. Poderíamos dizer que a bioética nasceu como cinto de segurança para uma vida que se pressentia, talvez, como já não eterna, mas ameaçada por múltiplos flancos. Como o próprio Potter reconheceu, penso que se pode rastrear um fundo maternal na bioética. As deliberações bioéticas, mesmo que no nível lógico-aristotélico sejam impecáveis, mas se na prática não se transformam em atitudes solícitas, penso que não tocam o miolo da bioética. Estar atento e ser solícito diante das necessidades da vida, este poderia ser um bom lema para a bioética.

Em consequência, as questões ecológicas deveriam ser um dos principais esteios da bioética. No entanto, até há pouco tempo foram marginalizadas pelo predomínio do ponto de vista antropocêntrico e pela ética médica. É significativo que no famoso “Informe Belmont” (1979), que foi outro episódio fundacional da bioética, não se fizesse nenhuma menção aos problemas ambientais, e seu âmbito de atuação se restringisse aos dilemas éticos que podem aparecer na pesquisa com sujeitos humanos, esquecen-

do também a questão da experimentação animal.

IHU On-Line – Considerando um cenário empresarial preocupado primeiramente com o lucro e uma sociedade cada vez mais capturada pelo dispositivo do consumo, quais são os principais desafios da responsabilidade social?

Anna Quintanas – No mundo empresarial, a chamada “responsabilidade social”, especialmente nas grandes multinacionais, no momento é basicamente um termo que está na moda e que é útil por uma questão de estratégia de marketing. Entretanto, se tentamos associar o termo ao mundo da especulação financeira, o resultado é de absoluta incredulidade e de contradição nos termos. É certo que algumas multinacionais e alguns bancos têm fundações que oferecem bolsas de estudo, ajudas para a infância, para pessoas com necessidades especiais, para a pesquisa sobre determinadas doenças e que realizam atividades culturais diversas, o que representa para elas uma boa economia fiscal. Mas, do meu ponto de vista, a responsabilidade social deveria ser claramente legislada e seus descumprimentos teriam que comportar importantes sanções. Caso contrário, ficamos no nível puramente das boas intenções, como no caso da pregação vazia sobre os Direitos Humanos ou sobre o desenvolvimento sustentável.

No Livro Verde. Promover um marco europeu para a responsabilidade social das empresas, publicado em 2001 pela Comissão Europeia, define-se a responsabilidade social como “um conceito, segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo”. Enquanto a responsabilidade social for concebida como uma decisão totalmente voluntária por parte das grandes empresas, não há opção possível. Embora, atualmente, faça parte do senso comum que esta deve ser voluntária porque se trata do terreno privado, no futuro seguramente esta presunção escandalizará e talvez se perguntarão como foi possível que a responsabilidade social (a responsabilidade pelos problemas sociais, ambientais e o bem comum) fosse

1 **Van Rensselaer Potter** (1911 - 2001): Bioquímico americano, engajado na luta contra o câncer. (Nota da IHU On-Line)

2 **André Hellegers** (1926-1979): Médico holandês especializado em Ginecologia e Obstetrícia (Nota da IHU On-Line)

3 **Paul Max Fritz Jahr** (1895-1953): Teólogo alemão responsável por empregar, pela primeira vez, o termo Bioética (Nota da IHU On-Line)

4 **Aldo Leopold** (1887-1948): Cientista, ecologista e ambientalista americano. Professor da University of Wisconsin, mais conhecido pelo seu livro *A Sand County Almanac* (1949). (Nota da IHU On-Line)

simplesmente uma opção, não uma obrigação.

Todo cidadão e todo grupo humano, seja empresarial ou não, deveria assumir que deve zelar, paralelamente, tanto pelo próprio interesse como pelo conjunto da sociedade. Atualmente, esta ideia pode parecer estranha, mas não o foi para os cidadãos da pólis clássica. Eles não faziam a separação taxativa entre o privado e o público. Sabiam que só podiam alcançar o pleno desenvolvimento como indivíduos no marco de uma pólis que lhes proporcionasse os elementos necessários para alcançá-los. Por isso, Aristóteles vinculou claramente a ética à política.

Bioética da proteção

Neste sentido, defendo a “bioética da proteção”, defendida por M. Kottow⁵ ou F. R. Schramm⁶, porque um dos seus objetivos principais é assinalar que o centro da ética deve ser a ação, contra o que costuma acontecer na ética tradicional, que fica no abstrato, no simples nível dos enunciados. No momento, a ética da responsabilidade social ficou basicamente em declarações sem traduzir-se em ações realmente transformadoras.

Evidentemente, tenho consciência de que exigir que a responsabilidade social das grandes empresas seja legislada e definida claramente vai contra o espírito desregulador do neoliberalismo. Mas o importante é que a pressão dos cidadãos vá por esse caminho. Os poucos avanços na responsabilidade social empresarial foram conseguidos pela pressão dos cidadãos. Há uma infinidade de exemplos de boicotes dos consumidores a determinadas multinacionais como forma de protesto contra o trabalho infantil ou a produção contaminante. Mas, lamentavelmente, trata-se de campanhas passageiras que podem prejudicar as vendas apenas durante um prazo curto de tempo. Sem dúvida, faz falta ir além e forçar os governos para mudar o mercado mundial,

5 Miguel Kottow: Professor de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade do Chile (Nota da IHU On-Line)
6 F. R. Schramm: Pesquisador da Fiocruz, companheiro de pesquisa do também professor e bioeticista chileno Miguel Kottow (Nota da IHU On-Line)

mas isto é impossível enquanto a política continuar sequestrada pela economia, pelos interesses econômicos de uma pequena elite mundial.

Acredito também que são de grande importância as experiências econômicas alternativas, porque servem para mostrar que outras formas de organização do trabalho são possíveis. Refiro-me a formas de trabalho cooperativo, ao comércio justo, aos bancos éticos ou à economia do bem comum impulsionada pelo economista austríaco Christian Felber⁷. Esta última organização procura convencer governos e empresas para a grande aposta de futuro que significaria para eles aplicar os princípios da economia do bem comum. Procuram demonstrar a viabilidade de um sistema de mercado no qual as empresas privadas substituam a competitividade desenfreada e o afã cego de lucro por formas de cooperação que tenham como objetivo contribuir para o bem comum. Em 2010, 70 empresas eram subscritoras desta economia alternativa que se define como mais humana, democrática e ecológica. No final de 2013, já contava com 1.400 empresas de 27 países. Neste mesmo ano, por exemplo, criou-se na Argentina a Fundação do Bem Comum Patagônia.

IHU On-Line – Como podemos compreender a tensão paradoxal que se estabelece quando a vida é compreendida como alteridade ética que deve ser cuidada e também como bem útil que deve ser produzido?

Anna Quintanas – Não creio que devamos realizar esforços para mitigar esta contradição. O que devemos fazer é sair deste paradigma, rechaçando-o, buscar formas para desconstruí-lo e estar atentos às linhas de fuga proporcionadas pelas fendas abertas dentro do próprio sistema. Não estou iludida e sei que o edifício ainda é muito sólido, mas as mudanças históricas se produzem pela soma ou interação entre infinitas pequenas coisas. Para ir de encontro a um mundo em que, como dizia Kant, nem tudo tem um preço, é necessário

7 Christian Felber (1972): Professor e economista austríaco, especialista em economia sustentável. <http://www.economia-del-bien-comun.org/es> (Nota da IHU On-Line).

não se deixar afogar pelos discursos do conformismo e do “não há nada a fazer”.

O que teria dito uma mulher europeia do século XVII se lhe tivessem explicado como viveriam suas concidadãs quatro séculos depois? Evidentemente, a situação da mulher deixa ainda muitíssimo a desejar, e em muitos lugares do mundo avançou-se muito pouco, mas se há mudanças é porque há seres humanos que pensam que as coisas podem ser de outra forma, embora, no momento em que o pensam, suas ideias vão contra o senso comum. Para mim, o avanço da mulher é muito esperançoso. Os partidos políticos, os sindicatos, as leis, todos os âmbitos da macropolítica intervieram neste processo, mas também e, sobretudo, as mulheres e homens anônimos que nunca aparecerão nos livros de história, mas sem as ações dos quais nunca teria sido possível chegar onde nos encontramos atualmente. Não há nada que um indivíduo ou grupo faça dentro deste mundo que seja insignificante para o destino da humanidade e do seu ambiente. Tudo conta e tudo soma.

IHU On-Line – Quais são as principais implicações biopolíticas da bioética em nosso tempo?

Anna Quintanas – O tema das relações entre bioética e biopolítica está totalmente relacionado com a pergunta anterior. A bioética nasce da preocupação de cuidar da vida, de uma vida que, no caso de Potter ao menos, é percebida como ameaçada não apenas pelas novas tecnologias, mas também pelo aumento da população mundial e dos efeitos da produção industrial sobre a vida humana e a do ecossistema. Potter, assim como muitos de seus coetâneos, sentiu-se muito impactado pela obra de Rachel L. Carson⁸, *Primavera Silenciosa* (São Paulo: Gaia, 2010). Pela primeira vez eram demonstrados os efeitos devastadores do uso massivo de produtos químicos sobre toda a cadeia da vida. E Potter teve isso muito claro, e

8 Rachel Louise Carson (1907-1964): zoóloga, bióloga e escritora americana, cujo trabalho principal, *Silent Spring*, é geralmente reconhecido como o principal impulsionador do movimento global sobre o Ambiente. (Nota da IHU On-Line)

afirmou que por trás da “mão invisível” do liberalismo, que teoricamente deve acabar trazendo progresso e bem-estar, age, na verdade, uma “mão rapaz” que permite a concentração da riqueza nas mãos de uma elite mundial enquanto se viola flagrantemente os direitos humanos de boa parte da população e se destroça o mundo da Natureza.

Ou seja, a (bio)ética não pode tratar dos problemas éticos produzidos em torno do “bios” sem ter presente o marco (bio)político em que estes se dão, um marco que, como se indicava na pergunta anterior, é presidido pela ideia da produtividade em todos os níveis. Tudo deve ser produtivo, maximamente produtivo, também a vida e suas potencialidades. Recordemos a teoria do capital humano, por exemplo, na formulação de Gary S. Becker. Seu Tratado sobre a família é espetacular. Não é que analise os aspectos econômicos do mundo familiar, mas reduz seus integrantes e tudo o que acontece em seu interior ao ponto de vista econômico. Nunca o liberalismo chegou tão longe. O ponto de vista econômico, que anteriormente predominava no âmbito do mercado, do comércio e das finanças, agora pretende colonizar todo o mundo da vida, absolutamente tudo. Não há nada neste mundo que não deva ser visto do ponto de vista econômico. Este é o núcleo do neoliberalismo. Termos como produção, benefícios, otimização de recursos, investimentos, perdas, mercado, invadem todo o mundo social e a subjetividade dos indivíduos. Como disse o pensador francês Michel Foucault⁹, é uma lógica

que nos converte em “empresários de nós mesmos”.

Pode a (bio)ética ignorar este fundo (bio)político? A bioética predominante costuma fazê-lo, mas então corre o risco de ser acusada de superficialidade, no sentido de ficar na superfície e negar-se a olhar o que há debaixo do tapete. Podemos enfrentar os problemas éticos que aparecem ao redor do mundo da biomedicina sem levar em conta o contexto em que se desenvolve a atividade dos centros de atenção primária, os hospitais, os laboratórios, os ensaios clínicos ou as empresas farmacêuticas? O governo da vida hoje se faz a partir de padrões neoliberais. A bioética, caso quiser continuar cuidando da vida, deve enfrentar aquilo que a impede de avançar nesta direção. Cuidar da vida e tentar explorá-la são duas realidades incompatíveis. Todos os seres vivos são produtivos, a começar pela característica reprodutora que os caracteriza, mas uma coisa é reconhecer a produtividade da vida e outra é ter como objetivo principal exprimi-la sem considerações éticas.

IHU On-Line – Qual é o “fundo” biopolítico da bioética?

Anna Quintanas – Tudo parece indicar que a entrevista está começando a construir interações, porque uma questão já nos leva à seguinte de forma encadeada. Também a pergunta anterior mostra uma primeira tentativa de resposta a esta pergunta. O fundo biopolítico da bioética atual é o neoliberalismo. Pois bem, inte-

ressa-me muito destacar que minha utilização do termo “biopolítica” deriva das minhas leituras sobre Michel Foucault, e este pensador francês, em suas análises sobre a modernidade europeia, não somente mostrou em que sentido as relações de poder haviam se tornado biopolíticas, mas também constou o fato de que as lutas políticas, nos dois ou três últimos séculos, tiveram também como protagonista a vida, todo um conjunto de reivindicações sobre a necessidade de ser protegida, de cuidar da saúde, das suas necessidades. Os movimentos sociais reivindicam o direito a uma vida digna, luta-se pela melhoria das condições de vida, etc.

Foucault foi um autor que fez uma analítica do poder, estudou como funcionam as relações de poder dentro de um marco temporal e geográfico concreto, mas com um objetivo muito claro: favorecer a resistência. Somente se soubermos como funcionam as relações de poder teremos possibilidades de miná-las. E para Foucault onde há relações de poder há possibilidade de resistência. Se este pensador francês tinha razão em sua análise, a vida na modernidade europeia começou a tornar-se objetivo do poder, mas nunca se deixou prender totalmente. Os movimentos sociais foram aprendendo a projetar a vida contra aquilo que pretendia tirar o máximo de proveito sem importar-lhe outra coisa senão o benefício privado.

IHU On-Line – Dentro desta perspectiva, como se relacionam vida, saúde e nação?

Anna Quintanas – Este é um tema que na verdade não trabalhei a fundo, mas penso que esconde um grande potencial de pesquisa. Em sintonia com meu interesse para fazer interagir a bioética e a biopolítica, pareceu-me muito interessante o fato de que o mundo da política tivesse começado a se “medicalizar” a partir de um determinado momento. Não posso dizer qual foi o início deste processo, mas imagino que foi por volta do aparecimento do Estado-nação. Seria muito interessante fazer uma arqueologia deste processo, buscar a genealogia de expressões, tais como: “a saúde de um povo”, “é uma nação enferma”, “as doenças da política”,

9 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções

clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *‘História da loucura’ e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des) governo biopolítico da vida humana, de 13-09-2010*, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **CADERNOS IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

“sanar a nação”. Talvez seja apenas mais um capítulo daquilo que Foucault chamou de “medicalização indefinida da sociedade”, que começou a dar-se na Europa a partir do século XVIII e que possibilitou que cada vez mais realidades, antes totalmente alheias à medicina, tenham passado a ser tratadas medicamente. Pensemos, atualmente, por exemplo, no fato de envelhecer, na menopausa, na queda de cabelo, na timidez, etc. Sobre isso me parece muito interessante a obra de Roberto Esposito¹⁰, porque mostra as relações entre o paradigma imunitário e a organização social.

IHU On-Line – Em que medida precisamos repensar uma ética para a vida na sociedade tecnocientífica na qual vivemos?

Anna Quintanas – Entendo a bioética precisamente como uma “ética para a vida”, uma ética que pretende cuidar da vida no contexto de uma sociedade que está dominada pelas consequências e pela interação entre a revolução científica da época moderna e a revolução industrial. A segunda, evidentemente, não seria possível sem a primeira.

Embora a bioética predominantemente tenha tendido a reduzir o seu objeto de estudo à biomedicina, minha opção é decantar-me pelo espírito potteriano da bioética. No começo da década de 1970, quando Potter escreveu seus primeiros textos sobre bioética, esta ainda não tinha um campo próprio. Mas Potter se deu conta, com o passar do tempo, que a versão da escola de Georgetown estava se impondo, limitando desta forma sua visão ampla da bioética. Por isso, escreveu, em 1988, seu *Global Bioethics*. E a partir de então até sua morte, em 2001, não deixou de repetir que sua bioética não incluía apenas uma ética médica, mas que seu espírito holístico devia assumir também uma ética ambiental, uma ética urbana e uma ética do consumo, inclusive uma ética geriátrica e uma ética social.

¹⁰ **Roberto Esposito**: filósofo italiano, especialista em filosofia moral e política. De sua vasta produção bibliográfica, citamos *Pensiero vivente. Origine e attualità della filosofia italiana* (2010), *Bios. Biopolitica e filosofia* (2008), *L'origine della politica. Hannah Arendt o Simone Weil?* (1996). (Nota da IHU On-Line)

A bioética como ímã aglutinador

A bioética devia agir, para Potter, como uma espécie de ímã aglutinador das éticas particulares, mas sem repetir os principais erros destas, como, por exemplo, ignorar as verdades científicas, desentender-se sobre a interação entre o meio ambiente e o homem ou a visão de curto prazo. Potter estava plenamente consciente do fato de que as questões biomédicas não podem ser tratadas fora do âmbito das problemáticas gerais que afetam a sociedade. De fato, Potter afirmou já desde os seus inícios que a bioética devia servir para enfrentar a “grande crise de hoje”, uma crise que para ele era global, afetava todo o Planeta, e tanto a Natureza como o ser humano, porque o que estava em risco era precisamente a frágil rede da vida. Em seus últimos anos falou claramente da necessidade de idear uma “bioética política” que pressionasse as políticas públicas, tanto a nível nacional como internacional, para utilizar todo o grande potencial inerente ao conhecimento humano com vistas ao bem comum e melhorar as condições da vida.

Parece-me que esta postura potteriana que une uma ética ambiental com uma ética social segue sendo útil atualmente, e, além disso, vejo-a em consonância com diversas tentativas que, de uma forma muito estimulante, estão tendo lugar na América Latina para construir uma “outra bioética” que às vezes impugna e outras vezes enriquece a bioética predominante: desde a “bioética de proteção”, acima mencionada (Miguel Kottow), até a “bioética da intervenção” (Volnei Garrafa¹¹ e Dora Porto¹²), passando pelas ideias sobre a “vida boa” (Maria L. Pfeiffer) ou a “ecologia social” (José Roque Junges¹³).

¹¹ **Volnei Garrafa**: Especialista em Cancerologia Bucal pela Associação Paulista de Combate ao Câncer Coordenador da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília (UnB) (Nota da IHU On-Line)

¹² **Dora Porto**: Antropóloga, especialista em Bioética e doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB) (Nota da IHU On-Line)

¹³ **José Roque Junges**: Filósofo graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Chile e doutorado em Teologia Moral

IHU On-Line – Em que medida a normalização e as diferentes formas de sujeição, sobretudo das classes populares, são resultado de uma biopolítica que se tornou institucionalizada atualmente?

Anna Quintanas – Segundo Michel Foucault, na Europa do século XVIII produziu-se um fenômeno muito interessante dentro do capítulo das relações entre o saber e o poder: o “desbloqueio da medicina”. A partir de então a medicina foi abrindo progressivamente seu campo de atuação, indo muito além da simples arte de curar doenças. Atualmente, é difícil encontrar algum âmbito da vida humana que não tenha sido medicalizado, embora seja apenas ao nível teórico.

Esta “medicalização progressiva da sociedade” começou primeiro por ser uma medicina das coisas (sanar bairros, ruas, cidades, preocupar-se com a qualidade do ar e da água, com os efeitos sobre a saúde de certos edifícios, instituições ou práticas de trabalho como os cemitérios, os frigoríficos, os hospitais, etc.). A partir de então foram surgindo múltiplos tipos de colaborações da medicina com diferentes âmbitos do mundo social: desde o urbanismo, as políticas locais e nacionais, até o mundo do trabalho e a pedagogia. A medicina e a política encontraram múltiplas maneiras para estabelecer colaborações. O Estado, dentro do marco do mercantilismo, entendia que a riqueza dependia do número de súditos saudáveis, úteis para o trabalho em tempos de paz e preparados para as milícias em tempos de guerra. Surgiu a chamada “polícia médica”, que tinha um triplice objetivo: garantir a ordem, promover a saúde e aumentar a riqueza nacional.

Saúde, ordem e riqueza começam a andar juntas. Multiplicam-se os cálculos sobre o valor monetário da vida humana. A medicina social e a higiene pública tentam convencer os governos e os empresários sobre o desperdício que significa investir em uma vida humana que acabará morrendo antes de poder restituir ao Estado tudo o que este investiu nela. Assim gera-se todo um discurso a fa-

pela *Pontificia Università Gregoriana* de Roma, Itália (Nota da IHU On-Line).

vor da melhoria das condições de vida e de trabalho das classes populares. A família operária converteu-se em objeto privilegiado de medicalização. O médico pôde entrar nas casas e bairros que os agentes da ordem não se atreviam a frequentar. Dava conselhos sobre a alimentação, a disposição dos quartos das casas, sobre o vestuário, sobre a criação dos filhos. Este processo progressivo de desbloqueio da medicina é, sem dúvida, um capítulo muito interessante na história das técnicas biopolíticas de governo da população. E os poderes de normalização das classes populares exerceram um papel protagônico neste âmbito.

A tríade no neoliberalismo

Atualmente, no neoliberalismo, a tríade que inter-relaciona saúde, ordem e riqueza já não depende primariamente de iniciativas estatais, mas o próprio indivíduo converteu-se no principal responsável pela garantia da saúde e da potencialidade de seu corpo. A subjetividade promovida pelo neoliberalismo segue o modelo empresarial. Trata-se de que todos nós nos transformemos naquilo que Foucault chamou de “empresários de nós mesmos”. Já não podemos esperar que o Estado, de forma paternal, se preocupe com as nossas necessidades de educação, saúde, moradia ou trabalho. Devemos, pois, aprender a investir em nós mesmos para melhorar o nosso presente e futuro, e de nossa família. Investir em si mesmo para maximizar os benefícios e minimizar os riscos que podem desvalorizar o nosso “cachê” através de múltiplas ações: desde um plano de pensão, um seguro de vida, uma alarma na moradia ou conseguir as melhores escolas para os filhos, até reciclar-se constantemente ou melhorar o aspecto físico.

Dentro deste registro, a saúde torna-se um valor de grande cotização porque esta já não é entendida apenas como ausência de doença, mas como otimização da nossa energia vital através de vários recursos: dietas, academia (agora também academia e receitas culinárias para os nossos neurônios; se não as conhecem é porque não estão atualizados), controle de peso, atenção aos níveis de colesterol, etc. Embora não estejamos doentes nem tenhamos nenhuma dor im-

Minha percepção é que ainda não saímos inteiramente do diagrama que Foucault descobriu com seus estudos arqueológicos e genealógicos

portante, devemos colocar em marcha todos estes dispositivos, porque não se trata de sermos mais ou menos saudáveis para poder viver, mas de viver para estarmos saudáveis (e, conseqüentemente, o biomercado que se produziu em torno desta tendência parece não ter limites de expansão).

Dentro do jogo macabro que já Foucault nos desenhou entre biopolítica e tanatopolítica, enquanto em determinados lugares do mundo a saúde tornou-se uma obsessão doentia e o gasto sanitário desnecessário aumentou exponencialmente, para uma significativa parte da população mundial não está disponível nem tão somente um atendimento sanitário básico.

IHU On-Line – A partir deste cenário, qual é a contribuição e a atualidade da filosofia de Michel Foucault, 30 anos após sua morte?

Anna Quintanas – Desde a minha tese de doutorado sobre “Saúde e poder na gênese do homem contemporâneo”, que defendi em 1997, Foucault tem sido a minha principal referência intelectual. Às vezes, penso que já seria hora de mudar de registro, mas nos campos em que trabalho, como a antropologia filosófica, o pensamento político contemporâneo ou a bioética e a biopolítica, suas obras ainda me são estimulantes e me proporcionam ferramentas para analisar o presente no qual vivemos. Como ele mesmo afirmou, toda a sua obra tem no fundo como objetivo desenhar uma “ontolo-

gia do presente”, daquilo que somos e acontece (conosco), com vistas a desmascarar aqueles aspectos intoleráveis da nossa racionalidade e das relações de poder com as quais esta interage.

Minha percepção é que ainda não saímos inteiramente do diagrama que Foucault descobriu com seus estudos arqueológicos e genealógicos, mesmo que tenha morrido em 1984. Toda a sua obra, mas em especial seus estudos sobre os mecanismos biopolíticos e as formas de governo liberal (desde o liberalismo clássico até o neoliberalismo) são ainda de grande atualidade. Sempre e quando falarmos do mesmo Foucault. Muitas vezes leio interpretações sobre o seu pensamento que me deixam desconcertada, pois parece que não estamos falando do mesmo autor. Por exemplo, a interpretação de Habermas¹⁴ no seu célebre livro O discurso filosófico da modernidade, onde Foucault é qualificado de neoneietzschiano conservador que nos condena ao quietismo e à submissão ao poder: não há saída, estamos presos nas redes do poder.

Ao contrário, eu preciso continuar a ler Foucault para não perder minhas ânsias de “fora”, para não deixar de vislumbrar que mais além da “caverna” ainda é possível construir realidades inéditas. De fato, meu interesse pela filosofia originou-se no ensino médio, quando tive as primeiras aulas sobre História da Filosofia. A verdade é que na época não entendi praticamente nada sobre os pré-socráticos, mas quando a minha professora me explicou o mito da caverna, minha juventude não ficou indiferente, porque experimentei como algo próprio essa estranha necessidade de pensar que as coisas podem ser diferentes de como são. Esse reconhecimento é também o que me prendeu à obra de Foucault e que ainda não me largou.

¹⁴ Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve construir-se pela troca de idéias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da IHU On-Line)

A manutenção da subjetividade humana diante do impulso tecnocientífico instrumental

Jesús Conill argumenta que o ufanismo tecnocrata deriva de um modelo de desenvolvimento que deteriora o pensamento crítico

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO | TRADUÇÃO: ANDRÉ LANGER

Refletir sobre o triunfo da técnica e avançar em pontos de vista que nos ajudem a compreender o significado das tecnologias no âmbito da vivência social se constitui em um dos grandes desafios da contemporaneidade. Nesse sentido, o professor doutor Jesús Conill, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, sustenta que é preciso “prestar uma atenção especial a cada um dos âmbitos da realidade em que as tecnologias intervêm. Não é a mesma coisa quando falamos do âmbito do meio ambiente ou do âmbito da saúde, da educação, da pobreza extrema, da economia de mercado, da empresa, do conhecimento e da pesquisa científica, da organização administrativa ou da função pública”, avalia.

Para o entrevistado, certo ufanismo com relação às sociedades tecnocientíficas deriva de um modelo de desenvolvimento que deteriorou a subjetividade humana e que nos conduziu a processos de alienação. “A partir de outras perspectivas mais humanistas, colocou-se de relevo que não se trata de uma consequência necessária, mas é um autêntico perigo que é preciso saber evitar, para que o proveito instrumental das tecnologias não destrua a riqueza da subjetividade humana, mas a amplie com novas possibilidades”, considera.

Em parte, a crise de uma certa racionalidade dominante deriva de deformações provocadas pela excessiva financeirização das relações. “Esse processo de crescente império

das finanças, sem o devido controle e sem a devida orientação, desorientou as empresas de bens e serviços, que se viram impelidas cada vez mais nesse contexto a desvirtuar suas tarefas mais próprias e seus compromissos sociais”, argumenta.

Jesús Conill estudou nas Universidades de Valencia, Espanha, e München, na Alemanha. Atualmente é catedrático de Filosofia Moral e Política da Universidade de Valencia. Além disso, realizou estudos e pesquisas de extensão nas Universidades de München, Bonn, Frankfurt e Main, na Alemanha; St. Gallen, na Suíça; e Notre Dame, nos Estados Unidos. É autor, entre outras obras, de *Ética hermenêutica* (Madrid: Tecnos, 2006), *Horizontes de economia ética. Aristóteles, Adam Smith, Amartya Sen* (Madrid: Tecnos, 2004), *Ética de los medios. Una apuesta por la ciudadanía audiovisual* (coeditor, junto com Vicent Gozávez – Barcelona: Gedisa, 2004).

O professor Jesús Conill apresenta a conferência *Os marcos e ferramentas éticas nas tecnologias de gestão*, no dia 21-10-2014, às 14h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais marcos e ferramentas éticas nas tecnologias da gestão em nossos dias?

Jesús Conill – Primeiro, seria preciso determinar o que se enten-

de por ética, porque pode haver diversas concepções, que teriam relações distintas com as tecnologias. Algumas inclusive poderiam tentar substituir a racionalidade das éticas

tradicionais, antigas e modernas, pela racionalidade tecnológica. De tal maneira que o imperativo tecnológico se imporia como imperativo ético e se plasmaria na vida social

com sucesso mediante a maquinaria tecnocrática.

Não obstante, diante do triunfo da técnica em todos os âmbitos, inclusive em sua determinação da racionalidade prática, cabe refletir e propor outras perspectivas, que também valorizam as inegáveis contribuições das tecnologias, mas oferecem uma visão mais compreensiva do significado das tecnologias e uma orientação responsável do seu crescente poder. Um desses enfoques mais enriquecedores é o de uma ética hermenêutica, que poderia servir de novo marco de reflexão para compreender e orientar a ação tecnológica. Esta primeira reflexão valeria para a ordem básica da fundamentação. Mas, em segundo lugar, para determinar as ferramentas éticas concretas, necessita-se prestar uma atenção especial a cada um dos âmbitos da realidade em que as tecnologias intervêm. Não é a mesma coisa quando falamos do âmbito do meio ambiente ou do âmbito da saúde, da educação, da pobreza extrema, da economia de mercado, da empresa, do conhecimento e da pesquisa científica, da organização administrativa ou da função pública, etc.

IHU On-Line – Dentre as mudanças das organizações na gestão contemporânea, quais estão relacionadas com as novas tecnologias?

Jesús Conill – Creio que quase todas têm a ver com as novas tecnologias, que invadiram todos os âmbitos da vida social, pública e privada. Não há praticamente nenhuma atividade humana que não esteja sendo afetada pelas tecnologias. As tecnologias estão afetando a natureza e a cultura de tal maneira que as estão transformando. O mesmo acontece com as instituições de qualquer tipo. As novas tecnologias da informação e da comunicação, por exemplo, transformaram quase todos os setores da vida, desde a própria comunicação, até a economia, a política, a educação, as relações pessoais, comerciais, o exercício da medicina e muitas outras profissões.

IHU On-Line – Em que medida as tecnologias impactam nas racionalidades da gestão?

Jesús Conill – Na realidade, a racionalidade tecnológica converte-se na racionalidade de gestão por excelência e seus dinamismos, assim como foram se desenvolvendo, expulsaram em muitas ocasiões quaisquer outros ingredientes da razão prática tradicional. A funcionalidade tecnológica invade progressivamente a vida e tende a converter-se na gestora, supostamente eficiente, da vida humana inteira, em todas as ordens. De fato, a razão instrumental impôs-se ao longo da modernidade hegemônica. A partir de diversas frentes criticou-se esta hegemonia, porque são possíveis diversas modernidades e, por isso, foram propostas, por exemplo, linhas de “modernidade crítica” ou reflexiva (vide, por exemplo, Adela Cortina¹, *Ética sem moral* – São Paulo: Martins Fontes, 2010), ou críticas genealógicas, como a nietzschiana (vide, por exemplo, *El poder de la mentira. Nietzsche y la política de la transvaloración* – Madrid: Tecnos, 1997), que tanto contribuíram para inspirar (de modo consciente ou inconsciente) muitas das atitudes contemporâneas.

IHU On-Line – Quais são as tensões que se apresentam à subjetividade dos trabalhadores em função das tecnologias de gestão em voga?

Jesús Conill – A primeira tensão que a história da tecnologia mostra é que ela provoca a redução ou eliminação do trabalho humano, embora haja quem defenda que se trata de um processo que, indiretamente e com o tempo, permite ser recuperado por outros meios. Tão somente, pois, uma atitude “ludita” rechaçaria por completo a inovação tecnológica. Em segundo lugar, também na história mostrou-se que certo tipo de desenvolvimento tecnológico deteriorou a subjetividade humana e, em algumas ocasiões, impulsionou processos de alienação em virtude da produção tecnológica, instaurada como racionalidade redutora do humano. A partir de outras perspectivas mais humanis-

tas, colocou-se de relevo que não se trata de uma consequência necessária, mas é um autêntico perigo que é preciso saber evitar, para que o proveito instrumental das tecnologias não destrua a riqueza da subjetividade humana, mas a amplie com novas possibilidades.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios de uma ética econômica e empresarial pensando no contexto das empresas, inseridas em uma economia globalizada de mercado?

Jesús Conill – O desafio mais importante é superar ou, ao menos, corrigir as deformações provocadas pela excessiva financeirização da economia. Na minha opinião, produziu-se uma perversão da economia através da ultrafinanceirização que durante as últimas décadas foi se expandindo em todos os âmbitos da vida. Esse processo de crescente império das finanças, sem o devido controle e sem a devida orientação, desorientou as empresas de bens e serviços, que se viram impelidas cada vez mais nesse contexto a desvirtuar suas tarefas mais próprias e seus compromissos sociais. Caso não se corrija esta transformação última da economia não haverá avanço do sentido social e ético-político da economia no curto prazo (o ‘curtoprazismo’), sem permitir que se avance no processo de formação das autênticas empresas, que são as que contribuíram para o bem social, conforme a sua atividade específica, cumprindo com os compromissos de todos os que estão envolvidos e são afetados por elas, segundo as fórmulas da teoria dos *stakeholders*, ou da “ética do discurso” (os afetados), ou mais recentemente pela ética dos “valores compartilhados”.

IHU On-Line – A partir dessa perspectiva, qual é o nexa que une democracia participativa, sociedade civil e ética empresarial?

Jesús Conill – Há diversas formas de conectar o sentido da democracia participativa, contando com a sociedade civil, a partir do impulso da ética empresarial. Em qualquer dessas formas coloca-se de manifesto a necessidade de conectar o âmbito estritamente político com o amplo es-

¹ **Adela Cortina Orts**: é professora catedrática de Ética e Filosofia Política na Universidade de Valencia e membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas. Foi a primeira mulher admitida na Academia desde a sua fundação em 1857. (Nota da IHU On-Line)

pectro da sociedade civil e o mundo empresarial que está consciente de seu sentido social. Porque o sistema democrático de uma sociedade aberta não se circunscreve às instituições políticas e jurídicas do Estado. Os cidadãos se incorporam à convivência por outras vias, que alimentam a vida política, controlam-na e a orientam para as melhores metas possíveis. Entre elas estão não apenas as culturais, mas também as empresariais, que cada vez mais estão sendo decisivas na configuração dos padrões da vida compartilhada nacional e internacional, ou seja, na conformação dos estilos de vida.

IHU On-Line – Quais são os principais impasses que se apresentam nas relações interpessoais na gestão contemporânea a partir da perspectiva da gestão da ética?

Jesús Conill – As relações interpessoais poderiam ser mais enriquecedoras se ultrapassassem os estreitos limites da mercantilização, juridificação e coação política, porque uma sociedade só se pode fundar, como é devido, na cooperação entre os cidadãos. Sem a vivência da cooperação não será possível a justiça social e não se poderá avançar na formação de sociedades abertas, com autêntica liberdade. Não há autêntica liberdade sem justiça; e não há justiça sem cooperação. Não basta a mera coação do Leviatã². Portanto, nas relações interpessoais é preciso descobrir o aspecto mais fundamental, que é a relação do reconhecimento mútuo e recíproco. Nem tudo é política, economia e direito. A riqueza da vida humana, nas relações interpessoais, vai além dessas relações reduzidas e comprimidas, mesmo quando inescusáveis (embora em possível transformação), e se abre à vida ética, ou seja, à escolha dos modos de vida que cada qual, em relação

² **Leviatã**: é o nome comumente dado à obra *Leviatã* ou *Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. O livro foi escrito por Thomas Hobbes e publicado em 1651. O livro diz respeito à estrutura da sociedade e do governo legítimo, e é considerado como um dos exemplos mais antigos e mais influentes da teoria do contrato social. É considerado uma das obras mais influentes já escritas do pensamento político, que foi escrito durante a Guerra Civil Inglesa. (Nota da IHU On-Line)

com os demais, avalia como melhores que outros.

IHU On-Line – Em que aspectos a “cultura do *management*” influencia a construção da subjetividade dos gestores e das relações com os trabalhadores?

Jesús Conill – A cultura do *management* é levada a cabo com diversos estilos. Pode ser de caráter mecânico, como se tratasse de administrar coisas, ou inclusive “recursos” humanos, ou pode estar consciente de que se trata de administrar as atividades de uma organização e/ou instituições executadas por pessoas. E então entramos em outra dimensão nova na forma de gerir: trata-se de uma autêntica gestão ética, que leva em conta o “ethos” das pessoas, isto é, a atividade organizacional ou institucional em um marco próprio da vida humana. Isto, evidentemente (porque assim o vemos), não é fácil, mas, ao menos, deveria constituir um ideal ao qual aspirar, se queremos humanizar as relações com os trabalhadores. Do contrário, a manipulação e a instrumentalização convertem-se no único modo de gerir as pessoas, convertendo-as reducionisticamente em meras coisas ou recursos a serviço de outros fins, quando uma das formulações do princípio da ética moderna, baseada no respeito à pessoa humana, nos recomenda o imperativo da “não instrumentalização”.

IHU On-Line – Qual é o principal desafio da formação técnica e da formação crítica nos gestores?

Jesús Conill – O principal desafio da formação técnica e da formação crítica dos gestores é constituído pela necessária formação ética do técnico em uma ética da responsabilidade à altura dos tempos e aplicada a cada campo profissional concreto. Sem uma ética dos profissionais, estes ficam reduzidos a meros técnicos a serviço de qualquer causa, com o falso pretexto de que seu saber é neutro. Há muito tempo vem se debatendo sobre a neutralidade axiológica do conhecimento técnico, até sua conversão em tecnocracia e, portanto, em um poder social e mental em nossas sociedades do conhecimento dos especialistas. Por isso, é tão importante

seguir refletindo sobre os valores que sempre estão em jogo na tomada de decisões dos profissionais, que, portanto, não são apenas técnicos. Daí a necessidade de uma formação mais completa e integral, que inclua o senso crítico, isto é, a autocompreensão do sentido de sua atividade específica e o discernimento dos valores que estão incrustados nele e nas consequências e perigos que comporta. Esta nova forma de ética foi se denominando – em suas diversas modalidades – de “ética da responsabilidade”.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Jesús Conill – O mais preocupante é o desenvolvimento disforme das finanças, porque o que em muitas ocasiões foi proposto como inovações financeiras foram ofertas carentes de verdadeiro sentido, sem autêntica garantia econômica, com o único afã de aumentar os lucros contábeis. Dessa maneira, aumentam os riscos, reduz-se a transparência, vai se perdendo a confiança e rompem-se os vínculos tradicionais com os clientes.

Por isso foram muitas as vezes que expressaram sua preocupação e chamaram a atenção para os perigos que implicava a fascinante “lógica” do capitalismo ultrafinanceiro. É muito preocupante a crescente autonomização do sistema financeiro, ao se desvincular cada vez mais da economia mundial o movimento de capitais do fluxo de bens e serviços. Esta tendência poderia deformar o âmbito financeiro e fazer com que se esqueça do seu autêntico papel como instrumento para designar com eficiência recursos escassos, assumir riscos e servir à economia real; desta maneira perderia também sua legitimação econômico-social e, portanto, ética (referi-me a isso anos atrás em *Horizontes de economía ética*. *Aristóteles, Adam Smith, Amartya Sen* – Madrid: Tecnos, 2004).

Esta linha de reflexão encontra-se também há muito tempo em economistas como James Tobin³, que con-

³ **James Tobin** (1918-2002): foi um economista estadunidense. Professor na Universidade de Yale de 1950 a 1988, foi galardoado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel

siderava que “a proliferação de operações financeiras não serve, muitas vezes, para realizar mais economicamente uma tarefa, mas para inflar a quantidade e a variedade de intercâmbios financeiros, operações mediante as quais se foge de uma regulação e para obter um benefício privado sem a equivalência de um benefício social”.

Portanto, uma “superestrutura” financeira “desconectada da economia real” recortaria as possibilidades de crescimento real da economia mundial e separaria cada vez mais o benefício privado (rendimentos a curto prazo) do benefício social (neces-

sidade de investimentos produtivos). Não se deveria esquecer que o sentido da economia “simbólica” (movimentos de capital, tipos de câmbio e correntes creditícias) consiste em estar a serviço da economia “real” (correntes de bens e serviços).

Por outro lado, também se deveria ter em conta a influência que o desenvolvimento deste capitalismo ultrafinanceiro e especulativo teve e está tendo sobre os mais pobres do mundo. Precisamente os anos de maior desenvolvimento disforme do setor financeiro coincidiram com o declive das economias que fomentavam o desenvolvimento humano entre os mais pobres da Terra (como mostram os relatórios sobre o desenvolvimento humano apresentados pelo PNUD). Portanto, as exigências éticas de solidariedade internacional, reclamadas pelos pobres, deveriam estar presentes nas reflexões sobre o novo cenário global da economia.

As repercussões sociais são tremendas. Uma das repercussões sociais a que todos os estudiosos da

globalização aludem é a desestruturação das instituições modernas, entre as quais se sobressai o Estado. Outro efeito inaceitável da globalização está sendo o aumento do abismo que separa os ricos e poderosos dos pobres (os *áporoi*). É uma autêntica contradição proclamar que toda pessoa é livre e igual e manter na prática desigualdades tão injustas. Os pobres já não contam para nada, carecem de todo tipo de poder, porque não podem nem sequer negociar para fazer valer suas exigências. Estão à margem de qualquer participação significativa sobre o seu futuro. Dessa maneira, recrudescer-se e agrava-se a prática da *aporofobia*, que quase todo o mundo tenta encobrir com outras terminologias, recusando chamar a realidade por seu nome: *aversão ao pobre*, ao desvalido, ao que nada tem a oferecer em troca, em qualquer terreno (econômico, político, jurídico, da opinião pública) (vide as reflexões de Adela Cortina, por exemplo, em seu livro *¿Para qué sirve realmente la ética?* – Barcelona: Paidós, 2013).

de 1981, “por sua análise dos mercados financeiros e suas relações com as decisões de despesas, empregos, produção e preços”. Tobin tornou-se ainda mais famoso em 1972 por ter sugerido a criação de um imposto de 0,1% sobre as transações financeiras internacionais, a chamada Taxa Tobin, como forma de reduzir a especulação nos mercados financeiros. Propunha que as receitas desse imposto fossem utilizadas para financiar as Nações Unidas ou para ajudar o desenvolvimento dos países do terceiro mundo. (Nota da IHU On-Line)

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu



Feyerabend e a caricatura da ciência

O filósofo Alberto Cupani reflete sobre a Filosofia da Ciência e da Tecnologia, alertando que o deslumbre dos defensores de *Contra o método* pode ser tão acrítico quanto o dos admiradores cegos da Ciência

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

Já em 1970, Paul Feyerabend propunha que a ciência deveria estar sujeita a um controle democrático. “Em uma sociedade democrática, idealmente tudo quanto é decidido e atinge todos os cidadãos deveria ser acordado coletivamente. Isso inclui a ciência, cujas consequências acabam afetando todo mundo”, esclarece o filósofo Alberto Cupani. Para Feyerabend, este controle deveria versar sobre as suposições e conclusões científicas, mas também sobre a supervisão do desenvolvimento científico.

“O leigo não pode opinar, obviamente, sobre a relevância maior ou menor de uma questão dentro do âmbito de uma disciplina científica, porém pode reivindicar que certas pesquisas sejam preferidas e outras proscritas”, destaca em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Assim, estudos sobre doenças endêmicas, a redução de gases tóxicos ou o aperfeiçoamento de métodos eficazes de ensino-aprendizagem poderiam ganhar mais espaço do que melhoramentos armamentistas. “Um público instruído, acostumado à prática democrática, teria como resultado uma ciência mais bem selecionada”, propõe.

Cupani se coloca como um questionador do pensamento científico acrítico e reconhece no autor de *Contra o Método* o importante papel de problematizar e caricaturizar as idiosincrasias da lógica cientificista ocidental – que, estabelecida como forma definitiva de acesso ao Real, exclui os demais saberes não científicos como “defeituosos e menos confiáveis”. No entanto, ele alerta que os entusiastas das ideias de Feyerabend,

muitas vezes, eram pessoas “sem formação científica”, às quais o estilo provocativo do autor “levou a uma adesão tão acrítica quanto a dos admiradores da ciência”.

Alberto Cupani nasceu em Córdoba, Argentina, em cuja Universidade Nacional doutorou-se em Filosofia em 1974. Foi professor de várias universidades argentinas, tendo se radicado no Brasil em 1978. Trabalhou na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC até se aposentar como professor titular em 2013, continuando desde então como professor voluntário da mesma instituição. Foi pesquisador do CNPq durante vinte anos. Sua área de pesquisa e docência é a Filosofia da Ciência e da Tecnologia, em particular temas como a racionalidade e objetividade da ciência, a relação da ciência com valores, a peculiaridade do conhecimento tecnológico e a tecnociência. Publicou quatro livros e numerosos artigos em revistas filosóficas especializadas. É autor de *Filosofia da Tecnologia: Um Convite* (Florianópolis: EdUFSC, 2011), *Filosofia da Ciência II* (Florianópolis: EdUFSC, 2010), *A Crítica do Positivismo e O Futuro da Filosofia* (Florianópolis: EdUFSC, 1985).

O professor apresenta a conferência *A realidade complexa da tecnologia* no dia 22-10-2014, às 14h, na Sala 1F 101 da Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da perspectiva da Filosofia da Ciência, como podemos compreender a realidade complexa da tecnologia em nosso tempo?

Alberto Cupani – A rigor, essa realidade pode ser compreendida a partir da Filosofia da Tecnologia, em

vez da Filosofia da Ciência, porque a tecnologia constitui uma realidade específica e não se reduz, em particular, à ciência aplicada. Mais amplamente, a tecnologia deve ser compreendida a partir da Filosofia em seu conjunto, pois implica questões filosóficas di-

versas: ontológicas, epistemológicas, éticas, etc. Em todo caso, a reflexão filosófica não pode aspirar a compreender a tecnologia operando isoladamente: ela deve dialogar com outras disciplinas, como a História da Tecnologia e a Sociologia da Tecnologia.

IHU On-Line – Tomando em consideração esse contexto, em que medida a racionalidade e a objetividade da ciência são consideradas como valores inquestionáveis por grande parte de nossa sociedade?

Alberto Cupani – Não sei a que se refere a expressão “nesse contexto”. Suponho que queira dizer: no que tange a compreender filosoficamente a tecnologia. Nesse caso, acredito que, com efeito, a racionalidade e a objetividade são atribuídas tradicionalmente à ciência na sociedade ocidental pela maioria das pessoas escolarizadas. Por “racionalidade” entende-se que a ciência é uma atividade desenvolvida exclusiva ou principalmente mediante o raciocínio coerente, lógico, e não mediante fantasias, especulações sem controle ou atitudes emotivas. “Racionalidade” da ciência significa também que agir com base no conhecimento científico é a forma de conduta mais racional de que dispomos. Por sua vez, “objetividade” denota a suposição de que os pesquisadores explicam os fenômenos do mundo de uma maneira rigorosa, isenta de preconceitos, produzindo um conhecimento válido para todo aquele com a devida competência. Por contraposição com essa imagem da ciência, os saberes não científicos (conhecimento ordinário, filosofia, crenças religiosas) parecem defeituosos e menos confiáveis.

À luz da reflexão e da análise filosófica, no entanto, nem a racionalidade nem a objetividade da ciência obedecem a esse estereótipo. Os cientistas produzem hipóteses e teorias que, embora razoáveis, não excluem especulações e intuições, e seu teste é menos simples do que se supõe, suscitando debates e gerando consensos sempre falíveis. Na condução das nossas vidas, individuais e coletivas, seria temerário (e conforme os casos, ridículo) querer guiar todas as nossas decisões pela informação científica, a pretexto de sermos racionais. Questões existenciais, éticas, políticas, não se resolvem enfocando-as “cientificamente”, por mais que amiúde exijam conhecimentos científicos. E no que diz respeito à objetividade, embora o rigor (em particular, metodológico) e a isenção sejam requisitos necessários para se obter conhecimentos confiáveis, sua prática é bem mais difícil do que o leigo imagina.

Cabe acrescentar que não tão impossível, no que tange à isenção, quanto os críticos da ciência alegam. Em todo caso, a objetividade (de atitudes e conhecimentos) é relativa a contextos e se alcança apenas em certo grau.

IHU On-Line – Qual é a pertinência da crítica ao racionalismo, como aquela feita por Feyerabend¹, num tempo em que a tecnociência adquiriu proporções que fogem ao controle humano?

Alberto Cupani – Feyerabend foi um pioneiro na crítica da ciência institucionalizada e acriticamente louvada e endossada. Também, da Filosofia da Ciência submissa a clichês (como o da “racionalidade” da ciência) e desvinculada de um melhor conhecimento da ciência efetiva. Em seu momento, essa crítica pareceu descabida a muitos filósofos e cientistas (particularmente, sua insistência no caráter ilusório da metodologia científica universal, e sua desconfiança com relação à existência de fatos científicos objetivos), chegando-se a vê-la como uma caricatura da ciência. Ao mesmo tempo, suscitou grande entusiasmo e adesão nos pensadores e grupos sociais que questionavam a sociedade industrial de base científica, por “desmitificar” essa base.

Nas décadas seguintes, porém, a pesquisa histórica e sociológica da ciência, bem como a reflexão filosófica a ela vinculada, mostraram que a alegada caricatura exagerava – como toda caricatura – traços efetivos da ciência que precisavam ser reconhecidos, ou mais bem entendidos. Cabe

¹ Paul Karl Feyerabend (1924-1994): foi um filósofo da ciência austríaco que viveu em diversos países como Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia, Itália e Suíça. Seus maiores trabalhos são *Against Method* (publicado em 1975), *Science in a Free Society* (publicado em 1978) e *Farewell to Reason* (uma coleção de artigos publicados em 1987). Feyerabend tornou-se famoso pela sua visão pouco canônica da ciência e por sua suposta rejeição da existência de regras metodológicas universais. É uma figura influente na filosofia da ciência e também na sociologia do conhecimento científico. A edição 204 dos **Cadernos IHU ideias** publica o texto *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend*, de autoria de Miguel Ângelo Flach, disponível em <http://bit.ly/1tr9sXr>. Leia também Ciência para a felicidade humana, entrevista com Anna Carolina Krebs Pereira Regner, publicada na edição 403 da IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/1CKjSrx>. (Nota da IHU On-Line)

acrescentar, contudo, que os entusiastas das ideias de Feyerabend foram amiúde pessoas sem formação científica, às quais o estilo provocativo de um autor que parecia conhecer a ciência de dentro levou a uma adesão tão acrítica quanto a dos admiradores da ciência. Também nesse sentido temos hoje uma compreensão mais lúcida da atividade científica e do conhecimento por ela produzido.

IHU On-Line – Por que, para Feyerabend, a ciência também deve estar submetida ao controle democrático? Qual é a atualidade desse “conselho” numa época em que há um imperativo da ciência como mais alta instância da racionalidade?

Alberto Cupani – Esse conselho é tão atual hoje como na década de 1970, e tão difícil de implementar hoje quanto naquela época. Em uma sociedade democrática, idealmente tudo quanto é decidido e atinge todos os cidadãos deveria ser acordado coletivamente. Isso inclui a ciência, cujas consequências acabam afetando todo mundo. A ciência vale hoje, nos países industrializados e para as elites dos menos desenvolvidos, como “mais alta instância da racionalidade”, segundo reza a pergunta. Isso explica que os cientistas sejam convidados, convocados ou contratados, conforme os casos, como assessores de governos, empresas e grupos de pressão, a fim de darem sua opinião autorizada sobre questões de impacto público, desde a produção de um remédio à maneira de combater os tsunamis. E explica também a sedução da tecnocracia, vale dizer, o governo dos peritos. Mas a opinião pública deveria ser ouvida, reciprocamente, no que tange ao financiamento dos projetos e planos de pesquisa científica. O leigo não pode opinar, obviamente, sobre a relevância maior ou menor de uma questão dentro do âmbito de uma disciplina científica (âmbito esse mais esotérico hoje que no passado), porém pode reivindicar que certas pesquisas sejam preferidas (por exemplo, o combate de doenças endêmicas, a redução de gases tóxicos ou o aperfeiçoamento de métodos eficazes de ensino-aprendizagem) e outras, proscritas (como o infundável “melhoramento” de formas de matar ou dominar). Certamente, seria lamentável que essa intervenção do

público proscresse pesquisas sofisticadas, de aplicação pouco concebível (um Einstein poderia ser barrado). Mas aqui cabe lembrar que, dentro e fora da ciência, as decisões acertadas exigem sempre uma combinação de informação confiável e critério de quem decide. Os próprios cientistas não optam pela aceitação de uma teoria de maneira mecânica, mas ponderada, e quando solicitados a dar seu parecer sobre uma questão prática, não raramente os pesquisadores divergem quanto ao diagnóstico e ao prognóstico, deixando para o político ou empresário a responsabilidade de decidir. Um público instruído, acostumado à prática democrática, teria como resultado uma ciência mais bem selecionada. Estou falando, é claro, de um cenário ideal, mas a Filosofia é para isso mesmo. Tais cenários propõem um critério com que julgar a realidade e um objetivo a ser alcançado.

IHU On-Line – Quais são os principais impactos da tecnologia na ética?

Alberto Cupani – Os impactos da tecnologia na ética são inúmeros e sempre novos, conforme uma realidade (a da tecnologia) que se recria de modo permanente. Evidentemente, não existe um único código de ética universalmente aceito, e por isso, o que constitui um problema ético (estou usando “ético” e “moral” como sinônimos, embora não o sejam, para simplificar a argumentação) para algumas pessoas (por exemplo, o uso das pílulas anticoncepcionais, ou a fertilização in vitro), não necessariamente constitui um problema ético para outras. Mas certos princípios hoje felizmente consensuais, como o respeito pelos seres humanos, independente de classe social, gênero, nacionalidade, etc. tornam eticamente problemáticas a maioria das tecnologias, sem contar as diretamente agressivas para a humanidade, como as armas. Isso porque nenhuma inovação tecnológica (medicamento, veículo, sistema de comunicação) está isenta de riscos, que constituem um problema ético tanto para os inventores e aplicadores quanto para os usuários (respeito pela saúde, pela segurança, pela privacidade).

A tecnologia criou também problemas éticos relativos aos seres não humanos: os animais e o ambiente. As práticas de criação industrial de ani-

mais para consumo humano, que impossibilitam a vida normal das pobres bestas, despertam indignação ética. E o ambiente ameaçado ou destruído pela exploração tecnológica é defendido por muitos como tendo um valor ético em si mesmo. Acredito que a responsabilidade, incluindo a responsabilidade para com as gerações futuras, é um dos principais problemas éticos gerados pela tecnologia. Por outra parte, a tecnologia que possa ser considerada benéfica (medicina, transporte confortável, recursos de informática) não está ao alcance de todos os seres humanos (ou não o está na mesma medida, ou com os mesmos resultados). A justiça é por isso outro dos problemas éticos implicados pela tecnologia. Além do mais, visto que diversas ações e artefatos tecnológicos podem escapar ao controle humano (organismos geneticamente modificados, informações), isso coloca o problema ético da licitude de obedecer ao “imperativo tecnológico” (o que pode ser feito, acabará sendo feito). Nem por último, a tecnologia amplia de maneira descomunal nossas capacidades de ação, produção, pensamento e experiência, colocando em questão o que signifique ser “humano”. A velha questão ética de viver dignamente – viver como ser humano – é implicitamente reformulada pelo desenvolvimento tecnológico.

IHU On-Line – Como essa racionalidade permeada pela técnica se imbrica na subjetividade das pessoas?

Alberto Cupani – Imagino que a pergunta se refira ao modo em que a modificação da vida humana produzida pela transformação tecnológica da sociedade afeta a maneira de pensar, as atitudes e as vivências das pessoas. Creio que não resta dúvida de que essa modificação tem consequências subjetivas profundas. Basta reparar no vocabulário que se torna cada vez mais usual: as pessoas “programam-se” para agir, “acessando”, para tanto, “informações” de sua memória. Ou seja: passam a considerar seu próprio ser como um artefato, que será “consertado” (cirurgia, remédios, próteses) quando falhar ou envelhecer (a velhice, aliás, entendida meramente como desgaste). Ao mesmo tempo, preferem flores plásticas, “iguais às naturais” (num futuro próximo, talvez até no

perfume), por elas durarem indefinidamente, sem precisar de cuidados, usam e abusam de carros e elevadores, como se já não tivessem pernas, e escrevem digitando num teclado, ou tocando uma tela em vez de desenhar as palavras com lápis ou caneta. (Uma pesquisa recente sugere que a inteligência empregada em ambos os casos é diferente.) Comunicam-se constantemente pelo celular e às vezes pouco falam com aqueles com que convivem. Se não gostam da sua aparência, ou não se identificam com seu gênero, não faltam recursos tecnológicos para modificá-los. O cinema, os jogos interativos e os dispositivos que produzem uma “realidade virtual” fazem com que vivam em outro mundo.

Sou consciente de que falo disso tudo como se eu não tivesse nada a ver com essa mudança: não é assim, certamente, pois todos somos obrigados, em alguma medida, a ceder à pressão da sociedade tecnológica. Por outra parte, não quero significar que todas essas transformações sejam negativas (ou apenas negativas): a tecnologia muda para melhor a vida de muitos seres humanos, em termos de saúde, transporte, segurança e realização de sonhos.

IHU On-Line – Em que medida a Filosofia da Tecnologia tem oferecido subsídios para o debate acerca do lugar do homem e da técnica?

Alberto Cupani – “O debate acerca do lugar do homem e da técnica” suponho que signifique o papel ou a função da técnica na vida humana. A Filosofia da Tecnologia, ao esclarecer a diferença entre a técnica (tão antiga quanto a humanidade e comum ao homem e a certos animais) e a tecnologia, que supõe a utilização da ciência, ajuda certamente a entender a condição humana. Até onde sabemos, o homem é a única espécie que produz pensamentos abstratos, sem os quais a tecnologia, enquanto aperfeiçoamento sistemático da técnica pela razão teórica, não seria possível. A existência da tecnologia permite entender melhor a humanidade, particularmente a singular combinação do “homo sapiens” com o “homo faber”, tanto nas suas fantásticas possibilidades de transcender o “meramente natural” (seja lá o que isso signifique), quanto no terrível poder que a espécie humana assim adquire.

O fim da “hegemonia da ciência” em Paul Feyerabend

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei abordam a crítica do filósofo austríaco à ontologia de um modelo racional único baseado somente no pensamento científico

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO

Ao compreender as críticas de Feyerabend à razão e à ciência é preciso levar em conta seu posicionamento em relação a um modelo racional de via única. “Podemos destacar que a crítica de Feyerabend se dirige ao modelo de racionalidade científica defendida tanto pelo empirismo lógico quanto por Popper e os racionalistas críticos: um modelo de racionalidade pautado na obediência a regras universais, independentes do contexto e que sirvam como guias para uma única modalidade de ação racional, tal como concebida pelas referidas tradições”, explicam os professores e pesquisadores Virginia Chaitin e Luiz Mazzei, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Conhecimento científico não é algo “aséptico”. Segundo os entrevistados, há uma série de fatores em jogo, que vão desde as idiosincrasias às posições políticas dos cientistas. “Podemos dizer, de maneira breve, que para Feyerabend a ciência é uma atividade humana situada, no sentido de que está inserida em determinado contexto, datada, no sentido de que foi produzida em determinado momento histórico, e pessoal, no sentido de que foi construída por uma pessoa ou um grupo de pessoas”, sustentam.

“A visão feyerabendiana do mundo, incluindo-se aí a razão e a ciência, era uma visão pluralista, que buscava olhar a diversidade, a abundância de possibilidades. Para Feyerabend não havia uma única racionalidade, nem uma única maneira de se produzir o conhecimento científico”, argumentam os entrevistados. Para o filósofo austríaco, houve muitas sociedades e culturas que se organizaram e se desenvolveram em contextos históricos no

qual a ciência não tinha o papel dominante de nossos dias. “Essas culturas possuíam tecnologias que lhes permitiam uma qualidade de vida suficientemente boa para seus membros. Dada a abundância de possibilidades e a diversidade de formas de conhecimento presentes em nossa cultura brasileira, assim como em todas as outras culturas, não faz sentido eleger uma forma dominante – a ciência – sobre as demais”, tensionam Virginia Chaitin e Luiz Mazzei.

Virginia Chaitin é graduada em Estatística pela Universidade de Brasília – UnB, realizou mestrado em Lógica e Metodologia da Ciência pela London School of Economics and Political Science – LSE e, também, mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. Doutorou-se em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Luiz Davi Mazzei é graduado em Licenciatura Plena em Ciências e Matemática, realizou mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Atualmente, é doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Os professores Virginia Chaitin e Luiz Davi Mazzei apresentam a conferência *Feyerabend, razão e ciência*, no dia 21-10-2014, às 14h30min, na Sala 1F 103º na Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os pontos fundamentais da crítica de Feyerabend à razão e à ciência?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei

– Para compreender as críticas de Feyerabend¹ à razão e à ciência é preciso ter bem claro que o alvo da crítica dele não é a razão enquanto faculdade humana, mas ao modelo de razão científica que é aceito como único. Isso posto, podemos destacar que a crítica de Feyerabend se dirige ao modelo de racionalidade científica defendida tanto pelo empirismo lógico quanto por Popper² e os racionalistas críticos: um modelo de racionalidade pautado na obediência a regras universais, independentes do contexto e que sirvam como guias para uma única modalidade de ação racional, tal como concebida pelas referidas tradições. Em sua crítica, Feyerabend faz uma análise histórica buscando as origens e as modificações do significado que “ser racional” sofreu ao longo do tempo. Nessa abordagem, a racionalismo crítico é visto dentro do escopo do racionalismo enquanto tradição desde suas origens na Grécia antiga. Na argumentação de Feyerabend ao longo das décadas de 1950 a 1990, destaca-se a análise que ele

faz das regras propostas pelos racionalistas e a introdução de contrarregras que se revelam plausíveis quando examinadas à luz da história da ciência. O exame confrontando as regras ditas racionais com a práxis científica revela, como o filósofo destaca já na primeira edição de *Against Method* (New York: Verso, 2011, 4ª Edição), traduzido como *Contra o Método* (São Paulo: Unesp, 2011), que: “não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento”. A violação das regras e a adoção de contrarregras não somente ocorreram em diferentes momentos históricos como foram intencionais e decisivas para o progresso da ciência.

Sua crítica à ciência, de maneira análoga, é dirigida a uma visão específica de ciência, não ao conhecimento científico como um todo. Feyerabend distingue a ciência tal como praticada pelos cientistas – uma atividade criativa, não constrangida por regras fixas – e as versões dela apresentadas pelos racionalistas críticos, pelas tradições filosóficas empiristas lógicas e racionalistas críticas. A visão do conhecimento científico como um conhecimento “asséptico”, não contaminado pelas idiosincrasias dos cientistas, é duramente criticada por Feyerabend, para quem a ciência é uma atividade essencialmente humana, e, como todas as atividades humanas, é influenciada pelas ideias, valores, crenças e humor dos cientistas que a produzem. Podemos dizer, de maneira breve, que para Feyerabend a ciência é uma atividade humana situada, no sentido de que está inserida em determinado contexto, datada, no sentido de que foi produzida em determinado momento histórico, e pessoal, no sentido de que foi construída por uma pessoa ou um grupo de pessoas. As críticas de Feyerabend à razão e à ciência estão bastante imbricadas, pois Feyerabend critica a gênese do conhecimento científico – tal como apregoada pelos racionalistas críticos pelo empirismo lógico e pelo racionalismo crítico –, ou seja, a obediência a regras e padrões

fixos, predeterminados, objetivos, universais e “racionais”. Assim, ao criticar as regras que (supostamente) definem o que é (ou não) científico e racional, Feyerabend também critica o modelo de ciência que se estabelece na filosofia da ciência especialmente a partir dessas duas tradições acima referidas, bem como a maneira como a ciência veio a ocupar o seu papel na sociedade como forma de conhecimento hegemônica, adotada pelos racionalistas críticos.

IHU On-Line – Em que sentido essa crítica segue atual e quais são as principais discussões que suscita em nossos dias?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei

– As críticas apontadas por Feyerabend seguem atuais na medida em que vivemos em um tempo onde a diversidade tem um papel cada vez mais destacado. Feyerabend, em sua crítica, não se opôs à razão ou ao conhecimento científico, mas se opunha à existência de uma razão única ou à ideia de que há uma única forma válida de conhecimento. O que foi chamado de “anarquismo” – até mesmo pelo próprio filósofo – na verdade se traduz como pluralismo. A visão feyerabendiana do mundo, incluindo-se aí a razão e a ciência, era uma visão pluralista, que buscava olhar a diversidade, a abundância de possibilidades. Para Feyerabend não havia uma única racionalidade, nem uma única maneira de se produzir o conhecimento científico.

Nos dias de hoje, onde o combate às ditaduras – políticas, ideológicas, sociais – tem sido marcante, uma discussão sobre a ditadura da ciência e da razão (tais como tradicionalmente entendidas) é atual e relevante. A compreensão de que a realidade é diversa e abundante em alternativas, tal como compreendia Feyerabend, e que os seres humanos são capazes de produzir saberes diferentes que em última instância fazem parte dessas diversas realidades, proporciona argumentos para que tenhamos uma visão mais ampla e mais tolerante da

1 Paul Karl Feyerabend (1924-1994): foi um filósofo da ciência austríaco que viveu em diversos países como Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia, Itália e Suíça. Seus maiores trabalhos são *Against Method* (publicado em 1975), *Science in a Free Society* (publicado em 1978) e *Farewell to Reason* (uma coleção de artigos publicados em 1987). Feyerabend tornou-se famoso pela sua visão pouco canônica da ciência e por sua suposta rejeição da existência de regras metodológicas universais. É uma figura influente na filosofia da ciência e também na sociologia do conhecimento científico. A edição 204 dos *Cadernos IHU ideias* traz o texto *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend*, de autoria de Miguel Ângelo Flach, disponível em <http://bit.ly/1tr9sxR>. (Nota da IHU On-Line)

2 Karl Popper (1902-1994): filósofo austríaco-britânico. Destacou-se como filósofo social e político e como defensor da democracia liberal. É conhecido como o criador do conceito de *falseabilidade*, que a coloca como uma característica fundamental para a demarcação científica de uma teoria. De acordo com este pensamento, uma teoria só será científica se puder ser falseada, isto é, colocada à prova diante da experiência. (Nota da IHU On-Line)

diversidade de sociedades no mundo e das multiplicidades na sociedade em que nos inserimos.

IHU On-Line – Por que Feyerabend argumentava que a ciência não merece o status privilegiado que possui na sociedade ocidental?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei

– Na visão de Feyerabend, especialmente nas primeiras obras – sobretudo a partir de *Contra o Método* –, a ciência é tratada como mais uma atividade humana. O conhecimento científico não é superior – nem inferior – às demais formas de conhecimento. O filósofo destaca que muitas sociedades e culturas se organizaram e se desenvolveram em contextos nos quais a ciência não tinha o papel dominante que tem hoje na sociedade ocidental. Essas culturas possuíam tecnologias que lhes permitiam uma qualidade de vida suficientemente boa para seus membros. Dada a abundância de possibilidades e a diversidade de formas de conhecimento presentes em nossa cultura brasileira, assim como em todas as outras culturas, não faz sentido eleger uma forma dominante – a ciência – sobre as demais. Feyerabend destaca que a ciência hoje desempenha o papel que a igreja desempenhou na Idade Média: se arvora como juiz supremo de todas as demais formas de conhecimento, reservando-se o direito de cancelar a validade (ou não) das demais formas de ver e viver a realidade. Tal como a religião não se sustentou enquanto forma de conhecimento privilegiada, “acima” das demais, a ciência também não se sustenta. O problema não reside em qual forma de conhecimento deve ser hierarquicamente superior; está, antes, na hierarquização estática dentre as diferentes formas de conhecimento: em algumas situações a ciência apresenta-se como a melhor opção, em outras, isso não ocorre.

IHU On-Line – Qual é a pertinência dessa crítica se levarmos em consideração o aprofundamento da

tecnociência e sua irreversibilidade nos tempos em que vivemos?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei

– Vivemos em um momento onde a tecnociência domina a sociedade e apresenta-se como a única via possível para o progresso. Apesar disso, é possível questionar os encaminhamentos e direcionamentos que a tecnociência vem apresentando na atualidade como, por exemplo, a sua irreversibilidade. Uma análise da história da ciência nos mostra que houve teorias e tecnologias que se apresentaram como dominantes e irreversíveis, mas que com o decorrer do tempo e a conseqüente mudança nas relações das pessoas, mudanças muitas vezes provocadas pela própria tecnologia, resultaram em transformações nas teorias e especialmente nas decisões relacionadas às políticas de produção tecnológica (que pareciam) irreversíveis ou mesmo definitivas. Então, não estou certo quanto à irreversibilidade da tecnociência, embora concorde que, tal como se apresenta agora a situação, ela parece irreversível. De qualquer forma, as críticas de Feyerabend são bastante pertinentes, uma vez que buscam suscitar uma reflexão sobre o domínio de uma forma de conhecimento sobre as demais. Suas críticas não negam a importância da ciência, mas não aceitam o caráter arrogante adotado por políticas que privilegiam essa forma de conhecimento.

IHU On-Line – Por que, para Feyerabend, a ciência também deve estar submetida ao controle democrático? Qual é a atualidade desse “conselho” numa época em que há um imperativo da ciência como mais alta instância da racionalidade e como sinônimo de objetividade e, portanto, deve ser aceita sem contestação?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei

– Ao entender a ciência enquanto tradição, Feyerabend também destaca as maneiras pelas quais as diferentes tradições interagem, influenciam-se e modificam-se mutuamente. Ao tratar

a ciência enquanto atividade humana, feita por seres humanos reais, afeitos a suas crenças, objetivos, ideologias e idiosincrasias, Feyerabend destaca o caráter “humano” e localizado da ciência, em contraponto ao caráter “racional” e universal que destacam tanto os empiristas lógicos quanto os racionalistas. E, dada a importância da ciência na sociedade atual, não se pode conceber que a ciência seja uma atividade independente dos seres humanos que a produziram e daqueles cujas vidas ela afeta diretamente. Em *Science in a Free Society* (London: New Left Books, 1978), traduzido como *A ciência em uma sociedade livre* (São Paulo: Unesp, 2011), Feyerabend diz que “uma democracia é um conjunto de pessoas maduras e não uma coleção de ovelhas guiadas por um pequeno grupo de sabe-tudo.” Uma sociedade democrática tal como todos buscam implica a participação da população naquilo que lhe diz respeito direta ou indiretamente. Não é possível conceber um estado democrático no qual um pequeno grupo de sabe-tudo (os cientistas) e de pode-tudo (estados com instituições autoritárias e/ou com políticas manipuladoras) coordenem o restante da população. Entretanto, o próprio Feyerabend admite a importância da ciência na sociedade ocidental, uma vez que a nossa sociedade se organizou tratando a ciência como a mais alta instância da racionalidade e do saber verdadeiro, empregando e produzindo uma tecnologia tributária desse saber científico e que permeia cada vez mais a vida cotidiana, sendo, assim, a sua aceitação e reificação praticamente compulsória.

IHU On-Line – Para Feyerabend, a ideia de que as decisões devam ser racionalistas é elitista. Por que ele tece esse argumento?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei

– Na concepção de Feyerabend, os racionalistas críticos (alvo mais destacado de suas críticas) fazem essa exigência – de que as decisões sejam “racionais”, tal como eles compreendem

a racionalidade – a fim de assegurar a hegemonia de uma determinada forma de pensamento, de uma determinada forma de ver e viver o mundo. O filósofo diz em *A ciência em uma sociedade livre* – original publicado em 1978 – que a unanimidade de opinião na ciência é muitas vezes o resultado de uma decisão política: os que não concordam são suprimidos ou permanecem em silêncio, para não “manchar” a reputação da ciência enquanto forma de conhecimento racional e confiável. Essa decisão mantém a hierarquia entre as diferentes formas de conhecimento – a ciência é a forma de conhecimento que mais se aproxima da verdade, sendo quase infalível e estando em permanente progresso pela consagrada via das pesquisas científicas – e, conseqüentemente, mantém a superioridade dos cientistas face aos demais praticantes ou estudiosos de outras formas de saber. Nessa perspectiva, atender à exigência de racionalidade implica manter a relação de superioridade da razão científica sobre os demais saberes.

IHU On-Line – Em sua última obra, não acabada quando morreu, Feyerabend fala em como nosso senso de realidade é formatado e limitado. Qual é a atualidade dessa crítica para que repensemos, inclusive, o lugar da ciência em nosso tempo?

Virginia Chaitin e Luiz Mazzei – Sua obra póstuma, editada por Bert Terpstra, a partir de manuscritos de Feyerabend com autorização de sua viúva, Grazia Borrini-Feyerabend, *The conquest of Abundance: A Tale of Abstraction versus the Richness of Being* (Chicago: University of Chicago Press, 1999), foi traduzida para o português como *A conquista da abundância* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006). Nela, Feyerabend traz à discussão a abundância da realidade em contrapartida à nossa visão limitada porque sempre atrelada a uma forma particular de ver e entender um mundo abundante em sua diversidade. A importância das diferentes tradições que interagem em nossa experiência da realidade, a multiplicidade de formas de conhecer, ver e viver o mundo

não podem ser constrangidas por regras procedimentais e metodológicas fixas e que pretendem ser universalmente válidas. Assim como a ciência, as artes, a religião, o senso comum, as crenças, todas as formas de conhecimento coexistem e mutuamente se influenciam. Em seu desenvolvimento as diferentes sociedades e culturas se constituíram a partir de imbricações entre essas formas distintas de ver e viver o mundo. Essa “rede” que a interação entre as diversas formas de conhecimento tece necessita a admissão de que todas essas formas têm seu valor intrínseco e contemplam aspectos relevantes da realidade. Não é possível estabelecer que determinado aspecto é o mais importante, ou o mais verdadeiro, aquele que deve ser o guia para a ação e tomada de decisões, independentemente do contexto. Assim, a ciência, como uma dentre várias formas de ver a realidade dá conta de determinados aspectos que, por vezes – mas não sempre – serão os mais relevantes para a vida das pessoas.

Acompanhe o IHU no Blog

The screenshot shows a blog post from the Instituto Humanitas Unisinos (IHU) website. The post is titled "@segundasemcarne por tudo e todos" and is dated "EM 15 ABRIL 2013". The main text discusses the "Meatless Monday" campaign, which encourages people to eat less meat to combat global warming. Below the text is a graphic with the text "SEGUNDA SEM CARNE descubra novos sabores" and four cartoon animal faces (cow, pig, chicken, and rabbit). Below the graphic is the slogan "Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta." The right sidebar contains a search bar, a category dropdown menu, a "Conheça o site do IHU" button, an RSS feed link, and a list of tags including "Análise de conjuntura", "Bastidores Cinema", "Congresso de Teologia Dica de leitura Economia Economia Solidária Educação Enquetes Entrevistas do dia espiritualidade Eventos Forum Social Mundial Fórum Social Mundial 2011 Geral IHU Indígenas".

O paradoxo tecnocientífico – Avanços tecnológicos e estagnação ética

Os professores Halina Leal e Miguel Flach debatem as controvérsias científicas no século XXI, desde a perspectiva do pluralismo teórico de Feyerabend

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO

O século XXI é rico em exemplos do que a racionalidade tecnocientífica é capaz de produzir em termos tecnológicos. Em contrapartida, porém, nossas sociedades têm se mostrado incapazes de avançar significativamente frente aos problemas econômicos e ambientais. Esta síntese integra o debate dos professores e pesquisadores Halina Leal e Miguel Flach, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Os efeitos dos resultados tecnológicos da ciência têm nos colocado diante de uma encruzilhada entre justificar racionalmente visões otimistas de futuro para a organização das sociedades, ou debater visões um tanto quanto escatológicas (por exemplo, em relação a problemas ambientais) sobre o futuro da humanidade. Uma crise da ‘Razão’ que, historicamente, forneceu sustentação às ciências, constitui o pano de fundo do esforço de Paul Feyerabend por *reconceber* o que entendemos por ‘racionalidade científica’”, apontam os entrevistados.

De acordo com os pesquisadores, Feyerabend, ao propor o “anarquismo epistemológico”, busca evidenciar que os métodos científicos têm suas limitações e que não faz sentido privilegiar um tipo de racionalidade única. “Na prática efetiva da ciência, diante da diversidade contextual e das peculiaridades do fazer científico efetivo, essas regras frequentemente têm de ser violadas. Em última análise, Feyerabend afirma que a metodologia universal não dá conta, dentro de seus próprios pressupostos, de explicar tudo o que se propõe e se propõe a explicar tudo o que existe”, sustentam.

Em alternativa à perspectiva científica dogmática, Feyerabend propõe uma racionalidade científica com base no pluralismo teórico. “Ela pressupõe a existência da diversidade de contextos, nos quais

há toda uma variedade instrumental e argumentativa em que o cientista atua. Nestes termos, há a valorização do papel do indivíduo no processo de aquisição de conhecimento, considerando as condições objetivas de operacionalização de princípios”, argumentam. “Isto sugere uma reflexão a respeito de como o contínuo razão-prática implica valores éticos de ação”, complementam.

Halina Leal é formada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, realizou mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP. Como parte de sua pesquisa de doutorado intitulada “A Desunificação Metodológica da Ciência e o Relativismo Epistemológico”, desenvolveu estágio na Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, sob a supervisão de Timothy Lenoir, que estará na Unisinos no dia 23-10-2014, às 9 horas, no Auditório Central da Unisinos.

Miguel Ângelo Flach é graduado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, onde também realizou mestrado em Filosofia. Atualmente é professor no Instituto Federal Farroupilha, no Alegrete, Rio Grande do Sul.

Os professores Halina Leal e Miguel Ângelo Flach apresentam a conferência *Feyerabend e a racionalidade científica*, no dia 23-10-2014, às 16h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Considerando “Contra o método”, como o anarquismo teórico oferece pistas para uma desconstrução da ciência em sua am-

bição de explicação e esclarecimento de tudo que existe?

Halina Leal e Miguel Flach – O anarquismo proposto por Feyerabend

não envolve a recusa de todo e qualquer princípio, de todas as regras e critérios na orientação de uma pesquisa, mas a recusa de um princípio abso-

luto que oriente todas as pesquisas. Feyerabend, ao propor o *anarquismo epistemológico*, pretende demonstrar que todas as metodologias têm limitações, no sentido de não ser racional privilegiar um conjunto único, fixo e universal de regras científicas, pois, na prática efetiva da ciência, diante da diversidade contextual e das peculiaridades do fazer científico efetivo, essas regras frequentemente têm de ser violadas. Em última análise, Feyerabend afirma que a metodologia universal não dá conta, dentro de seus próprios pressupostos, de explicar tudo o que se propõe e se propõe a explicar tudo o que existe. Portanto, se existe um princípio aplicável a todo e qualquer contexto científico, este princípio seria *tudo vale (anything goes)*, no sentido de que tudo funciona, tudo pode ser útil circunstancialmente.

IHU On-Line – Por que Feyerabend disse que a ciência havia se tornado uma ideologia repressiva?

Halina Leal e Miguel Flach – Antes de mais nada, certamente foi parcial e errônea a conclusão da revista *Nature* (1987) de que estamos diante do “pior inimigo da ciência”, tal como Feyerabend foi mal afamado pela referida publicação. O autor, sim, desde *Contra o Método* (1975; 1988; 1993), critica um “chauvinismo científico” que se desdobra na pretensão deste em erigir argumentos metodológicos como medida de excelência (e autoridade) da ciência em relação a outras tradições e formas de vida. A publicação de *Science in a Free Society*, em 1978, ampliou a análise sobre os efeitos da superioridade inerente a “Ciência” em uma sociedade livre. Em seu estilo de crítica ácida, Feyerabend aponta que uma tal excelência da ciência é presumida e assumida como ideologia, pois, a tal ponto ela é parte do tecido básico da sociedade (por exemplo, pela educação) que se tornou “a” medida de verdade para crenças, valores e outras formas de vida. Sob a ideia da igualdade de direitos guiada pelo valor da tolerância, reivindica que, tanto quanto os cientistas, os cidadãos possam participar ativa e democraticamente nas decisões do Estado em relação à Ciência. Este posicionamento fundamenta o seu “relativismo político” ou “democrático” que lhe custou a acusação de um relativismo epistêmico ou “filosófico”, não apenas “político” nos termos aci-

ma (tal “relativismo” o expôs a crítica, mas, certamente teríamos que nos estender demasiadamente para resgatar o problema em seus desdobramentos, o que, julgo, não é o caso neste espaço). Enfim, parafraseando o título de um artigo de Feyerabend, *Potentially Every Culture is All Cultures* (Philpappers, 1994), no intercâmbio cultural está a transformação de realidades e, em uma sociedade livre, não é desejável a imposição de uma forma de vida.

IHU On-Line – O que é o falsificacionismo ao qual Feyerabend também endereçou críticas?

Halina Leal e Miguel Flach – Se a crítica do autor está direcionada à pretensão de estabelecer critérios metodológicos ou postulados epistemológicos como padrões fixos, independentes da situação de pesquisa – ainda que possamos situá-la em diferentes versões (por exemplo, a de Imre Lakatos¹) –, tal pretensão constitui o pano de fundo de abordagens racionalistas. Em suma, para Feyerabend, desde a Antiguidade à Contemporaneidade, o conhecimento filosófico e científico baseia-se em um “racionalismo” sob a forma de crença no poder da “Razão” (o “R” ilustra criticamente o poder a ela atribuído). No entanto, o principal alvo da crítica feyerabendiana é o “racionalismo crítico” de Karl Popper² (1902-1996) centrado no “falsificacionismo” ou “falseacionismo” empírico de teorias científicas. A abordagem de Popper (incluindo seus seguidores, como Lakatos) nos legou uma análise da ciência focada na teoria enquanto empiricamente testável como uma teoria falseável. No livro *A Lógica da*

1 Imre Lakatos (1922-1974): foi um filósofo da matemática e da ciência húngaro. Graduou-se em Matemática, Física e Filosofia na Universidade de Debrecen em 1944. Ele evitou a perseguição nazista mudando seu nome para Imre Molnár. Sua mãe e sua avó morreram em Auschwitz. Ele se tornou um comunista ativo durante a Segunda Guerra Mundial. Mudou seu sobrenome mais uma vez para Lakatos (serralheiro) em honra de Géza Lakatos. (Nota da IHU On-Line)

2 Karl Popper (1902-1994): filósofo austríaco-britânico. Destacou-se como filósofo social e político e como defensor da democracia liberal. É conhecido como o criador do conceito de *falseabilidade*, que a coloca como uma característica fundamental para a demarcação científica de uma teoria. De acordo com este pensamento, uma teoria só será científica se puder ser falseada, isto é, colocada à prova diante da experiência. (Nota da IHU On-Line)

Pesquisa Científica (São Paulo: Cultrix, 2013 – 2ªed.), segundo Popper, a teoria que resistir aos testes mais acurados terá um alto grau de corroboração, mas isto não implica em sua verificação, pois não se pode assim determinar que seja verdadeira; apenas se pode dizer que não foi falseada até o presente momento. A crítica de Feyerabend direciona-se aos padrões de racionalidade do falseacionismo popperiano e, mais especificamente, aos seus “padrões de crítica” utilizados na solução de problema com a finalidade de falseamento de teorias. No bojo do falseacionismo, o “racionalismo crítico” afirma-se pelo caráter normativo de regras metodológicas que emprestam suporte a “distinções que são o orgulho e a alegria de filósofos de gabinete” – a usar uma ácida expressão do autor constante em *Contra o Método*. Apenas à guisa de menção, Popper faz distinção entre história e filosofia da ciência; “contexto de descoberta” e “contexto de justificação”; objetivo *versus* subjetivo; e termos observacionais e termos teóricos. Tais distinções, segundo Feyerabend, baseiam-se em princípios fora de contato com a realidade da prática científica como empreendimento que é, simultaneamente, cognitivo e histórico-cultural.

IHU On-Line – Qual é o principal legado de Feyerabend para a crítica da racionalidade científica?

Halina Leal e Miguel Flach – Paul Feyerabend, ao criticar o ideal clássico de racionalidade científica compreendida através de critérios racionais fixos, mostra as dificuldades de compatibilização de tais critérios dentro de circunstâncias variadas de pesquisa. Sua crítica não revela exclusivamente uma análise negativa do racional em sentido clássico, mas uma possibilidade de compreensão da racionalidade sem a redução a critérios e padrões universais de investigação. O que significa dizer uma racionalidade científica contextualizada, ou seja, dependente de circunstâncias em que o pensamento opera, sem impor *a priori* princípios determinantes e demarcadores de ideias a serem exploradas e consideradas relevantes à ciência. Seu principal legado, portanto, reside em fornecer elementos para que se encare a ciência dentro da multiplicidade de sua prática real, recusando a universalidade e reforçando a ideia da existência de varia-

das e variáveis possibilidades de interação científica racional.

IHU On-Line – Em que aspetos é possível traçar um paralelo com Alasdair MacIntyre³?

Halina Leal e Miguel Flach – Na perspectiva de Paul Feyerabend, a racionalidade científica contextualizada opera no âmbito do pluralismo teórico e metodológico. Ela pressupõe a existência da diversidade de contextos, nos quais há toda uma variedade instrumental e argumentativa em que o cientista atua. Nestes termos, há a valorização do papel do indivíduo no processo de aquisição de conhecimento, considerando as condições objetivas de operacionalização de princípios. Em outras palavras, as escolhas do sujeito cognoscente, dentro das condições contextuais específicas, são importantes noções que pressupõem a historicidade e a multiplicidade como critérios de julgamento científico. Isto sugere uma reflexão a respeito de como o contínuo razão-prática implica valores éticos de ação. O paralelo com Alasdair MacIntyre torna-se possível, na medida em que MacIntyre, preocupado em devolver as bases racionais às teorias práticas e morais da atualidade, propõe revisitar a ética das virtudes de Aristóteles⁴, sem desconsiderar as particularidades históricas das tradições nas quais os indivíduos se encontram. Para MacIntyre, a justificação ética racional não compreende uma universalização de princípios éticos, mas pressupõe princípios internos às tradições de pesquisa racional como condições objetivas fundantes de modos de agir. Portanto, a ética em MacIntyre é essencialmen-

te histórica e sua objetividade dependente do contexto das tradições. Neste sentido, tanto Feyerabend, no âmbito epistemológico que pressupõe valores éticos, quanto MacIntyre, no âmbito ético que pressupõe tradições de pesquisa racional, orientam suas propostas racionais alicerçadas na historicidade, valorizando a objetividade contextual.

IHU On-Line – Quais são as possíveis implicações éticas da racionalidade científica contextualizada por Feyerabend?

Halina Leal e Miguel Flach – A racionalidade científica contextualizada feyerabendiana rejeita a universalidade, a fixidez e a impessoalidade e salienta o papel do sujeito cognoscente e de sua interação com a multiplicidade contextual da prática científica. Desta forma, a proposta de Feyerabend abre espaço para se pensar a formação de juízos individuais e desenvolvimento contínuo de estratégias de pesquisa como elementos fundamentais do racional na ciência. A importância da determinação do sujeito na escolha de princípios norteadores de suas ações no ambiente científico envolve noções como liberdade, vontade e responsabilidade, dentro de um contexto no qual a razão é prática e a prática é racional. Nestes termos, as questões epistemológicas presentes na análise do autor implicam questões éticas, na medida em que a prática científica pressupõe sistemas de valores que vão além dos puramente cognitivos tanto na escolha de elementos da pesquisa (os valores éticos do próprio cientista) quanto nas consequências e responsabilidades éticas do empreendimento científico no âmbito de circunstâncias sociais mais amplas.

IHU On-Line – Em que medida tais ideias oferecem subsídios para se discutir a modelagem da vida e do conhecimento na sociedade tecnocientífica na qual vivemos?

Halina Leal e Miguel Flach – Na contemporaneidade, o fazer científico desenrola-se em um cenário paradoxalmente complexo: por um lado, os resultados e produtos da ciência evidenciam a sua capacidade potencial de resolver problemas, mas, por outro lado, a ciência mostra-se impotente diante, sobretudo, de problemas econômicos e ambientais. Os efeitos dos

resultados tecnológicos da ciência têm nos colocado diante de uma encruzilhada entre justificar racionalmente visões otimistas de futuro para a organização das sociedades, ou debater visões um tanto quanto escatológicas (por exemplo, em relação a problemas ambientais) sobre o futuro da humanidade. Uma crise da “Razão” que, historicamente, forneceu sustentação às ciências, constitui o pano de fundo do esforço de Paul Feyerabend por *reconceber* o que entendemos por “racionalidade científica”. A partir de Feyerabend, tal esforço é elucidativo no sentido de vislumbrar a superação daquele ‘racionalismo’ que, erigindo a autoridade da “Razão” dissociada da cultura, pode colocar-nos diante da armadilha de considerar tal “Razão” como único modo capaz de engendrar a solução de problemas, em alguma medida, por ela própria criados. A abordagem pluralista de Feyerabend traduz-se no ideal humanista que relaciona à sua imagem de ciência. É preciso “uma nova classe de conhecimento” – afirma ele em *Adiós a la Razón* (Madrid: Tecnos, 2011 – 4ªed.) – que seja “humano não porque incorpore uma ideia abstrata de humanidade, mas porque todo mundo possa participar em sua construção e mudança”. E, certamente, uma nova classe de conhecimento vem emergindo no contexto de aceleração das mutações tecnocientíficas, no entanto, podemos questionar os propósitos que sustentam tais mutações e que retroalimentam este fenômeno que é, simultaneamente, técnico e cultural. Na mesma obra supracitada, o autor sugere que deveríamos utilizar este conhecimento para resolver dois problemas pendentes na atualidade: o problema da sobrevivência e o problema da paz. Completados 20 anos da morte de Feyerabend, uma concepção de “ciência” que não exclua ideais humanistas na busca de uma sociedade livre, mas que justamente se baseie em tais ideais como indispensáveis a uma vida desejável, talvez este seja seu maior legado à reflexão para a sociedade tecnocientífica.

Leia mais...

- *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend. Cadernos IHU ideias* nº 204, disponível em <http://bit.ly/1qCXNp2>.

³ Alasdair MacIntyre: professor de Filosofia na Vanderbilt University, EUA e autor de *Marxism and Christianity* e *Against the Self-Images of the Age*. É autor também do importante livro *After Virtue*, publicado em 1981, pela primeira vez, e que foi traduzido no Brasil sob o título *Depois da Virtude*, Bauru: Edusc, 2001. (Nota do IHU On-Line)

⁴ Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas - por um lado, originais, por outro, reformuladoras da tradição grega - acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

A inviolabilidade humana como limite ético das revoluções tecnocientíficas

A partir de Paul Feyerabend, Luiz Henrique Lacerda Abrahão debate o dogmatismo científico como racionalidade única

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO

Entre as indagações centrais do pensamento de Feyerabend estão *O que é a ciência?* e *Qual o valor da ciência?*, aspectos estes que, segundo o professor e pesquisador Luiz Henrique Lacerda Abrahão, são os pilares do pluralismo do autor. “Considero ambas as indagações centrais porque apontam para o que considero ser os pilares do pluralismo feyerabendiano: a crítica da *natureza/estrutura* e do *valor/excelência* do conhecimento científico”, explica, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “No fundo, o autor de *Contra o Método* pretende evidenciar traços de irracionalidade contidos na adesão de nossa sociedade – autoproclamada ‘racional’ e ‘esclarecida’ – à racionalidade científica”, complementa.

De acordo com o entrevistado, presumir uma certa “excelência” das ciências na sociedade evidenciaria uma postura dogmática com relação à própria ciência. “A adesão aos resultados científicos apenas seria justificada se derivasse de um contraste direto e franco com concepções alternativas rivais. Esse segundo pilar do pluralismo feyerabendiano propõe uma revisão radical da crença ocidental no racionalismo científico e da ‘concepção científica de mundo’”, analisa. Luiz Henrique sustenta que “nossa certeza quanto ao ‘valor inegável’ da ciência não seria fruto de um exame ‘racional’ ou ‘objetivo’, como os próprios racionalistas tendem a expressar, mas resultado do uso da *força* (econômica e militar) das nações ocidentais”.

“O ponto é que, para Feyerabend, os limites dos desdobramentos das tecnociências não seriam

epistêmicos. Especificamente, o austríaco defende que a busca do conhecimento não pode violentar as pessoas, sendo este o *limite ético* das denominadas ‘revoluções tecnocientíficas’”, afirma o professor. Ele lembra uma frase de Paul Feyerabend, de um trabalho do início dos anos 1990, em que Feyerabend sustenta: a “vida humana é muito mais importante” do que o Conhecimento.

Luiz Henrique Lacerda Abrahão é graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, realizou mestrado e doutorado na Universidade de Minas Gerais – UFMG, com parte dos estudos no Center for Philosophy of Science of University of Lisbon. É autor e organizador, entre outras obras, de *Kuhn, Feyerabend e Incomensurabilidade – Textos selecionados de Paul Hoyningen-Huene* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014); Kuhn e Feyerabend: semelhanças e dessemelhanças. In: Condé, M. & Penna-Forte, M. (Org.). *Thomas Kuhn: a Estrutura das Revoluções Científicas [50 anos]* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2013).

O professor Luiz Henrique Lacerda Abrahão apresenta a conferência *A filosofia pluralista de Feyerabend: leitores e leituras*, no dia 22-10-2014, às 16h30min, na Unisinos – Sala 1F 101. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é a filosofia pluralista de Feyerabend?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão
– Compreendo a filosofia de Feyerabend¹ como um esforço de expandir

filósofo da ciência austríaco que viveu em diversos países como Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia, Itália e Suíça. Seus maiores trabalhos são *Against Method* (publicado em 1975), *Science in a Free Society* (publicado em 1978) e *Farewell to Reason* (uma coleção de artigos publicados em 1987). Feyerabend tornou-se famoso pela sua visão pouco canônica da ciência e por

sua suposta rejeição da existência de regras metodológicas universais. É uma figura influente na filosofia da ciência e também na sociologia do conhecimento científico. A edição 204 dos *Cadernos IHU ideias* traz o texto *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend*, de autoria de Miguel Ângelo Flach, disponível em <http://bit.ly/1tr9sxR>. (Nota da IHU On-Line)

¹ Paul Karl Feyerabend (1924-1994): foi um

a noção de ‘proliferação’ a diferentes âmbitos, tendo preocupações éticas como base desse programa pluralista. Para caracterizar tal abordagem, abordo o pensamento feyerabendiano como um ‘Pluralismo Global’. Esse conceito busca mostrar que o pensador austríaco argumentou em favor de um pluralismo em quatro domínios: das teorias, dos métodos, das culturas e das ontologias. É, pois, nessa direção que enquadro a defesa feyerabendiana de valores como autonomia de pensamento, liberdade de ação, diversidade de ‘formas de vida’ e abundância de cosmovisões. Nesse sentido, considero fecundo tratar as considerações de Feyerabend concernentes às duas ‘perguntas fundamentais’ – quais sejam, *O que é a Ciência?* e *Qual o valor da Ciência?* – como os *leitmotifs* do pensamento dele. Considero ambas as indagações centrais porque apontam para o que considero ser os pilares do pluralismo feyerabendiano: a crítica da *natureza/estrutura* e do *valor/excelência* do conhecimento científico. No fundo, o autor de *Contra o Método* (São Paulo: Unesp, 2011) pretende evidenciar traços de irracionalidade contidos na adesão de nossa sociedade – autoproclamada ‘racional’ e ‘esclarecida’ – à racionalidade científica.

Com relação à primeira pergunta, Feyerabend insiste na onipresença da ‘desunidade’ na ciência. Considerada enquanto *prática*, as ciências seriam um oceano de escolas, métodos, formalismos, conceitos, normas procedimentais, valores epistêmicos, etc. Tal fragmentação seria irreduzível a elementos abstratos unificadores. Com relação à segunda pergunta, Feyerabend afirma que a excelência, o *status* ou o privilégio das ciências na sociedade não pode ser presumido. Isso evidenciaria que a ciência se transformou em um dogma. Portanto, a adesão aos resultados científicos apenas seria justificada se derivasse de um contraste direto e franco com concepções alternativas rivais. Esse segundo pilar do pluralismo feyerabendiano propõe uma revisão radical da crença ocidental no racionalismo científico e da ‘concepção científica de mundo’. Para Feyerabend, a tradição racionalista colonizou tradições não ocidentais e suprimiu formas de vida alternativas. Por conseguinte, nossa certeza quanto ao ‘valor inegável’ da ciência não seria

fruto de um exame ‘racional’ ou ‘objetivo’, como os próprios racionalistas tendem a expressar, mas resultado do uso da *força* (econômica e militar) das nações ocidentais.

Convém lembrar que o próprio Feyerabend designou essa reflexão como ‘Crítica da Razão Científica’: uma análise radical da fundamentação e dos limites de nossas crenças sobre estrutura e a excelência da ciência. Isso é relevante porque nos permite construir uma imagem consistente do pluralismo subjacente às ideias feyerabendianas. Enfim, Feyerabend refletiu profundamente acerca dos fundamentos da estrutura teórico-metodológica e dos êxitos cognitivos e sociais da ciência. Isso não deveria ser entendido como uma recusa absoluta da ciência ou uma negação extrema dos resultados das pesquisas científicas. Pelo contrário, o pensamento feyerabendiano nos permite assumir uma postura menos dogmática frente às ideias e frutos da ciência. Feyerabend procede um ataque à hegemonia intelectual e cultural do racionalismo científico e um combate à tendência totalitária de impor opiniões e artificios científicos de forma antidemocrática.

IHU On-Line – Qual foi sua recepção no meio acadêmico?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão – Quanto à “recepção” da obra de Feyerabend “no meio acadêmico”, destacaria três momentos. Entre 1950 e 1960, houve um entusiasmo com as inovadoras teses do austríaco sobre fundamentos da teoria quântica e metodologia científica. A comunidade de teóricos da ciência projetava sob Feyerabend a figura de um filósofo da ciência bastante ‘promissor’. Nos anos 1970, a crítica feyerabendiana ao monismo metodológico e ao comportamento antidemocrático dos cientistas e *experts* na sociedade moderna transformou essa expectativa. Iniciou-se uma verdadeira avalanche de ofensivas *ad hominem* contra o autor de *Contra o Método*. As resenhas de *Contra o Método*, publicadas essencialmente entre 1976 e 1978, contribuíram sobremaneira para a difusão do retrato (ainda influente) de Feyerabend como um autor ‘anti-ciência’, ‘anti-método’ ou ‘irracionalista’. Esse quadro foi rearranjado apenas a partir dos anos 1990, quando cresceu

o número de estudos especializados e se organizou uma pequena rede de pesquisadores voltados para a obra em vista. A publicação de coletâneas como *Beyond Reason – Essays on the Philosophy of Paul Feyerabend* (Boston: Springer, 1991), *The Worst Enemy of Science? Essays in Memory of Paul Feyerabend* (Oxford: Oxford University Press, 2000) ou *Paul Feyerabend – Ein Philosoph aus Wien* (Boston: Springer 2006) evidencia pontos altos dessa etapa de especialização das leituras do *corpus* de Feyerabend. Mas ressalto que também houve uma “recepção” do pensamento de Feyerabend *fora* dos muros acadêmicos. Enquanto Feyerabend recebia violentas críticas acadêmicas, em razão das afirmações do *Contra o Método*, as ideias dele eram absorvidas por ambientalistas, críticos da tecnocracia ocidental, ativistas ‘contra cultura’, *hippies* e místicos, críticos do *status quo* acadêmico e assim por diante. Portanto, ainda que pareça paradoxal, a ‘fama’ internacional das ideias de Feyerabend aumentou na proporção inversa ao acolhimento de suas ideias no interior da comunidade filosófica profissional.

Futuramente, eu gostaria de investigar como ocorreu a recepção do pensamento feyerabendiano no cenário nacional: algo como ‘Feyerabend no Brasil’. Já é perceptível a consolidação de tendências interpretativas quanto a tópicos e problemas particulares (como a noção de ‘racionalidade’ partindo de Feyerabend). Ademais, há um número considerável de teses, dissertações, artigos dedicados à obra de Feyerabend, produzidos por pesquisadores nacionais. Nesse horizonte, as investigações, orientações e publicações da professora Anna Carolina Regner assumem, certamente, uma importância de destaque. De toda forma, ainda vejo equívocos interpretativos elementares em nossos comentários a respeito de Feyerabend; e também lamento que, no Brasil, ainda não tenhamos sediado um evento acadêmico consagrado prioritariamente à filosofia de Feyerabend. Em 2015, o livro *Contra o Método* completará quatro décadas de influência nos estudos filosóficos, históricos e sociológicos sobre as ciências. Não estaria na hora de revisitarmos esse escrito tão citado e influente?

IHU On-Line – Desde o começo de sua obra, Feyerabend menciona que seu objetivo é apresentar que todas as metodologias têm limitações. Em que esse posicionamento contribui para uma crítica do modelo científico ocidental?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão – Primeiro, penso que a tese segundo a qual “todas as metodologias têm limitações” não existe “desde o começo” da obra de Feyerabend. Ela não ocorre nos trabalhos do ‘período formativo’ de Feyerabend, nos anos 1940 e 1950. Também não desponta no ‘período de profissionalização’ do autor, entre 1955 e 1959, quando assumiu o posto efetivo na Universidade de Berkeley. O pluralismo aparece mais claramente na obra feyerabendiana somente quando o pensador adquire maior autonomia intelectual em relação às ‘raízes austríacas’ de seu pensamento. É verdade que os textos feyerabendianos, a partir dos anos 1960, evidenciam gradualmente teses claramente pluralistas. No entanto, nesse momento, Feyerabend defende essencialmente um pluralismo de *teorias*. Assim, no início, Feyerabend propôs um *modelo unitário* de metodologia científica, caracterizado pela recomendação da proliferação de alternativas ontologicamente incomensuráveis entre si. A necessidade de uma postura mais ‘liberal’ em termos de *métodos* surgiu no *corpus* feyerabendiano apenas em torno dos anos 1970, quando Feyerabend interage com o físico alemão C. F. von Weizsäcker², em Hamburgo. Mas, note-se, nessa época a produção filosófica de Feyerabend já era expressiva. Portanto, seria mais adequado considerar que o *pluralismo metodológico* é contemporâneo à formulação da ‘epistemologia anarquista’ feyerabendiana, isto é, algo em torno dos anos 1970.

Isso não significa que a tese de que “todas as metodologias têm limitações” corresponde ao ‘anarquismo epistemológico’ expresso no *Contra o Método*. A máxima ‘vale tudo’ expressa a conclusão lógica ‘negativa’ de uma ‘redução ao absurdo’ da posição Racionalista. Dada a pressuposição racionalista do *monismo metodológico*, a análise da história da ciência conduz

² Carl Friedrich von Weizsäcker (1912-2007): foi um físico e filósofo alemão. (Nota da IHU On-Line)

à percepção de que o único *princípio regulador* geral da atividade científica é *qualquer procedimento pode ser fecundo*. Mas essa observação ‘anarquista’ difere da tese referente ao caráter limitado dos métodos. Positivamente, o *pluralismo metodológico* recomenda a proliferação e a tenacidade de métodos e teorias como ferramenta para avançar o conhecimento. Em outros termos, enquanto o anarquismo epistemológico decorre de uma crítica imanente de premissas do racionalismo, o pluralismo metodológico reflete uma metodologia científica liberal.

Dito isso, vejamos mais de perto a contribuição do posicionamento de Feyerabend. Para o autor de *Contra o Método*, o “modelo científico ocidental” remonta à tradição *abstrata* fundada pelos primeiros racionalistas gregos, particularmente Parmênides³ e Xenófanes⁴. Estruturalmente, o Racionalismo seria composto por três dogmas: (i) a ciência possui um *único método*, que envolve o confronto de hipóteses com experiências ou dados factuais fundamentais; (ii) os resultados da investigação científica são *objetivos*, independentes do contexto histórico ou social; e (iii) os resultados das pesquisas científicas são *universais* e *necessários*. Não há dúvidas de que Feyerabend atacou esses três dogmas da epistemologia racionalista ao longo de sua vasta produção, e não apenas no *Contra o Método*. Feyerabend enfatizou a diversidade histórica de métodos da ciência, bem como a fecundidade de violar ditames epistemológicos. Ele questionou o processo de imposição das ideias e dos resultados científicos a culturas não científicas e a forma dogmática do ensino de ciências nas instituições educacionais ocidentais. O pensamento feyerabendiano também se debruçou sobre os perigos que a tirania dos *experts* re-

³ Parmênides de Eleia (530 a.C.-460 a.C.): filósofo pré-socrático, fundador da escola eleática. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Xenófanes de Cólofona (570 a.C.-475 a.C.): foi um filósofo grego, nascido na cidade de Cólofona, na Jônia, atual costa ocidental da Turquia. Segundo a tradição, Xenófanes teria sido mestre de Parmênides de Eleia. Fundador da escola de Eleia. Adversário do antropomorfismo dos poetas, dedicou-se a demonstrar a unidade e a perfeição de Deus. Sua doutrina é um panteísmo idealista que vê uma unidade em toda a matéria. (Nota da IHU On-Line)

presenta para uma sociedade democrática e os fatores ‘extracientíficos’ que contribuiram para o estabelecimento de concepções científicas. Em geral, considero que o contato com a obra de Feyerabend nos proporciona uma verdadeira ‘Crítica da Razão Científica’, apesar do próprio Feyerabend ter dito, incontáveis vezes, que nenhuma dessas ideias eram ‘originais’ dele.

IHU On-Line – Qual é a contribuição desse pensador para refletirmos acerca dos limites e possibilidades das revoluções tecnocientíficas em nosso tempo?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão – As possibilidades são imprevisíveis. Portanto, não as poderíamos estabelecer *a priori*. Como grande conhecedor da história das ideias, Feyerabend tinha plena consciência das radicais reformulações (ou ‘revoluções’) de cosmovisões que os pensadores engendraram. Inclusive, a noção mínima de ‘progresso’ presente nos textos feyerabendianos acena, basicamente, para a transformação dos pressupostos de esquemas conceituais e atitudes mentais das tradições intelectuais. Galileu⁵, Bohr⁶,

⁵ Galileu Galilei (1564-1642): físico, matemático, astrônomo e filósofo italiano que teve um papel preponderante na chamada revolução científica. Desenvolveu os primeiros estudos sistemáticos do movimento uniformemente acelerado e do movimento do pêndulo. Descobriu a lei dos corpos e enunciou o princípio da inércia e o conceito de referencial inercial, ideias precursoras da mecânica newtoniana. Galileu melhorou significativamente o telescópio refrator e foi o primeiro a utilizá-lo para fazer observações astronômicas. Com ele descobriu as manchas solares, as montanhas da Lua, as fases de Vênus, quatro dos satélites de Júpiter, os anéis de Saturno, as estrelas da Via Láctea. Estas descobertas contribuíram decisivamente na defesa do heliocentrismo. Contudo, a principal contribuição de Galileu foi para o método científico, pois a ciência se assentava numa metodologia aristotélica de cunho mais abstrato. Por essa mudança de perspectiva é considerado o pai da ciência moderna. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Niels Bohr (1885-1962): físico dinamarquês, que desenvolveu a teoria da natureza do átomo. O prêmio Nobel de Física que ganhou em 1922 deve-se ao seu trabalho sobre estrutura e radiação atômica. Com a idade de 28 anos, Bohr publicou sua teoria que explicava, através da teoria quântica de Max Planck, os problemas surgidos com a descoberta da radioatividade. No dia 17 de maio de 2005, durante o Simpósio Internacional Terra

Einstein⁷ seriam exemplos de pensadores que trabalharam nesse sentido. Assim, definir as possibilidades seria análogo a projetar previamente um limite teórico para as guinadas no avanço do conhecimento. Com isso, não quero dizer que Feyerabend aderisse irrestritamente à retórica do ‘progresso da ciência’, como se esse progresso fosse valioso ‘em si’ e inquestionável. O ponto é que, para Feyerabend, os limites dos dobramentos das tecnociências não seriam epistêmicos. Especificamente, o austríaco defende que a busca do conhecimento não pode violentar as pessoas, sendo este o *limite ético* das denominadas “revoluções tecnocientíficas”. A propósito, em um trabalho do início dos anos 1990, Feyerabend afirmou explicitamente que a “vida humana é muito mais importante” do que o Conhecimento, digamos assim. Então, Feyerabend rejeita enfaticamente o exercício livre do poder por parte dos cientistas, intelectuais, especialistas, etc. Para detalhar essa opinião, recomendo a leitura daquele ensaio “Galileu e a Tirania da Verdade”, presente no *Adeus à Razão* (São Paulo: Unesp, 2010), bem como as diversas – e ainda inexploradas – considerações de Feyerabend sobre o exer-

cício das ciências biomédicas, muito presentes nos diálogos filosóficos do autor. Confesso, por fim, que por mais que não adote explicações biográficas para as ideias de um autor, é conveniente lembrar que Feyerabend conhecia perfeitamente bem, em seu próprio corpo, as consequências desastrosas (limitações de movimento, estados depressivos, dependência de analgésicos, etc.) da junção irrestrita entre ciência e poder (o Terceiro Reich, especificamente).

IHU On-Line – A partir do pensamento de Feyerabend, como podemos compreender que, paralelo ao avanço da ciência, há o incremento da desigualdade e de um relativismo ético?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão – Feyerabend não possui, propriamente, uma Filosofia Política. Em *A Ciência em uma Sociedade Livre* (São Paulo: Unesp, 2011), ele defendeu um ideal de Estado ideologicamente neutro e controlado por conselhos de cidadãos. O projeto feyerabendiano de um ‘relativismo democrático’ apontava exatamente nessa direção. Entretanto, em *Adeus à Razão*, o autor ressaltou que tais opiniões sobre Estado, ética ou educação não deveriam ser vistas como um projeto normativo, mas avaliadas pelos próprios indivíduos. Então, o pensamento político de Feyerabend remete, fundamentalmente, à noção de ‘participação cidadã’, isto é, o comparecimento voluntário, esclarecido e responsável das pessoas nas discussões relativas a questões que influenciam suas vidas. Diversas vezes, o austríaco observou que a plena participação dos cidadãos nas decisões importantes para a sociedade, sobretudo as que envolvem impactos de ideias científicas, não ocorreria sem uma superação do abismo que separa os leigos e os *experts*. Isso evidencia que, para nosso autor, o avanço da ciência precisa englobar não cientistas, com seus saberes locais e vivências particulares. Portanto, se pensarmos a “desigualdade” em termos amplos, abarcando a dimensão cognitiva e sua influência sociocultural, então as ideias políticas de Feyerabend defendem uma redução dos privilégios dos intelectuais, cientistas e especialistas em sociedades democráticas. Em uma palavra, o autor de *Contra o Método* recusa

veementemente o ‘elitismo’, como ele mesmo diz.

Quanto ao outro tópico, o quadro é mais intrincado, especialmente quando incluímos as ideias impressas em *Adeus à Razão*. De forma satírica, Feyerabend anunciou: “Não estou certo se alguma vez me considere um relativista. Devo ter encenado o teatro relativista diante de algumas pessoas para causar frisson”. Contudo, esquematicamente, é aceitável dizer que, durante algum tempo, Feyerabend flertou com o ‘relativismo cultural’. Basicamente, defendeu que os valores culturais (sobretudo não ocidentais) deveriam ser protegidos da interferência externa, sobretudo de ideias científicas. Posteriormente, no entanto, o autor rejeitou essa proposta relativista radical e abraçou a concepção segundo a qual “*toda cultura é potencialmente qualquer cultura*”. Essa máxima pretende ultrapassar a limitação da premissa do relativismo extremo, que vê a cultura como uma ‘entidade fechada’. Pois bem, o ‘interacionismo cultural’ que Feyerabend anunciou nos anos 1990 já não corresponde à abstração relativista contida em *A Ciência em uma Sociedade Livre*. De todo modo, para muito além de questões exegéticas, parece-me claro que Feyerabend firma um limite objetivo para o relativismo: o “sofrimento humano”, para empregar as exatas palavras usadas por ele, em uma entrevista concedida em 1992, em Roma. O impacto da fome, das doenças, das guerras, da miséria material, da escassez de recursos naturais, etc. nos indivíduos justificaria, para Feyerabend, uma “interferência imediata” (ainda repetindo o autor) nas culturas. Com efeito, na perspectiva do austríaco, o limite aceitável do relativismo ético seria exatamente o respeito às pessoas. Note-se, por fim, que ‘ética humanitarista’ de Feyerabend consiste em um aspecto raramente considerado nos estudos feyerabendianos, não obstante ela refletir a parte positiva das críticas dele ao ‘humanismo abstrato’.

IHU On-Line – Em que medida as ideias de Feyerabend questionam a vontade de saber e o antropocentrismo dos sujeitos da contemporaneidade?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão – Na primeira edição de *Contra o Método*, de 1975, Feyerabend retoma a

Habitável, foi apresentada a peça Copenhagen. A trama do espetáculo remete-se a um misterioso encontro, em 1941, entre Niels Bohr e Werner Heisenberg, alemão encarregado do programa nuclear de Hitler. A montagem foi do Núcleo Arte Ciência no Palco, da Cooperativa Paulista de Teatro, com texto de Michael Frayn. Os protagonistas da peça, Carlos Palma (Werner Heisenberg), Oswaldo Mendes (Niels Bohr) e Selma Luchesi (Margarethe Bohr), foram entrevistados na edição 142ª da IHU On-Line, de 23-05-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon142>. (Nota do IHU On-Line)

⁷ **Albert Einstein** (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas ideias sobre a natureza corpuscular da luz. É, provavelmente, o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da revista IHU On-Line, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis*, disponível em <http://bit.ly/ihuon130> e a edição 141, de 16-05-2005, chamada *Terra habitável: um desafio para a humanidade*, disponível em <http://bi.ly/ihuon141>. A Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do *Simpósio Terra Habitável*, ocorrido de 16 a 19-05-2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da IHU On-Line)

reflexão acerca do problema do *mérito* da ciência. O modo como o autor levanta essa discussão é bastante instigante, afinal, segundo ele, o ‘sucesso *factual*’ da ciência e da tecnologia é, no mais das vezes, presumido como prova inconteste da justificação *epistêmica* da ciência. Por sua parte, Feyerabend questiona quais componentes residiriam na “vontade de saber” que impulsiona a tradição racionalista. O austríaco reconhece que tal “vontade” comporta projetos dominadores, uma vez que converteu o “saber” em uma ferramenta de *poder*. Feyerabend mostra que a retórica racionalista da ‘busca pela verdade’ (na ciência ou na filosofia) suprimiu tradições alternativas, fazendo uso da força. Por isso, no olhar feyerabendiano, a ciência teria se convertido em uma *ideologia* opressiva, da qual a sociedade deveria ser protegida. Conforme essa leitura, a ‘vontade de poder’ subjacente ao discurso Racionalista acarretaria diversas consequências nocivas. Uma delas envolveria a destruição de valores ‘espirituais’ (noção que o próprio Feyerabend empregou em *Adeus à Razão*), em favor de uma ‘concepção científica de mundo’ materialista. Tal concepção, amparada em ideais tecnocratas e em valores cientificistas, não apenas estimularia uma teorização objetiva quanto aos fenômenos, mas, efetivamente, exploraria o meio ambiente, sem considerar seriamente os impactos culturais ou sociais das ciências. A esse respeito, é instrutivo ter em mãos o *The Tyranny of Science* (UK: Polity, 2011), livro póstumo de Feyerabend ainda inédito em português. O descolamento do ser humano relativamente a valores não materiais, bem como a instrumentalização de outros seres vivos – enfim, tudo isso emergiria como efeitos prejudiciais da ‘vontade de saber/poder’ racionalista. Dito desse modo, há indícios de que Feyerabend avalia – e isso fica explícito no último de seus diálogos filosóficos, redigido em 1991 – a hegemonia da mentalidade científica como capaz de destruir as conexões entre os indivíduos e a radicalizar um abismo entre humanos e outros animais. Em todos esses casos, a ‘vontade de saber’ ilustraria posturas antropocêntricas frente à Natureza. O desafio do pensamento contemporâneo consistiria, pois, em tentar conjugar duas noções que, sob a perspectiva materialista ocidental, parecem incongruentes: o

avanço do conhecimento e o respeito a indivíduos, a formas de vida, ao meio ambiente e a ‘visões de mundo’ não científicas.

IHU On-Line – Como pode ser compreendida a ideia de incomensurabilidade à qual esse pensador se refere?

Luiz Henrique Lacerda Abrahão – A tese da incomensurabilidade, em Feyerabend, é um tópico extremamente espinhoso. A incomensurabilidade consistiu na resposta feyerabendiana às concepções tradicionais acerca da racionalidade do progresso científico. Em geral, tradições empiristas ortodoxas adotavam uma visão acumulativista do avanço do conhecimento. Assim, a troca de teorias deveria cumprir alguns requisitos *formais*, tais como a inclusão do conteúdo *factual* ou a preservação dos termos observacionais das teorias precedentes. Teorias seriam ‘comensuráveis’ quando as explicações fornecidas pelas antigas teorias pudessem ser incluídas e ampliadas nas teorias mais recentes. Em resposta a isso, Feyerabend salientou que trocas científicas genuínas redefiniam radicalmente os significados dos termos descritivos e abandonavam padrões explicativos tradicionais. A cosmologia copernicana, a mecânica quântica ou a teoria da relatividade geral exemplificariam instâncias de reconstrução do edifício científico. Nesses casos, os requisitos formais da concepção cumulativista não teriam sido cumpridos. Por conseguinte, se esses requisitos forem mantidos, então deveríamos concluir que tais mudanças científicas ‘não foram comensuráveis’. Inicialmente, a incomensurabilidade surgiria, pois, como uma ‘redução ao absurdo’ às abordagens redutivistas do avanço teórico. Mas essa tese revela também um traço essencial do pensamento de Feyerabend: a ‘interpretação realista’ das teorias científicas. Assim, para ele, a ciência não corresponde apenas a uma forma de organizar dados da experiência. Pelo contrário, os pressupostos científicos definem nossa própria experiência, de forma que haveria um componente ‘ontológico’ nas teorias. Portanto, para entender a incomensurabilidade em Feyerabend, é fundamental considerar essa premissa do caráter englobante, ontológico e onipresente das teorias. Sem isso, eu diria que a questão da incomensu-

rabilidade em Feyerabend sequer se coloca de forma inteligível.

O esforço feyerabendiano para arregimentar a ideia do caráter ontológico dos pressupostos atingiu seu ponto mais alto no capítulo XVI da terceira edição de *Contra o Método*, quando Feyerabend analisa aspectos do desenvolvimento da percepção, estrutura das gramáticas e a transição da cosmovisão homérica para a ontologia substancialista dos pré-socráticos. No entanto, posteriormente, Feyerabend atacou a ‘visão geral’ sobre a incomensurabilidade. Ele percebeu que o termo passou a sustentar propostas relativistas segundo as quais tradições ditas ‘incomensuráveis’ seriam impenetráveis. Essa noção invertida (ou não técnica) de incomensurabilidade fundamentaria dogmas relativistas (incomunicabilidade, incognoscibilidade ou intradutibilidade) que Feyerabend rejeitava veementemente. É verdade que a ideia de incomensurabilidade tem uma história complexa, sobretudo em virtude de sua ‘dupla paternidade’, com Kuhn⁸ e Feyerabend, em 1962. Diferentemente de Kuhn, no entanto, Feyerabend começou sua discussão abordando a questão no âmbito linguístico, e gradualmente incluiu aspectos da psicologia, da linguística, da história das artes e das ideias. (Tentei reconstruir os detalhes do desenvolvimento dessa tese na obra feyerabendiana com o trabalho “A Tese da Incomensurabilidade de Teorias em Paul Feyerabend”, o qual está disponível para consulta no link <http://bit.ly/11o6gGT>). Segundo entendo, o básico da incomensurabilidade em Feyerabend é na defesa metodológica da proliferação de teorias alternativas *fortes* (ou seja, ontologicamente incompatíveis) como ferramenta de teste das teorias corroboradas. Isso refletia o esforço feyerabendiano inicial de transformar o pluralismo em um programa filosófico consistente e razoável, algo bastante diverso do ‘modismo pluralista’ (criticado pelo próprio Feyerabend) que perpassa alguns setores de nossa cultura.

⁸ Thomas Kuhn (1922-1996): físico norte-americano, cujo trabalho incidiu sobre história e filosofia da ciência, tornando-se um marco importante no estudo do processo que leva ao desenvolvimento científico. Sua obra mais conhecida é *A estrutura das revoluções científicas*. (São Paulo: Perspectiva, 2003). (Nota da IHU On-Line)

McLuhan e a vazão do pensamento exponencial na tecnocultura

Irene Machado sustenta que devemos aproveitar as possibilidades das formas culturais de nosso tempo para exponenciar o raciocínio crítico

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO

Uma das manifestações tecnocientíficas da contemporaneidade é, justamente, a tecnocultura, termo que não foi objetivamente formulado por Marshall McLuhan, mas cujos estudos deram importante contribuição para o âmbito da comunicação. “McLuhan escreveu sobre meios – e suas mitologias – numa época em que filme, notícia de jornal, anúncio, programa de televisão não eram objetos dignos de estudo. Seu esforço foi compreender os graus de transformação que estavam reordenando práticas e valores”, esclarece a professora doutora Irene Machado, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

“O que McLuhan observou, ainda que não tenha desenvolvido, foi o reordenamento geopolítico do mundo a partir do campo de forças estabelecido pela informação via satélites e redes informáticas”, explica Irene. “O próprio confronto das ondas migratórias e de etnias seria uma decorrência das redes de contatos criadas pelo redesenho geopolítico gerado pela aproximação tecnológica”, complementa.

Na esteira do pensamento de McLuhan, a entrevistada destaca que o principal legado do teórico foi chamar atenção para a necessidade de recuperarmos um pensamento humanista. “Ele entendeu os meios de comunicação como formas sofisticadas de desenvolvimento de linguagem e de construção de conhecimento na cultura humana. Os estudos sobre linguagem e pensamento icônicos, sobre o espaço acústico, as

leis da mídia, são grandes artérias não apenas de seu pensamento, como também vetores importantíssimos para a compreensão da tecnologia como forma de cultura – a tão citada tecnocultura”, frisa.

Irene de Araújo Machado é graduada em Letras pela Universidade de São Paulo – USP. Realizou mestrado em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e doutorado no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP. Atualmente é Professora Associada da Escola de Comunicações e Artes da USP. É autora, entre outras obras, de *Vieses da comunicação: explorações de Marshall McLuhan* (São Paulo: AnnaBlume, 2014), *Semiótica da cultura e semiosfera* (São Paulo: AnnaBlume, 2007) e *Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2003).

A professora Irene Machado apresenta a conferência *McLuhan, tecnocultura e mediação no contexto das revoluções tecnológicas*, no dia 21-10-2014, às 14h30min, na Sala 1F 102, na Unisinos. O evento integra a programação do XIV Simpósio Internacional IHU – *Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o nexó que une tecnocultura e mediação no contexto das revoluções tecnológicas a partir do pensamento de McLuhan?

1 Herbert Marshall McLuhan (1911-1980): sociólogo canadense. Fez, em suas obras,

uma crítica global de nossa cultura, apontando o fim da era do livro, com o domínio da comunicação audiovisual. Seus principais livros são *A galáxia de Gutenberg* (1962) e *O meio é a mensagem* (1967). Confira a edição 357 da IHU On-Line, de 11-04-2011, intitulada *100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda*, disponível em <http://bit.ly/oZJlrh>. (Nota da IHU On-Line)

Irene Machado – Em primeiro lugar, há que se considerar que tecnocultura e mediação são conceitos que surgem como decorrência das transformações no processo de comunicação com o aprimoramento dos meios elétrico-eletrônicos. As re-

flexões de McLuhan se situam nesse estágio em que as transformações pelos meios promovem a revolução não apenas porque os instrumentos de suas práticas se modificaram, mas porque, no seu entender, os meios – rádio, cinema e televisão – potencializaram as formas culturais anteriores – os meios impressos, por exemplo – investindo-os de capacidades inteligentes. Veja-se, por exemplo, a linguagem de mosaico desenvolvida pela tecnologia do meio impresso que, na televisão, se transforma em grade de programação baseada em “nós”. Em ambos os casos, observa-se a potencialização da leitura de sistemas lineares e não lineares e de escritas que os sistemas tecnológicos exploram de modo exponencial. Nesse sentido, podemos considerar o início da pergunta e ponderar sobre a midiaticização como a presença potencializada dos sistemas tecnológicos orientados pelo processamento digital. O nexa da ligação com o pensamento de McLuhan se situa na sua insistência, não na prerrogativa da racionalidade técnica ou do determinismo tecnológico, mas na potencialização cognitiva de processos de inteligência sem os quais nenhuma revolução acontece.

IHU On-Line – McLuhan chega a formular, em sua obra, um conceito próprio para tecnocultura?

Irene Machado – McLuhan não hesitava em reconhecer sua dificuldade em utilizar o lado esquerdo do cérebro que, segundo os conhecimentos em voga, era aquele onde se formavam os conceitos. Em compensação, suas formulações esbanjavam proposições baseadas em intuições, hipóteses e abduções – para o bem e para o mal. Logo, até onde sei, tal conceito próprio de tecnocultura, sobretudo do modo como se entende no século XXI, inexistia em suas especulações. McLuhan escreveu sobre meios – e suas mitologias – numa época em que filme, notícia de jornal, anúncio, programa de televisão não eram objetos dignos de estudo. Seu esforço foi compreender os graus de transformação que estavam reordenando práticas e valores. A tecnologia não tinha invadido a vida doméstica

“McLuhan entendeu os meios de comunicação como formas sofisticadas de desenvolvimento de linguagem e de construção de conhecimento na cultura humana”

sob a forma de objetos portáteis e pessoais como se observa no contexto da tecnocultura. McLuhan começa a estudar e a escrever sobre meios no pós-guerra, quando toda a inteligência da tecnologia está se preparando para atuar na guerra-fria, sobretudo pelo ar, pelas redes de transmissão. Não é à toa que as redes de transmissão e o mundo eletrônico constituem a espinha dorsal de suas especulações e explorações.

IHU On-Line – Quais são os impactos das tecnologias telemáticas no governo político da vida humana?

Irene Machado – A pergunta é bastante genérica, logo, para evitar divagação, vou me colocar alguns limites. McLuhan não desconheceu os satélites de comunicação; são conhecidos seus depoimentos sobre o televisionamento da descida do homem à Lua, quando a Terra, tomada pelas lentes de uma câmera, se torna miniatura, tornando-se um marco das possibilidades de controle no auge da Guerra Fria. Esse foi um grande impacto que as tecnologias telemáticas e as telecomunicações desenvolveram a partir dos satélites e que os cabos e redes de fibra óptica do processamento digital estão a aprimorar. O que McLuhan observou, ainda que não

tenha desenvolvido, foi o reordenamento geopolítico do mundo a partir do campo de forças estabelecido pela informação via satélites e redes informáticas. O próprio confronto das ondas migratórias e de etnias seria uma decorrência das redes de contatos criadas pelo redesenho geopolítico gerado pela aproximação tecnológica. Nesse sentido, o Canadá serviu-lhe de laboratório de reflexão, a começar pelo confronto do bilinguismo.

IHU On-Line – Hoje vivemos na “aldeia global” prevista por McLuhan. Além dessa ideia visionária, que outras continuam atuais e nos ajudam a compreender os tempos em que vivemos?

Irene Machado – Eu não tenho tanta certeza de que a transposição da noção de McLuhan, publicada em livro com a colaboração de Quentin Fiore² e Jerome Agel³, tenha capacidade de abranger a tecnocultura do século XXI. Tampouco acredito que “aldeia global” tenha sido preferido como um vaticínio para o tempo futuro. Aliás, os aforismos tornados um repertório das frases de efeito e profecias que beiram a autoajuda é o que menos me atrai nos estudos sobre McLuhan. O que eu tenho trabalhado e o que me levou a escrever um livro sobre McLuhan foi a necessidade de recuperar o legado de um pensamento humanista, que entendeu os meios de comunicação como formas sofisticadas de desenvolvimento de linguagem e de construção de conhecimento na cultura humana. Os estudos sobre linguagem e pensamento icônicos, sobre o espaço acústico, as leis da mídia, são grandes artérias não apenas de seu pensamento como também vetores importantíssimos para a compreensão da tecnologia como forma de cultura – a tão

² **Quentin Fiore** (1920): é um designer gráfico que trabalhou principalmente em livros. Teve aulas de arte com renomados artistas, tais como George Grosz e Hans Hofmann. Estudou no “New Bauhaus” em Chicago. (Nota da IHU On-Line)

³ **Jerome Agel**: escritor e teórico com mais de 40 livros que escreveu com Marshall McLuhan, Carl Sagan, Stanley Kubrick, Herman Kahn, e Issac Asimov. (Nota da IHU On-Line)

citada tecnocultura. No entanto, o campo dessas ideias – intuições e especulações – que eu considero como elementares para a ontologia da mídia, permanecem ignoradas, o que é pior do que se fossem totalmente desconhecidas.

IHU On-Line – Como a interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global?

Irene Machado – Agora, sim, podemos continuar no âmbito das formulações de McLuhan, pois a pergunta envolve uma problematização. Em primeiro lugar, trata-se de compreender o contexto das transformações que fizeram da eletricidade processo de comunicação e, portanto, de transformação da informação elétrica em linguagem. O ponto central dessa transformação é a recriação do espaço de relação como campo unificado. Graças à eletricidade o campo unificado permitiu que os meios eletrônicos situassem as pessoas e os povos simultaneamente em espaços de relações que não se limitam aos contornos geopolíticos, nem dos Estados nem das línguas. O campo de forças dos meios assim constituídos recompõe a simultaneidade das interações sensoriais em contato e em presença. Essas ideias foram muito bem trabalhadas pelo ensaísta brasileiro Muniz Sodré⁴ em sua formulação sobre o bios midiático: o campo sensorial da mídia que não se limita ao relacional, mas potencialmente gerador de vínculos.

IHU On-Line – Quais foram as contribuições fundamentais de McLuhan para uma visão de mundo global e inclusiva?

Irene Machado – Vou situar o eixo sem o qual nada seria possível: a compreensão de educação como desenvolvimento cognitivo fundado na exponencialização das linguagens que a cultura fomenta sob forma de ambientes privilegiados de comunicação.

⁴ Muniz Sodré de Araújo Cabral (1942): é um jornalista, sociólogo e tradutor brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, na Escola de Comunicação. (Nota da IHU On-Line)

“Os estudos sobre linguagem são grandes artérias não apenas de seu pensamento, como também vetores importantíssimos para a compreensão da tecnologia”

IHU On-Line – A partir do pensamento de McLuhan, como analisa o conceito de técnica hoje?

Irene Machado – Hoje e sempre: técnica não pode ser pensada fora da inteligência cultural de sua geração. Nesse sentido, a técnica consagra a capacidade de criação e de transformação de códigos culturais de modo a promover intervenções e reconfigurações no campo de forças das relações humanas, sócio-históricas e políticas. Técnica assim concebida não se limita ao objeto da previsibilidade, pelo contrário, atua no laboratório das contingências que desafiam determinações.

IHU On-Line – Para McLuhan, o livro individualiza e o rádio unifica. Com a chegada de meios como Facebook e Twitter estamos valorizando o pensamento escrito, mas não a individualização. Como avalia esse comportamento?

Irene Machado – Tenho de problematizar novamente a questão. Não me parece que Facebook e Twitter sejam meios, pelo menos no sentido de McLuhan. Ambos são serviços inseridos num mercado de compra e venda. Além do mais, o uso de caracteres delimitados e circunscritos para finalidades determinadas previamente não configura um desenvol-

vimento de escrita, muito menos de pensamento. Nenhuma forma de argumentação cabe em 140 caracteres; também não é possível acompanhar a complexidade da linha diagramática do raciocínio, dos “nós” e embates de inferências, num espaço que restringe e impede os voos do pensamento. Realmente, estamos diante de instrumentos que ampliam a rede de contatos e instauram a sensação de presença, o que é fundamental para o humano e a sociedade de que necessitamos para viver. Contudo, não podemos confundir e simplificar as interações. Talvez num futuro seja possível um outro uso e uma outra função para além do fático.

IHU On-Line – Os indivíduos são capazes de estabelecer uma relação crítica e independente com a técnica em um tempo como o nosso?

Irene Machado – Novamente vou ponderar sobre a necessidade de não simplificar ou confundir as coisas. Relação crítica é demanda do pensamento do ser que não apenas está no mundo, mas nele interage e intervém. Inexiste relação crítica fora do diálogo. Se entendo por tecnologia formas culturais como exponencialização de inteligência, posso afirmar sem susto que quanto mais tecnologia, maior a capacidade exponencial da inteligência. Lembrei ainda há pouco que McLuhan entendeu que o sistema audiovisual eletrônico, do cinema e da televisão, desenvolveu, cada um a seu modo, formas de codificação reveladoras da base icônica do pensamento. Em vez de a linha reflexiva do raciocínio se desenvolver segundo a lógica topográfica das sentenças, o pensamento icônico cumpre a rota das topologias. A estrutura relacional do pensamento passa a dividir espaço com os padrões associativos e isso potencializa a capacidade do ato de reflexão e das formas de conhecimento. Logo, penso que não podemos perder tempo e temos mais é que aproveitar as possibilidades que temos para explorar as formas que o nosso tempo nos oferece para exponenciar o raciocínio crítico.

Programação

Confira a programação completa do *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea.*

21-10-2014 (Terça-Feira)

Evento: Credenciamento

Horário: 8h30min

Local: Auditório Central

Evento: Exibição do Filme *A pele que habito* (Pedro Almodóvar, Espanha, 2011, 177 min)

Horário: 9h às 12h30min

Local: Auditório Central

Evento: Exibição do Filme *Terapia de Risco* (Steven Soderbergh, EUA, 2013, 106 min)

Horário: 9h às 12h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Evento: Exibição do Filme *Blade Runner. O Caçador de Androides* (Ridley Scott, 1982, 117min)

Horário: 9h às 12h30min

Local: Sala 1C 109

Evento: Mesa redonda – Nanotecnologia e regulação no Brasil

Palestrante: Dr. Wilson Engelmann – UNISINOS, Dr. Reginaldo Pereira – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

Horário: 10h às 12h

Local: Auditório Maurício Berni, no centro 4

Evento: As nanotecnologias como um exemplo de tecnociência e seus impactos

Palestrante: Dr. Wilson Engelmann – UNISINOS

Horário: 14h30min às 16h30min

Local: Auditório Maurício Berni, no centro 4

Evento: Os marcos e ferramentas éticas nas tecnologias de gestão

Palestrante: Dr. Jesús Conill – Universidad de Valencia – Espanha

Horário: 14h30min às 16h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Evento: McLuhan, tecnocultura e mediatização no contexto das revoluções tecnológicas

Palestrante: Dra. Irene Araújo Machado – Universidade de São Paulo – USP

Horário: 14h30min às 16h30min

Local: Sala 1F 102

Evento: Feyerabend, razão e ciência

Palestrante: Dr. Luiz Davi Mazzei – UFRGS, Dra. Virginia Chaitin – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Horário: 14h30min às 16h30min

Local: Sala 1F 103

Evento: Apresentações de trabalhos científicos

Palestrante: Comunicações

Horário: 17h às 18h30min

Evento: Abertura oficial

Horário: 19h30min

Local: Auditório central

Evento: Conferência – O ser humano na idade da técnica: niilismo e esperança

Palestrante: Dr. Umberto Galimberti – Itália

Horário: 20h às 21h30min

Local: Auditório Central

22-10-2014 (Quarta-Feira)

Evento: Recepção

Horário: 8h30min

Local: Auditório Central

Evento: Conferência – A biopolítica no século XXI: cidadania biológica e ética somática

Palestrante: Dr. Nikolas Rose – King's College London – Inglaterra

Horário: 9h às 10h15min

Local: Auditório Central

Evento: Lançamento dos Livros do Dr. Nikolas Rose

Horário: 11h às 12h30min

Local: Auditório Central

Evento: A realidade complexa da tecnologia**Palestrante:** Dr. Alberto Cupani – Prof. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**Horário:** 14h às 16h**Local:** Sala 1F 101**Evento: Democratizar a tecnociência: engajamento público em nanotecnologia****Palestrante:** Dr. Paulo Roberto Martins – Rede de Pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente – RENANOSOMA**Horário:** 14h às 16h**Local:** Auditório Maurício Berni, no centro 4**Evento: Com a cabeça nas nuvens? Medicina, técnica, ética e os dilemas preemptivistas na saúde****Palestrante:** Dr. Luis David Castiel – Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**Horário:** 14h às 16h**Local:** Sala 1F 102**Evento: A arte da ciência na ciência da arte – uma abordagem a partir de Paul Feyerabend****Palestrante:** Dr. Hans-Georg Flickinger - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS**Horário:** 14h às 16h**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros**Evento: Corporeidade e biotecnologias****Palestrante:** Dra. Flávia Costa – Universidad de Buenos Aires – UBA – Argentina**Horário:** 16h30min às 18h**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros**Evento: A filosofia pluralista de Feyerabend: leitores e leituras****Palestrante:** MS Luiz Henrique Lacerda Abrahão – Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais – CEFET/MG**Horário:** 16h30min às 18h**Local:** Sala 1F 101**Evento: Jornalismo científico e nanotecnologia****Palestrante:** Maria Fernanda Marques Fernandes – Rede de Pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente – RENANOSOMA e Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**Horário:** 16h30min às 18h**Local:** Auditório Maurício Berni, no centro 4**Evento: Apresentações de trabalhos científicos****Palestrante:** Comunicações**Horário:** 18h às 19h**Evento: Paradigma de capacitação em saúde****Palestrante:** Dra. Jennifer Prah Ruger – University of Pennsylvania – EUA**Horário:** 20h às 21h30min**Local:** Auditório Central**23-10-2014 (Quinta-Feira)****Evento:** Recepção**Horário:** 8h30min**Local:** Auditório Central**Evento: Conferência – Neurofuturos para sociedades de controle****Palestrante:** Dr. Timothy Lenoir – Duke University – EUA**Horário:** 9h às 10h30min**Local:** Auditório Central**Evento: Paul Feyerabend: racionalidade única, irracionalidade ou múltiplas racionalidades?****Palestrante:** Dra. Anna Carolina Regner – Instituto Latino-americano de Estudos Avançados – ILEA / Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**Horário:** 10h45min às 12h**Local:** Auditório Central**Evento: Os impactos sociais da revolução dos semicondutores****Palestrante:** MS Celso Peter – Unisinos**Horário:** 14h30min às 18h**Local:** Sala 1F 101**Evento: Aquecimento global e o futuro da humanidade****Palestrante:** Dr. Ernesto Lavina – Unisinos**Horário:** 14h30min às 18h**Local:** Sala 1F 102**Evento: Nanotecnologia, saúde e segurança do trabalho****Palestrante:** Dra. Arline Arcuri, Dr. Luís Renato B. Andrade e Dra. Fatima Viegas (Fundacentro).**Debatedor:** Dr. Gustavo Borges – Unisinos**Horário:** 14h30min às 18h**Local:** Auditório Maurício Berni, no centro 4**Evento: Aquecimento global e o futuro da humanidade****Palestrante:** Dr. Ernesto Lavina – Unisinos**Horário:** 14h30min às 18h**Local:** Sala 1F 102**Evento: Feyerabend e a racionalidade científica****Palestrante:** Dra. Halina Leal – Faculdade São Luiz – FSL/SC e MS Miguel Flach – Instituto Federal Farroupilha – IFF-CA**Horário:** 14h30min às 18h**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 13-10-2014 a 17-10-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

A racionalidade taylorista e sua atualização no século XXI

Entrevista com Ludmila Abílio, cientista social e autora do livro *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*

Publicada no dia 16-10-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu161014>

A flexibilização e a precarização do trabalho indicam a “atualização da racionalidade taylorista e o seu deslocamento para o setor de serviços”, diz Ludmila Abílio, autora do livro *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*, em entrevista à **IHU On-Line**. Crítica à teoria do trabalho imaterial do sociólogo francês André Gorz, Ludmila Abílio apresenta exemplos para demonstrar que o trabalho continua assentado numa lógica taylorista, na qual a “subjetividade” do trabalhador “está sendo mobilizada permanentemente”, ou seja, “é uma racionalidade que hoje se realiza pondo a subjetividade do trabalhador a serviço da produção”. O nicho de pesquisa da socióloga é o trabalho desenvolvido pelas revendedoras de cosméticos da Natura, mas sua teoria também se aplica a outras atividades, como o trabalho de operadoras de telemarketing, de motoboys e funcionários de fast foods.

A essência da técnica não é nada de técnico

Entrevista com Renato Janine Ribeiro, doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP

Publicada no dia 14-10-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu141014>

A partir do pensamento heideggeriano, Renato Janine Ribeiro propõe reavaliar a contribuição das ciências

humanas nas universidades e na sociedade. Ao passo que cresce o interesse pelo desenvolvimento das ciências exatas e das tecnologias, as Humanidades têm de “promover a discussão mais aprofundada sobre uma sociedade que acredita tanto assim na tecnologia, a ponto de esquecer os fins em favor dos meios”. Na entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail, Ribeiro afirma que a discussão dos valores é algo que a filosofia, como as várias psicologias e a antropologia, devem efetuar. “Ou seja, nosso papel é absolutamente central neste mundo que dá tanta importância aos aportes tecnológicos”, assevera.

Eleições 2014: “uma escolha maluca a fazer”

Entrevista com Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

Publicada no dia 13-10-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu131014>

Na interpretação de Cândido Grzybowski, as urnas também demonstraram a reação da “classe média”, que está “raivosa” com o PT. “Ocorre que tem uma classe média à custa da qual se fez política social neste Brasil; não foi à custa do dinheiro dos ricos. O dinheiro que saiu para as políticas sociais do PT não foi a renda dos ricos, mas exatamente mexendo na classe média, e essa está raivosa agora”. Contudo, salienta, “a classe média não é a rua; a rua são os batalhadores que chegaram agora, que começam a ter voz”. Nesta entrevista à **IHU On-Line**, Grzybowski também destaca a falta de debate entre os políticos acerca da situação dos indígenas, dos atingidos pela mineração, pelo agronegócio. “Queria saber quantos indígenas se sentem bem com o resultado das eleições. Ninguém falava deles, alguém falou deles?”.

Entrevista da Semana

“Se peixes têm direitos, a exploração humana dos oceanos deve ser revogada?”

“Uma vez que o estado que qualquer ser vivo busca é um estado valorado ou por ele valorizado, então o próprio organismo é portador de valor”, assinala o filósofo Carlos Naconecy

POR LUCIANO GALLAS E PATRÍCIA FACHIN

A ética ambiental, que reflete sobre os direitos das espécies e dos ecossistemas, “é mais do que uma ética da responsabilidade prudente ou da prudência responsável”, enfatiza Carlos Naconecy em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail. Ele explica que a ética ambiental parte do princípio de que “o todo é mais do que a soma de suas partes” e atenta para “as agregações e coletividades: as espécies e ecossistemas são mais importantes do que os indivíduos que a eles pertencem”.

Na entrevista a seguir, Naconecy assinala que é preciso manter um “olhar ecológico” da realidade “sem cair em totalizações grosseiras”. Essa compreensão é possível se considerarmos o indivíduo e as espécies enquanto portadores de valor “na medida em que qualquer forma de vida pertence a uma determinada linhagem histórica (também individual) que, evolutivamente, percorre o tempo”, pontua. Ele reitera que, na medida

em que os animais e as plantas são capazes de valorar suas próprias vidas, “nós, agentes morais, temos uma boa razão para considerar suas vidas também valiosas, em si e por si mesmas”.

Carlos Naconecy é graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Foi pesquisador visitante em Ética Animal na Universidade de Cambridge, Inglaterra. É membro do *Oxford Centre for Animal Ethics* e do corpo editorial do *Journal of Animal Ethics* e coordenador do Departamento de Ética Animal da Sociedade Vegetariana Brasileira. Dentre outras publicações, é autor de *Ética & Animais* (Edipurs, 2006). Carlos Naconecy participou da mesa-redonda *Bioética e Direitos dos Animais*, a qual integrou a programação do *XVII Colóquio de Filosofia Unisinos – Filosofia e Bioética*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais as implicações entre Bioética e Zooética?

Carlos Naconecy – Essas duas áreas do saber dizem respeito, por definição, a duas categorias distintas de entidades, a dos seres vivos e a dos animais (note-se que o termo Bioética já foi apropriado há muito

tempo pela Medicina, ainda que sem respaldo etimológico). Bioética, portanto, é mais abrangente do que a Zooética, também chamada de Ética Animal, e leva em conta que certas propriedades definitórias dos seres vivos devem demandar nossa atenção moral.

IHU On-Line – E entre Ética Animal e Ética Ambiental, que relações se pode conceber? É incompatível pensar em um tratamento ético concedido a espécies de animais, e não a (animais) indivíduos?

Carlos Naconecy – Primeiramente, por Ética Ambiental, não se deve

entender uma ética meramente conservacionista, isto é, de manutenção dos recursos naturais em prol da sobrevivência e da qualidade da vida humana neste planeta. É mais do que uma ética da responsabilidade prudente ou da prudência responsável. Feita essa ressalva, o que caracteriza uma Ética Ambiental é a ideia de que o todo é mais do que a soma de suas partes. Trata-se assim de atentar para as agregações e coletividades: as espécies e ecossistemas são mais importantes do que os indivíduos que a eles pertencem.

Uma forma de manter esse olhar ecológico sem cair em totalizações grosseiras seria considerar que o indivíduo é o locus, o portador de valor, mas sua espécie também o é, na medida em que qualquer forma de vida pertence a uma determinada linhagem histórica (também individual) que, evolutivamente, percorre o tempo. É por meio da espécie que um indivíduo surge no mundo. E quanto aos sistemas naturais? Ora, cada espécie está inseparavelmente dependente do seu nicho ambiental, e, por esta razão, o ecossistema também tem valor. Uma tese como essa pertence à Ética Ambiental. Já a maioria dos pensadores da Ética Animal considera que apenas indivíduos são repositórios de valor moral, assumindo que espécies e sistemas têm valor apenas derivado ou secundário.

IHU On-line – Segundo a Bioética, o que há de especial em um ser vivo?

Carlos Naconecy – Um ser vivo pode ser caracterizado por sua tendência a defender continuamente sua própria existência, sua própria integridade, resistindo permanentemente a tudo aquilo que pode conduzir à sua morte. E ele faz isso de maneira espontânea, vale dizer, de maneira autônoma, através da sua capacidade de movimentação autopropelida. Ou seja, todo e qualquer ser vivo “pilota” a sua própria vida, ainda que não tenha consciência desse fato. Toda vida é defendida pelo que ela é, em si

“Ora, uma árvore toma conta de si mesma, sim, mas não da mesma forma na qual eu, Carlos, tomo conta de mim. E por que não tomar isso em consideração?”

mesma. Há uma identidade biológica que é buscada e conservada pelo indivíduo. Cada organismo é o que ele espontaneamente procura ser. Nesse sentido, qualquer organismo, sendo um sistema biológico de uma complexidade que varia segundo a espécie a que pertence, é um sistema autôntenedor, autossustentável. Assim, mesmo que um ser vivo não tenha uma psicologia, uma subjetividade (como os animalistas costumam ressaltar), ele ainda tem um “self”, uma identidade somática, como diz o filósofo Holmes Rolston III¹.

Note que uma barata, enquanto estiver viva, está permanentemente valorando coisas: ela prefere comer a passar fome, proteger-se a desabrigar-se, calor ao frio, escuro à claridade, enfim, ela prefere viver a morrer – e viver bem, enquanto barata. O que foi dito sobre esse inseto também vale para o reino vegetal: uma planta prefere um certo mineral a outro quando suas raízes buscam nutrientes na terra. Ela mostra que valoriza um determinado pH do solo em vez de outro. A autonomia como propriedade natural está presente não apenas no mundo macroscópico, mas também no microscópico. Uma criatura ainda mais

¹ Holmes Rolston III: Filósofo da *Colorado State University*. Conhecido por seu trabalho em ética ambiental e na relação entre ciência e religião; (Nota da IHU On-Line)

“insignificante”, a bactéria *Escherichia coli* (*E. coli*), também é um agente valorador: consta que, quando ela tem à sua disposição um suprimento de lactose e glicose, ela prioriza a lactose, e irá se alimentar do segundo nutriente apenas quando o primeiro já não estiver mais disponível. Como ocorre com outros tantos seres vivos, a valoração permanente levada a cabo pela barata, pela planta e pela bactéria está a serviço da otimização da sobrevivência desses seres, em resposta a fatores externos.

De que forma essa caracterização nos carrega para o campo moral? Ora, se a mais despercebida criatura vida, como um arbusto ou uma formiga, busca de forma autônoma e ativa a perpetuação da sua existência, a manutenção da sua própria integridade e de sua funcionalidade em face das vicissitudes em seu ambiente, é justamente esse esforço contínuo, autônomo e autointeressado que, segundo essa concepção, deve receber nosso respeito. Por qual razão esse empenho individual, intenso e ativo, essa insistência obstinada, não deveria ser tomada em conta em termos morais? Uma vez que o estado que qualquer ser vivo busca é um estado valorado ou por ele valorizado, então o próprio organismo é portador de valor (um valor objetivo, i.e., mesmo que ele próprio não seja consciente desse valor ou dessa valoração).

IHU On-line – Em que medida faz sentido falar em obrigações ou deveres morais com a vida?

Carlos Naconecy – Através do que se pode chamar de “princípio da transitividade de valoração”: se moscas e plantas são capazes de valorizar elas mesmas suas próprias vidas, então nós, agentes morais, temos uma boa razão para considerar suas vidas também valiosas, em si e por si mesmas (na terminologia filosófica, valiosas intrinsecamente). Note que estamos diante de uma extensão da Ética Animal. Um eticista animalista, como Peter Singer, dirá que não há

razão para respeitar alguma coisa viva que não seja capaz de experimentar estados mentais de sofrimento, prazer, dor ou contentamento. Singer diz que, nesses casos, nada há para ser levado em conta. Um animal se importa consigo mesmo; um vegetal, não! Ora, uma árvore toma conta de si mesma, sim, mas não da mesma forma na qual eu, Carlos, tomo conta de mim. E por que não tomar isso em consideração? Apenas porque não é a minha forma, a forma humana, de levar a cabo essa tarefa?

É claro que um inseto, uma planta ou uma bactéria não lança e nem é capaz de lançar mão dos mesmos recursos que eu me utilizo, no meu dia a dia, para atingir esse intento. Diferentemente de uma formiga e de uma mosca, eu e o restante da humanidade usamos nossa racionalidade abstrata e criatividade, desenvolvemos ciência e construímos civilizações para manter nossa existência nos padrões humanos. Entretanto, sob essa ótica haveria apenas e tão somente uma diferença de sofisticação e complexidade entre pessoas, insetos e plantas nesse processo de manutenção de um modo específico de vida.

IHU On-line – Onde o conceito de direitos entra nessa discussão?

Carlos Naconecy – Alguém poderia perguntar se essas obrigações quanto aos animais ou a tudo o que é

“O uso de aviões comerciais, que mata e perturba o voo dos pássaros, viola algum direito desses animais?”

vivo implicam ou não em certos direitos. A terminologia de direitos nasceu no contexto das sociedades liberais da Europa dos séculos XVII e XVIII. Trata-se, portanto, de um conceito já bem familiar entre nós. A extensão de direitos para além da classe dos homens brancos adultos ocidentais não apresentou grandes problemas lógico-normativos (mas, evidentemente, foi algo bastante difícil em termos sociopolíticos), uma vez que significava basicamente que mulheres, negros, índios, crianças e outros excluídos deveriam receber o mesmo tratamento que os então portadores de direitos já recebiam.

A ampliação sistemática e formal da noção de direitos para entidades não humanas, entretanto, conduziria a uma casuística de potenciais conflitos de interesses ainda inimagináveis por nós. Em outras palavras, que

alcance prático isso teria? Estamos falando apenas de situações de evidente crueldade, abusos patentes e vandalismo explícito? Estamos pensando em casos como a caça desportiva, cegar um coelho para testar um cosmético ou derrubar uma árvore centenária para criar uma vaga para um automóvel? Ou, se animais têm direitos, a pecuária (de não subsistência) como um todo teria que ser imediatamente abolida no mundo inteiro? Se peixes têm direitos, a exploração humana dos oceanos, incluindo o uso de navios e de plataformas marítimas, deve ser revogada? O uso de aviões comerciais, que mata e perturba o voo dos pássaros, viola algum direito desses animais? Note que a mera perspectiva dessa ampliação de direitos – reconhecendo os não humanos como nossos iguais no sentido moral – é altamente revolucionária. É claro que a perplexidade que essa ideia nos causa é análoga àquela que rondava as mentalidades escravocratas de outrora, mas também tem algo de desanálogo: os animais não podem nos informar qual é a intensidade dos seus interesses em cada um desses cenários de conflito. Do mesmo modo que se passa nas relações humanas, não bastaria apenas evocar o direito à vida, à liberdade e à integridade física/psicológica dos animais para dar conta dessa problemática.

LEIA OS CADERNOS **TEOLOGIA PÚBLICA**

NO SITE DO **IHU**

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Entrevista da Semana

Ética animal e o direito à inviolabilidade da vida

O professor Fábio de Oliveira debate a bioética em perspectiva com o direito dos animais

POR LUCIANO GALLAS E RICARDO MACHADO

Ultrapassar uma visão historicamente arraigada de que os animais não são seres possuidores de direitos é um dos grandes desafios à chamada Ética Animal. “Há poderosos interesses econômicos sustentando a exploração animal em diferentes modalidades (comida, vestuário, lazer, ciência, transporte). As universidades, de um modo geral, aceitam com naturalidade a coisificação de animais sob a justificativa do avanço da ciência e de métodos de ensino”, argumenta o professor e pesquisador Fábio de Oliveira, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

“O reconhecimento de que animais têm direitos caminha em conjunto com o respeito pelos direitos humanos. Há inclusive estudos demonstrando a associação entre comportamentos contra animais e contra humanos”, destaca o entrevistado. De acordo com Fábio, estudos indicam que parte das pessoas que cometeram crimes contra humanos tinham em seu histórico práticas

violentas contra animais. “Como se parte de um mesmo pressuposto, que é o respeito pelo outro, pela dor do outro, pelas suas propensões naturais, pelos seus interesses, pela sua vida, ou seja, um juízo de integridade, a relação estabelecida na questão é procedente”, avalia.

Fábio Corrêa Souza de Oliveira é professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ, é mestre em Direito e doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. É membro do Centro de Direito dos Animais e Ecologia Profunda – uma iniciativa que reúne docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Universidade Federal Fluminense – UFF, além do Instituto de Filosofia de Ciências Sociais da UFRJ. Mais informações no sítio www.animaisecologia.com.br.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que é uma posição minoritária na sociedade a defesa dos direitos dos animais, de modo geral, e, especificamente, o direito de não serem utilizados em pesquisas científicas?

Fábio de Oliveira – Existe uma posição cultural arraigada e majoritária ao longo dos séculos, inclusive fundamentando compreensões religiosas. É a visão prevalente inclusive entre os doutos, na Filosofia. Além

disso, há poderosos interesses econômicos sustentando a exploração animal em diferentes modalidades (comida, vestuário, lazer, ciência, transporte). As universidades, de um modo geral, aceitam com naturalidade a coisificação de animais sob a justificativa do avanço da ciência e de métodos de ensino.

IHU On-Line – Todo o uso de animais em experiências científicas é

antiético? Quais são os limites éticos desta prática?

Fábio de Oliveira – Segundo certa perspectiva teórica da Ética Animal, a única forma moral de experiência com um animal é quando a prática é feita em benefício do próprio animal. Segundo o Direito dos Animais, uma vez que o animal é compreendido como sujeito de direitos (vida, integridade física, mental, por exemplo), não é cabível a sua instrumentaliza-

ção em prol de interesses humanos ou de interesses de outros animais. É a mesma base ética que conforma o emprego de seres humanos em experimentos científicos.

IHU On-Line – Que valores morais permeiam o paradigma científico atual?

Fábio de Oliveira – Os valores antropocêntricos. Nesta linha, apenas o ser humano possui valor intrínseco. Ao animal (não humano) não é reconhecida dignidade, apenas valor instrumental.

IHU On-Line – E em termos de alimentação, os seres humanos estão preparados para discutir o uso dos animais? O que se pode afirmar sobre as necessidades humanas em termos de nutrientes de origem animal?

Fábio de Oliveira – Cada vez mais seres humanos vêm discutindo e abolindo a dieta onívora/carnívora em benefício de uma dieta vegetariana. O número de vegetarianos é crescente em todo o mundo. Em termos nutricionais, computado o debate que se segue sendo travado, o consenso parece se dirigir para a percepção de que a dieta vegetariana é saudável e que pode haver a necessidade de suprir apenas a vitamina B12.

IHU On-Line – O que se pode afirmar da consciência desenvolvida pelos animais?

Fábio de Oliveira – A Declaração de Cambridge, de 2012, *The Cambridge Declaration on Consciousness*¹,

¹ A declaração pode ser lida na íntegra no link <http://bit.ly/1swytkl>. (Nota da IHU On-Line)

afirmou que inclusive animais invertebrados possuem consciência. O que se pode afirmar é que existem modalidades diferentes de consciência, graus, se quisermos chamar assim. O reconhecimento da consciência em animais acarreta uma consideração de ordem moral, como bem assinalou Philip Low², um dos signatários da referida Declaração, capaz de fazer com que se faça uma revisão de muitas atitudes em relação aos animais. Philip Low, por exemplo, da Stanford University School of Medicine e do Massachusetts Institute of Technology, passou a adotar uma dieta vegetariana. “Não é mais possível dizer que não sabíamos”, afirmou o professor Low.

IHU On-Line – Defender que a experiência da vida é valiosa para um animal não é, em essência, reforçar o próprio direito humano à vida e à dignidade. Quem desconhece os direitos dos animais não está mais próximo, em uma escala moral, de desconhecer os direitos do ser humano?

Fábio de Oliveira – Sim. O reconhecimento de que animais têm direitos caminha em conjunto com o respeito pelos direitos humanos. Há inclusive estudos demonstrando a associação entre comportamentos contra animais e contra humanos. Pessoas que cometeram crimes contra seres humanos que tinham prática de violência com animais. Como se parte de um mesmo pressuposto, que é o respeito pelo outro, pela dor do outro, pelas suas propensões na-

² Philip Low: é professor da Escola de Medicina na Universidade de Stanford e pesquisador do Instituto Salk. (Nota da IHU On-Line)

turais, pelos seus interesses, pela sua vida, ou seja, um juízo de integridade, a relação estabelecida na questão é procedente.

IHU On-Line – Os Comitês de Ética e Pesquisa colocam em debate a questão dos direitos dos animais?

Fábio de Oliveira – Normalmente não. Quase nunca. Os Comitês de Ética e Pesquisa estão inseridos em um marco legal onde a instrumentalização dos animais é permitida, onde impor dor, sofrimento físico e psicológico aos animais é autorizado, onde prender e matar animais é permitido. Acrescente-se que a generalidade daqueles que defendem direitos animais se recusam, com razão, a integrar tais Comitês, pois seria legitimar uma prática que, por princípio e de início, é eticamente condenada. Algo como convidar um abolicionista da escravidão negra para participar de um conselho de capitães-do-mato.

IHU On-Line – O avanço científico por si só justificaria a adoção de medidas de maus-tratos a animais?

Fábio de Oliveira – Não, não justificaria. Não justificaria maus-tratos a seres humanos. Não justifica maus-tratos a animais. A hipocrisia está em afirmar que não existem maus-tratos. O mesmo se diga para a alimentação.

IHU On-Line – Gostaria de adicionar algo?

Fábio de Oliveira – A Ética Animal está avançando a passos largos também no Brasil, alcançando um espaço progressivo na academia. Não é possível ignorá-la. A discussão está posta.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Publicação em destaque



Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação

A edição 215 dos **Cadernos IHU ideias** traz o artigo *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação*, de Alejandro Rosillo Martínez, professor de Direito da *Universidad Autónoma de San Luís de Potosí*, México. A fundamentação de direitos humanos se tornou um tema clássico no pensamento jurídico, especialmente na relação com a Filosofia do Direito. Não obstante, na maioria dos casos, as reflexões dominantes desconhecem que os direitos humanos têm sua gênese na luta popular, conduzindo a fundamentação a instâncias não históricas e abstratas. É necessário que se realize na filosofia uma fundamentação “*desde abajo*”, com simbólicas assimétricas, históricas e concretas, que não desconheçam a tarefa que têm as lutas de resistência na construção e compressão de direitos humanos. Sem fundamentação, “direitos humanos” seriam uma presa fácil da falácia desenvolvimentista e se transformariam em instrumentos ideologizados de opressão. Daqui se desprende outra razão do porquê de fundamentar direitos humanos: construir uma instância crítica que sirva para verificar na realidade como certos “direitos humanos” contribuem ou não com os processos de libertação das pessoas e dos povos.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br.

Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213. Você também pode baixar esta edição gratuitamente pelo link <http://bit.ly/ihuid215>.

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



As revoluções tecnocientíficas e a modelagem das feminilidades, hoje

Edição 423 – Ano XIII – 17-06-2013
Disponível em <http://bit.ly/ihuon423>

A modelagem das feminilidades favorecidas pelas revoluções tecnocientíficas contemporâneas é o tema de capa desta edição da **IHU On-Line**. Explora-se a maternidade sob o impacto da revolução tecnológica, o corpo como um lugar de luta frente suas construções midiáticas e a dominância da presença masculina no contexto tecnológico. Participam do debate Marlene Tamanini, Diana Maffia, Maristela Mitsuko Ono, Marília Gomes de Carvalho, Carolina Ribeiro Pátaro e Leonor Graciela Natansohn.

Tudo é possível? Uma ética para a civilização tecnológica

Edição 371 – Ano XI – 29-08-2011
Disponível em <http://bit.ly/ihuon371>

Há 32 anos era lançada uma obra fundamental para a filosofia, cuja abordagem é das mais atuais e inquietantes: *O princípio responsabilidade*, de Hans Jonas (1903-1993). Inspirada pela importância desse escrito, a **IHU On-Line** entrevistou pesquisadores sobre o legado jonasiano. Contribuem para o debate Lourenço Zancano, Jelson Roberto de Oliveira, Helder Buenos Aires de Carvalho, Nathalie Frogneux, Robinson dos Santos e Lilian Godoy.



As Mediações Tecnológicas e a Reinvenção do Sujeito



Editorial

"Vivemos numa outra modernidade, e penso até que se trata de uma modernidade muito mais radical, pois os antigos dispositivos que formam a modernidade, como a política, a família, os papéis sociais, não são expulsa e somem os grandes pilares da modernidade entre sua reatualização e reconstrução individual e coletiva: a tecnologia". Esta afirmação de Gilles Lipovetsky, na entrevista concedida à revista *IHU On-Line* nesta semana, sintetiza o tema de capa desta edição, inspirada pelo VIII Seminário Internacional de Comunicação – Mediações Tecnológicas e a Reinvenção do Sujeito, realizado nos dias 3 e 4 de novembro de 2005, na PUCRS. Agradecemos a todos que nos ajudaram a estabelecer esta matéria de capa.

Atas do G. Lipovetsky, lá então convidado dos senhores belgas e leoneses, Patrick Tacussel, filósofo e sociólogo, professor na Universidade Paul Valéry – Montpellier III, Marie-France Bouilly, pedagoga francesa, e Lucien Sfez, professor de Ciências Políticas na Universidade de Paris 1 – Pantheon Sorbonne, são os outros entrevistados desta semana.

Rogei Mello, por sua vez, também lá objeto vitorioso entrevistado por nós, por ocasião de sua participação no IX Simpósio Internacional da Associação Inero-Americana de Filosofia Política, realizada na Unidues, nos comentes suas reflexões muito longe sobre os grandes desafios da atualidade. A sua tese, novamente referida neste espaço, de que a igualdade é a autonomia pela e na liberdade e que essa liberdade da igualdade pela liberdade tem que ser desmistificada, é, nos parece, bastante importante e pertinente.

As mediações tecnológicas e a reinvenção do sujeito

Edição 164 – Ano V – 14-11-2005
Disponível em <http://bit.ly/ihuon164>

Esta edição da **IHU On-Line** foi inspirada pelo VIII Seminário Internacional de Comunicação – Mediações tecnológicas e reinvenção do sujeito. Centram-se as discussões acerca da autonomia individual, tecnociência, mercado e sociedade nesta que, para Gilles Lipovetsky, parece ser uma modernidade muito mais radical. Estão presentes na edição, além do próprio Lipovetsky, Patrick Tacussel, Marie-France Bouilly e Lucien Sfez.

XVI Simpósio Internacional IHU - 10 a 13 de novembro de 2014

O próximo Simpósio Internacional do IHU, de 10 a 13 de novembro, está com inscrições abertas a quem deseja participar do evento. A proposta é discutir as questões que levaram à supressão da Ordem dos Jesuítas em 1773 e as condições e consequências de sua restauração oficial, em 1814. O papel da Ordem 200 anos depois de sua restauração e sua inserção social também são temas em debate.

Mais informações em <http://bit.ly/XVISimp>.

COMPANHIA DE JESUS DA SUPRESSÃO À RESTAURAÇÃO

Cadernos IHU Ideias



Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação

O Cadernos IHU ideias, em sua 215ª edição, traz o artigo *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação*, da autoria de Alejandro Rosillo Martínez, professor de direito da Universidad Autónoma de San Luís de Potosí, México.

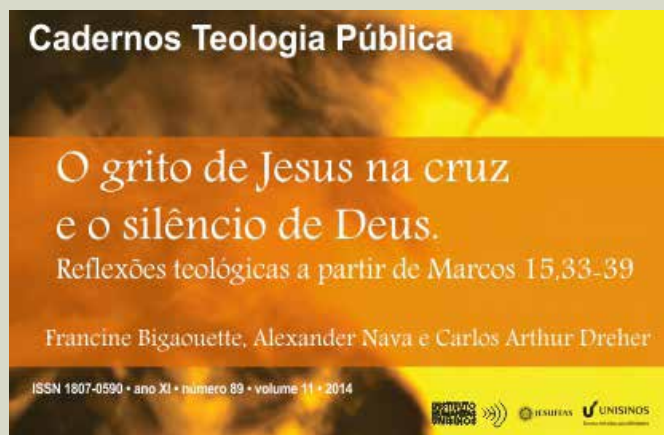
A fundamentação de direitos humanos se tornou um tema clássico no pensamento jurídico, especialmente na relação com a Filosofia do Direito. Não obstante, na maioria dos casos, as reflexões dominantes desconhecem que os direitos humanos têm sua gênese na luta popular, conduzindo a fundamentação a instâncias não históricas e abstratas. É necessário que se realize na filosofia uma fundamentação “desde abajo”, com simbólicas assimétricas, históricas e concretas, que não desconheçam a tarefa que têm as lutas de resistência na construção e compressão de direitos humanos.

Leia mais nesta edição na página 66 ou acesse o texto na íntegra no link <http://bit.ly/ihuid2015>.

Cadernos de Teologia Pública

O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus

Cadernos Teologia Pública em sua 89ª edição traz *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus: Reflexões teológicas sobre Marcos 15,33-39*, com entrevistas realizadas pelo IHU com os teólogos Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Dreher. Mais informações sobre este e outros números podem ser acessadas em <http://bit.ly/teologiapublica>.



twitter.com/_ihu



bit.ly/ihupon



youtube.com/ihucomunica